



Governo do Estado de São Paulo

Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Apoio à Gestão de Convênios, Contratos e Congêneres - DA

Processo de contratação de serviços comuns
ITESP-PRC-2022/00660

Data de Produção	29/09/2022
-------------------------	------------

Interessado	FUNDAÇÃO ITESP
Assunto	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS

Luiz Carlos Cavalcante
Técnico em Gestão Organizacional R4
Grupo de Apoio à Gestão de Convênios, Contratos e Congêneres - DA



ITESPPRC202200660V01

<i>Classif. documental</i>	004.01.05.005
----------------------------	---------------



CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR GTC - 2022 - JAGUARI - Valores para 2023		
MÊS 2022	IARAS	
Janeiro	59,99	
Fevereiro	59,99	
Março	59,99	
Abril	59,99	
Mai	59,99	
Junho	59,99	
Julho	59,99	
Agosto	59,99	
Setembro	59,99	
Outubro	59,99	
Novembro	59,99	
Dezembro	59,99	
MÉDIA ANUAL	59,99	
Total p/ 2023	863,88	
TOTAL GERAL 2023	863,88	Obs.: 1 - Como não tivemos acesso ao Processo de Pagamento das contas de Energia Elétrica de Iaras e portanto, não tivemos como saber os valores de suas contas, utilizamos o valor contratado para 2022, acrescido de 20%.





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Apoio à Gestão de Convênios, Contratos e Congêneres - DA

Despacho

Interessado: FUNDAÇÃO ITESP

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS

Senhora Gerente Administrativa,

Encaminhamos os presentes autos a Vossa Senhoria, com proposta de envio ao GT de Licitações e Contratos, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à contratação de Serviços de Utilidade Pública, que envolvem o fornecimento de Energia Elétrica para o GTC de Iaras, prestados pela empresa **CIA. JAGUARI DE ENERGIA, CNPJ 53.859.112/0001-69**, para o exercício de 2023.

Informamos que o valor total estimado para a citada contratação é de **R\$ 863,88 (oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos)** e que a servidora designada como gestora é a Sra. **Dalva Pinheiro Ferreira**, Técnica em Gestão Organizacional R4, lotada no GTC de Sorocaba - DA - Regional Sudoeste, da Diretoria Adjunta de Administração e Finanças da Fundação ITESP.

Esclarecemos que o valor solicitado para a presente contratação foi obtido a partir do valor contratado para o exercício de 2022, acrescido em 20%, tendo em vista que, não tivemos acesso às contas do citado GTC, até o momento do envio dos autos para a contratação.

São Paulo, 30 de setembro de 2022.

Luiz Carlos Cavalcante
Técnico em Gestão Organizacional R4
Grupo de Apoio à Gestão de Convênios, Contratos e Congêneres - DA

Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Gerencia Administrativa - DA

Despacho

Interessado: FUNDAÇÃO ITESP
Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS
Número de referência: ITESP-PRC-2022/00660

Ao GLC- Reginaldo

Trata o presente da CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS, para o exercício de 2023, no valor estimado de **R\$ 863,88 (oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos)**.

Encaminhe-se para providências.

Atenciosamente

São Paulo, 03 de outubro de 2022.

Simone Aparecida Pedro Rabelo
Gerente
Gerencia Administrativa - DA



ITESPDES202215075A

Classif. documental

004.01.04.002





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Licitações e Contratos - DA

Despacho

Interessado: GT LICITAÇÕES - SARA
Assunto: CONTINUIDADE

A/C Sara;

Encaminho os autos para continuidade nesta contratação;

At.te;

São Paulo, 05 de outubro de 2022.

Reginaldo Roque
Técnico em Gestão Organizacional R1
Grupo de Licitações e Contratos - DA



Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
 Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
 Grupo de Advocacia Consultiva - DE

Parecer jurídico

Número de Referência: ITESP-PRC-2022/00653

Documento de Referência: Parecer ACJ 329/2022

Interessado: FUNDAÇÃO ITESP

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A. – ANÁLISE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – PARECER PADRÃO SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Sra. Assessora Chefe da Advocacia e Consultoria Jurídica,

1. Trata-se de expediente formado para contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica aos Grupos Técnicos de Campo – GTC elencados as fls. 06/08 pelo Grupo de Gestão de Convênios, Contratos e Congêneres.

2. Os autos foram enviados pela DAAF (fls. 169) para análise e parecer, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/1993, com indicação de inexigibilidade de licitação em razão da ausência de competitividade (caput do artigo 25 da lei de licitações).

3. Dessa forma, para a análise da inexigibilidade de licitação, destaco os seguintes documentos que instruem os autos: relatório com previsão de média de consumo para o exercício de 2023 (fls. 02); relação dos GTCs que estão na área de abrangência da Elektro (fls. 06/08); documentos de habilitação (fls. 11/45 e 157/165); contrato de concessão da Elektro (fls. 46/62 – anexos fls. 63/156); manifestação GLC (fls. 167); despacho DAAF (fls. 169).

3.1. Registro que não há nos autos a nota de reserva, que deve ser providenciada para o próximo exercício financeiro (considerando a necessidade de empenho anterior a despesa).

3.2. Na medida que se trata de serviço de utilidade pública, com único prestador na região dos GTC (concessão federal), fica dispensada a apresentação de orçamentos e quadro comparativo.

Classif. documental

001.01.05.005



Assinado com senha por VANESSA APARECIDA DA SILVA MILAN - 20/12/2022 às 11:15:27.
 Documento N°: 60398869-8019 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=60398869-8019>

SIGA



ITESPPAR202200187A



ITESPCAP202300028A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 09:40:06.
 Documento N°: 61409833-6643 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61409833-6643>

SIGA

Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Advocacia Consultiva - DE

3.3. Por outro lado, a previsão de consumo médio dos GTCs, apurado pelo Grupo de Gestão de Contratos é imprescindível para garantir ao Gestor Público a previsão de gastos para o exercício de 2023, a fim de garantir o correto empenhamento no orçamento da Fundação.

É o relatório. Passo a opinar.

4. A regra na Administração Pública é a **contratação por meio de procedimento licitatório**, cujo fundamento decorre do artigo 37, XXI, da Constituição Federal.

4.1. A norma constitucional prevê a possibilidade de exceções a esse ditame, com as situações previstas em legislação ordinária.

4.2. Atualmente coexistem, de forma temporária, duas leis federais que regem o processo licitatório: a lei nº 8.666.1993 e a lei nº 14.133/2021.

4.3. O decreto estadual nº 66.294/2021, por sua vez, determinou no artigo 1º: “*Enquanto não sobrevier disciplina acerca da aplicação da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em âmbito estadual, as licitações e contratos da Administração direta e autárquica permanecerão regidos, conforme o caso, pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, devendo ser observadas as disposições do Decreto nº 64.378, de 9 de agosto de 2019.*”

4.4. A lei nº 8.666/1993 permanece vigente até abril de 2023, possibilitando, portanto, sua aplicação no caso concreto, conforme determina o decreto estadual acima referido.

5. A lei prevê a **INEXIGIBILIDADE da licitação** em situações que há inviabilidade de competição, ou seja, não há no mercado outra empresa que preste os serviços pretendidos.

5.1. No caso em tela, a inviabilidade decorre do contrato de concessão celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A. (fls. 46/62), que garante a empresa o direito de prestar o serviço de distribuição e fornecimento de energia elétrica aos municípios relacionados nos anexos da concessão (fls. 63/66).

5.2. Dessa forma, incide a hipótese do **caput do artigo 25 da Lei nº 8.666/1993**: “*É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição*”.

6. Toda contratação, assim como todo ato administrativo, exige **justificativa** clara e completa, para garantir transparência e controle das decisões pelo administrador público.

6.1. A inexigibilidade de licitação se funda na inexistência de alternativa para a Administração, ante a necessidade de contratar, devendo o Gestor Público, conforme o disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993, apontar:

2



Assinado com senha por VANESSA APARECIDA DA SILVA MILAN - 20/12/2022 às 11:15:27.
Documento Nº: 60398869-8019 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=60398869-8019>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 09:40:06.
Documento Nº: 61409833-6643 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=61409833-6643>

Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Advocacia Consultiva - DE

(a) necessidade do serviço

(b) escolha do fornecedor

(c) justificativa do preço

6.2. A demonstração da legitimidade do INTERESSE e NECESSIDADE da Fundação Itesp na presente contratação, evidentemente, dispensa considerações pormenorizadas, bastando apontar-se o requerimento pela área competente e o seu acolhimento pela Diretoria de Administração e Finanças, que autorizou a abertura de processo. Os serviços de fornecimento de energia elétrica – tal como água e esgoto, telefonia, etc - são essenciais a qualquer atividade econômica.

6.3. No âmbito da RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR, registramos que não cabe à Fundação Itesp, propriamente, uma escolha, já que a ELEKTRO é a detentora da concessão federal para explorar o referido serviço no âmbito dos municípios que estão os GTCs.

6.4. No que tange à JUSTIFICATIVA DO PREÇO, também são relativos os poderes da Fundação Itesp, tendo em vista que os valores praticados pela contratada são uniformes e contratualmente estabelecidos entre a ELEKTRO e o ente federativo concedente.

7. Com estas considerações, conclui-se ser possível a presente contratação por inexigibilidade de licitação, nos moldes do artigo 25 da Lei nº 8.666/1993, devendo atentar-se para o art. 55, V, da Lei 8.666/1993, que demanda a RESERVA DE RECURSOS, o que reclama registro nos autos antes da contratação.

8. Deve ser exarada nos autos a **declaração de inexigibilidade** do procedimento licitatório pelo Diretor Adjunto de Administração e Finanças, de acordo com o artigo 32, item 11, do Regulamento Geral da Fundação, e a subsequente **ratificação** pelo ilustre Diretor Executivo, nos termos do artigo 7º, item 19, do Regulamento Geral da Fundação ITESP e artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

9. Por derradeiro, declarada e ratificada a inexigibilidade de licitação, deve ser **publicada** na imprensa oficial, conforme disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666 /1993.

10. Segundo informa o GT Licitações e Contratos, a empresa está inscrita no CADIN, bem como não foi possível a emissão da Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo. Entretanto, tendo em vista que a empresa detém o monopólio do serviço, a Fundação não poderá prescindir da contratação.

10.1 Tal entendimento foi adotado pela Procuradoria Geral do Estado, nos termos do PA nº 63/2011, que poderá ser utilizado pelo Gestor Público para realizar a contratação, tendo em mira o princípio da continuidade dos serviços públicos.

3



Assinado com senha por VANESSA APARECIDA DA SILVA MILAN - 20/12/2022 às 11:15:27.
Documento Nº: 60398869-8019 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=60398869-8019>



ITESPAPAR202200187A



ITESPAP202300028A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 09:40:06.
Documento Nº: 61409833-6643 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=61409833-6643>

Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Advocacia Consultiva - DE

10.2. Apenas registro que a inscrição no Cadin pode inviabilizar o pagamento dos serviços, motivo pelo qual sugiro que a área técnica da DAAF analise a possibilidade de resolução de eventual impedimento para quitação dos serviços utilizados.

11. Por fim, para prestigiar os princípios da celeridade e eficiência, sugiro à Diretoria Adjunta de Administração e Finanças, à qual se vincula o Grupo Técnico de Licitações e Contratos, que **adote este parecer como padrão na instrução da contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, nos termos do artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93, para o pagamento referente ao serviço de fornecimento de energia elétrica, observando o seguinte:

11.1 Juntada de documentos:

a) requerimento pela área competente e o seu acolhimento pela Diretoria de Administração e Finanças, demonstrando a legitimidade do INTERESSE e NECESSIDADE da Fundação Itesp na contratação;

b) de Lei, Estatuto Social ou algum documento que comprove a exclusividade dos serviços a serem contratados, visando assim justificar a RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR, bem como o devido contrato de concessão;

c) planilha dos valores estimados para o exercício do ano seguinte, bem como os esclarecimentos devidos de como chegou-se aos valores estimados para evidenciar a JUSTIFICATIVA DO PREÇO;

d) a RESERVA DE RECURSOS antes da contratação para atender o art. 55, V, da Lei 8.666/1993;

e) Documentação referente à regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da Contratada.

11.2 Juntada de cópia do presente parecer, observando os pontos neste registrados, nos demais processos que tratem da contratação de serviços de utilidade pública – energia elétrica, anteriormente à declaração e ratificação da inexigibilidade de licitação;

11.3 Declaração da inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666 /1993, do Sr. Diretor Adjunto de Administração e Finanças, segundo o art. 32, item 11 do Regulamento Geral da Fundação ITESP, e, a ratificação da referida decisão pela autoridade superior àquela que declara a inexigibilidade, cabe ao Sr. Diretor Executivo, nos termos do art. 7º, item 19 do mesmo Regulamento;

11.4 Publicação na imprensa oficial da declaração de inexigibilidade e sua ratificação, a fim de garantir-se a eficácia do instrumento.

É o parecer. À consideração Superior.



Assinado com senha por VANESSA APARECIDA DA SILVA MILAN - 20/12/2022 às 11:15:27.
Documento Nº: 60398869-8019 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=60398869-8019>

4



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 09:40:06.
Documento Nº: 61409833-6643 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61409833-6643>



Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Advocacia Consultiva - DE

São Paulo, 20 de dezembro de 2022.

Vanessa Aparecida da Silva Milan
Supervisor
Grupo de Advocacia Consultiva - DE



Assinado com senha por VANESSA APARECIDA DA SILVA MILAN - 20/12/2022 às 11:15:27.
Documento Nº: 60398869-8019 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=60398869-8019>

5



ITESPPAR202200187A



ITESPCAP202300028A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 09:40:06.
Documento Nº: 61409833-6643 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61409833-6643>

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

PROCESSO Nº 48100.001180/96-14

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 15 /99 - ANEEL

PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA QUE CELEBRAM A UNIÃO E A COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

A UNIÃO, doravante designada apenas PODER CONCEDENTE, no uso da competência que lhe confere o artigo 21, inciso XII, letra "b", da Constituição Federal, por intermédio da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, autarquia em regime especial, com sede na SGAN, quadra 603, módulo "J", Anexo, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.270.669/0001-29, representada pelo seu Diretor-Geral, JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO, nos termos do inciso V do art. 10 do Anexo I - Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, doravante designada apenas ANEEL, e a COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Padre Garcia Velho, nº 73, 6º andar, conj. 61, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.859.112/0001-69, representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Geral, MARCOS DO AMARAL MESQUITA e seu Diretor, NORBERTO DE JESUS FILHO, na condição de concessionária de distribuição de energia elétrica, doravante designada simplesmente CONCESSIONÁRIA, com interveniência da COMPANHIA SUL PAULISTA DE ENERGIA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.855.608/0001-20, representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Geral, MARCOS DO AMARAL MESQUITA e seu Diretor, NORBERTO DE JESUS FILHO, neste instrumento designada apenas ACIONISTA CONTROLADOR, por este instrumento e na melhor forma de direito têm entre si ajustado o presente CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, que se regerá pelo Código de Águas, aprovado pelo Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 852, de 11 de novembro de 1938, pelo Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, aprovado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, pelas Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.648, de 27 de maio de 1998 e pelo Decreto nº 1.717, de 24 de novembro de 1995, pela legislação superveniente e complementar, pelas normas e regulamentos expedidos pelo PODER CONCEDENTE e ANEEL e pelas condições estabelecidas nas cláusulas a seguir indicadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

Este Contrato regula a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica objeto da concessão de que é titular a CONCESSIONÁRIA, nos municípios de Jaguariúna e Pedreira, Estado de São Paulo, reagrupada, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.074/95 e do Decreto nº 1.717/95, por meio da Resolução ANEEL nº 340, de 04 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 05 de novembro de 1998, cujo prazo foi prorrogado de conformidade com a Portaria MME nº 500, de 26 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 1998.

Subcláusula Primeira - A exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, objeto deste Contrato, constitui concessão individualizada para a área reagrupada citada no



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A

SIGA



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>



ITESPCAP202300032A

SIGA

caput desta cláusula, para todos os efeitos legais e contratuais, em especial para fins de eventual intervenção, declaração de caducidade, encampação ou outras formas de extinção.

Subcláusula Segunda - As instalações de transmissão de âmbito próprio da distribuição são consideradas integrantes da concessão de distribuição de que trata este Contrato.

Subcláusula Terceira - Respeitados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão regulada neste Contrato não confere à CONCESSIONÁRIA direito de exclusividade relativamente aos consumidores de energia elétrica que, por força da Lei nº 9.074/95, possam adquirir energia elétrica de outro fornecedor.

Subcláusula Quarta - A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica não confere exclusividade de atendimento da CONCESSIONÁRIA nas áreas onde ficar constatado, pela ANEEL, conforme procedimento a ser definido em regulamentação própria, a atuação de fato de cooperativas de eletrificação rural como prestadoras de serviços públicos, para fins de cumprimento do artigo 23 da Lei nº 9.074/95.

Subcláusula Quinta - A CONCESSIONÁRIA aceita que a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, de que é titular, seja realizada como função de utilidade pública prioritária, comprometendo-se a somente exercer outras atividades empresariais, que deverão ser contabilizadas em separado, nos termos e condições previstos em regulamentação própria e desde que as receitas auferidas sejam parcialmente destinadas a propiciar a modicidade das tarifas do serviço de energia elétrica, que serão consideradas nas revisões de que trata a Cláusula Sétima deste Contrato. Até que seja expedida a regulamentação própria prevista nesta Subcláusula, o exercício de outras atividades empresariais dependerá de prévia autorização da ANEEL.

Subcláusula Sexta - A CONCESSIONÁRIA renuncia a qualquer reivindicação relativa à concessão prorrogada e disciplinada neste Contrato, em conformidade com o art. 25 da Lei nº 9.074/95, decorrente de eventuais direitos preexistentes que contrariem a Lei nº 8.987/95.

Subcláusula Sétima - Aplicam-se a este Contrato, as normas legais relativas ao serviço público de distribuição de energia elétrica vigentes nesta data e as que vierem a ser editadas pelo PODER CONCEDENTE e pela ANEEL.

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Na prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, referido neste Contrato, a CONCESSIONÁRIA terá ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições deste Contrato, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do PODER CONCEDENTE e da ANEEL.

Subcláusula Primeira - A CONCESSIONÁRIA obriga-se a adotar, na prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, tecnologia adequada e a empregar materiais, equipamentos, instalações e métodos operativos que, atendidas as normas técnicas, garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPAP20220305A



ITESPAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Subcláusula Segunda - A CONCESSIONÁRIA atenderá os pedidos dos interessados na utilização do serviço concedido nos prazos e condições fixados nas normas e regulamentos editados pelo PODER CONCEDENTE e pela ANEEL, e nos termos do Anexo II deste Contrato, prevalecendo o menor prazo, sendo-lhe vedado condicionar a ligação ou religação de unidade consumidora de energia elétrica ao pagamento de valores não previstos nas normas do serviço ou de débito não imputável ao solicitante.

Subcláusula Terceira - É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, até o ponto de entrega de energia elétrica, elaborar os projetos, executar as obras necessárias ao fornecimento e participar financeiramente, nos termos da legislação específica, bem como operar e manter o seu sistema elétrico. Sendo da conveniência do interessado, em face da participação financeira do mesmo no custo das obras, a CONCESSIONÁRIA poderá transferir a este a responsabilidade pela elaboração do projeto e execução das obras necessárias ao atendimento do pedido de ligação ou de aumento de carga, mediante acordo formal, observadas as normas e padrões da CONCESSIONÁRIA.

Subcláusula Quarta - Quando for necessária a realização de obras no seu sistema, para possibilitar o fornecimento solicitado, a CONCESSIONÁRIA informará, por escrito, ao interessado, as condições técnicas e financeiras para a execução dessas obras e o prazo de início e de conclusão das mesmas, observadas as normas do PODER CONCEDENTE e da ANEEL.

Subcláusula Quinta - O serviço de distribuição de energia elétrica somente poderá ser interrompido em situação de emergência ou após prévio aviso, quando ocorrer:

I - motivo de ordem técnica ou de segurança das instalações;

II - irregularidades praticadas pelo consumidor, inadequação de suas instalações ou faltas e atrasos nos pagamentos devidos à CONCESSIONÁRIA, observada a legislação específica.

Subcláusula Sexta - Em qualquer hipótese, a CONCESSIONÁRIA somente poderá suspender a prestação do serviço se o consumidor, notificado, não efetuar, no prazo por ela estabelecido, os pagamentos devidos ou não cessar a prática que configure utilização irregular da energia elétrica ou, ainda, não atender à recomendação que lhe tenha sido feita para adequar suas instalações aos requisitos de segurança exigidos pelas normas técnicas e de segurança.

Subcláusula Sétima - Na exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica objeto deste Contrato, a CONCESSIONÁRIA não poderá dispensar tratamento diferenciado, inclusive tarifário, aos usuários de uma mesma classe de consumo e nas mesmas condições de atendimento, exceto nos casos previstos na legislação.

Subcláusula Oitava - Quando a CONCESSIONÁRIA tiver de efetuar investimentos específicos, ou assumir compromissos de compra de energia para efetuar fornecimento requisitado, o contrato de fornecimento deverá estabelecer condições, formas e prazos que assegurem o ressarcimento dos ônus relativos aos compromissos assumidos.

Subcláusula Nona - Mediante condições ajustadas com outra concessionária, previamente consultada, a CONCESSIONÁRIA poderá fornecer energia elétrica, em caráter provisório, a consumidores localizados fora de sua área de concessão, sem prejuízo do disposto nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, com posterior comunicação à ANEEL, para fins de registro.

Subcláusula Décima - Os contratos de fornecimento de energia elétrica, quando celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e os consumidores cativos, deverão indicar, além das condições gerais da prestação de serviços:

I - a identificação do interessado;

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

- II - a localização da unidade de consumo;
- III - a tensão e as demais características técnicas do fornecimento, bem como a classificação da unidade de consumo;
- IV - a carga instalada e, se for o caso, os valores de consumo e de demanda contratados, com as suas condições de revisão para mais ou para menos;
- V - a indicação dos critérios de medição de demanda de potência, de consumo de energia ativa e reativa, de fator de potência, tarifa a ser aplicada, encargos fiscais incidentes e critérios de faturamento;
- VI - as condições especiais do fornecimento, se for o caso, e prazo de sua aplicação; e
- VII - as penalidades aplicáveis, conforme a legislação em vigor.

Subcláusula Décima Primeira - A CONCESSIONÁRIA deverá manter registros das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, de acordo com os prazos legais e demais condições estabelecidas no Anexo II deste Contrato.

Subcláusula Décima Segunda - Sem prejuízo do disposto na Subcláusula anterior, a CONCESSIONÁRIA organizará e manterá em permanente funcionamento o Conselho de Consumidores, integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltado para orientação, análise e avaliação do serviço e da qualidade do atendimento prestado pela CONCESSIONÁRIA, bem como para formulação de sugestões e propostas de melhoria do serviço.

Subcláusula Décima Terceira - Quaisquer normas, instruções ou determinações, de caráter geral e aplicáveis às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, expedidas pelo PODER CONCEDENTE e pela ANEEL, aplicar-se-ão, automaticamente, ao objeto da concessão ora prorrogada, a elas submetendo-se a CONCESSIONÁRIA como condições implícitas e integrantes deste Contrato, observado o disposto na Subcláusula Décima Quinta da Cláusula Sétima.

Subcláusula Décima Quarta - A CONCESSIONÁRIA deverá instalar e manter, por sua conta, nas unidades consumidoras, os equipamentos de medição de energia elétrica fornecida, ressalvados os casos específicos ou de emergência, previstos em normas do PODER CONCEDENTE e da ANEEL.

Subcláusula Décima Quinta - Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), na prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, objeto deste Contrato, a CONCESSIONÁRIA assegurará aos consumidores, dentre outros, os seguintes direitos:

- I - obter a ligação de energia elétrica para qualquer instalação que atenda aos padrões da CONCESSIONÁRIA e aos requisitos de segurança e adequação técnica, segundo as normas específicas;
- II - obter os esclarecimentos sobre dúvidas com a prestação do serviço, bem assim as informações requeridas e consideradas necessárias para defesa dos seus direitos;
- III - liberdade de escolha na utilização do serviço, observadas as normas do PODER CONCEDENTE e da ANEEL; e
- IV - receber o ressarcimento dos danos que, porventura, lhe sejam causados em função do serviço concedido, ressalvados os danos decorrentes de deficiências técnicas nas instalações internas da unidade consumidora ou da má utilização das instalações.

Subcláusula Décima Sexta - A CONCESSIONÁRIA obriga-se a melhorar o nível de qualidade do serviço, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e padrões, definidos no Anexo II deste Contrato e na legislação atual e superveniente.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
 Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
 Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Subcláusula Décima Sétima - A CONCESSIONÁRIA obriga-se, caso pretenda participar de novos empreendimentos de geração, a organizar e administrar separadamente as concessões de distribuição e geração, inclusive constituindo empresa juridicamente independente, quando exigido pela legislação específica.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DA CONCESSÃO E DO CONTRATO

A concessão para distribuição de energia elétrica referida na Cláusula Primeira deste Contrato tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015.

Subcláusula Primeira - Para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público de distribuição de energia elétrica e com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, o prazo da concessão poderá ser prorrogado pelo período de 20 (vinte) anos, mediante requerimento da CONCESSIONÁRIA. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas neste Contrato.

Subcláusula Segunda - O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo deste Contrato, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes à prestação do serviço público de energia elétrica, bem assim de quaisquer outros encargos previstos nas normas legais e regulamentares então vigentes.

Subcláusula Terceira - A ANEEL manifestar-se-á sobre o requerimento de prorrogação até o 18º (décimo oitavo) mês anterior ao término do prazo da concessão. Na análise do pedido de prorrogação, a ANEEL levará em consideração todas as informações sobre o serviço público de distribuição de energia elétrica prestado, devendo aprovar ou rejeitar o pleito dentro do prazo acima previsto. O deferimento do pedido levará em consideração o cumprimento dos requisitos de serviço adequado, por parte da CONCESSIONÁRIA, conforme relatórios técnicos fundamentados, emitidos pela fiscalização da ANEEL.

CLÁUSULA QUARTA - EXPANSÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS

A concessionária obriga-se a prover o atendimento da atual demanda dos serviços concedidos e também implantar novas instalações, bem como ampliar e modificar as existentes, de modo a garantir o atendimento da futura demanda de seu mercado de energia.

Subcláusula Única - As novas instalações, as ampliações e as modificações das instalações existentes, dos sistemas de distribuição e de transmissão de âmbito próprio da CONCESSIONÁRIA, deverão obedecer os procedimentos legais específicos e as normas do PODER CONCEDENTE e da ANEEL e incorporar-se-ão à respectiva concessão, regulando-se pelas disposições deste Contrato e pelas normas legais e regulamentares da prestação de serviço público de energia elétrica.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES E ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITSPCAP202202305A



ITSPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Além de outras obrigações decorrentes da Lei e das normas regulamentares específicas, constituem encargos da CONCESSIONÁRIA, inerentes à concessão regulada por este Contrato:

- I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas dos serviços, pelas tarifas homologadas pela ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação, nas normas específicas e no Anexo II deste Contrato;
- II - dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais, atendidas as normas do PODER CONCEDENTE e da ANEEL;
- III- realizar, por sua conta e risco, as obras necessárias à prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, inclusive reposição de bens, operando as instalações e os equipamentos correspondentes de modo a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas, nos termos da Subcláusula Terceira da Cláusula Segunda deste Contrato;
- IV - organizar e manter registro e inventário dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar pela sua integridade, providenciando para que estejam sempre adequadamente cobertos por seguro, vedado à CONCESSIONÁRIA, nos termos da legislação específica, alienar, ceder a qualquer título ou dar em garantia sem a prévia e expressa autorização da ANEEL;

V - efetuar, quando determinado pela ANEEL, consoante o planejamento para o atendimento do mercado, os suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e as interligações que forem necessárias;

VI- cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo, perante o PODER CONCEDENTE, a ANEEL, os usuários e terceiros, pelos eventuais danos e prejuízos causados em decorrência da exploração dos serviços, ressalvados os danos decorrentes de deficiências técnicas nas instalações internas da unidade consumidora ou da má utilização das instalações;

VII - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, os encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE e pela ANEEL, bem assim a quaisquer outras obrigações relacionadas ou decorrentes da exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, especialmente quanto ao pagamento dos valores relativos à fiscalização do serviço público de distribuição, fixados pela ANEEL e recolhidos mensalmente nas datas estabelecidas em conformidade com o art. 13 da Lei nº 9.427/96;

VIII - prestar contas anualmente, à ANEEL, da gestão do serviço público de distribuição de energia elétrica concedido, mediante relatório elaborado segundo as prescrições legais e regulamentares específicas;

IX - prestar contas aos usuários, anualmente, da gestão do serviço público de distribuição de energia elétrica concedido, fornecendo informações específicas sobre os níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação do serviço e modicidade das tarifas, assegurando ampla divulgação nos meios de comunicação acessíveis aos consumidores da sua área de concessão;

X - observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas conseqüências de seu eventual descumprimento;

XI - assegurar livre acesso aos seus sistemas de transmissão e distribuição, observada a capacidade operacional do sistema, por parte de produtores de energia elétrica e de consumidores que, por força de lei, possam adquirir energia elétrica de outro fornecedor, mediante celebração de contratos específicos, bem assim cobrar encargos de conexão e uso das instalações de transmissão e distribuição de energia elétrica, consoante as condições gerais de acesso e tarifas estabelecidas pela ANEEL;

XII - publicar, anualmente, suas Demonstrações Financeiras e Relatórios nos termos da legislação vigente;

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITSPCAP202202305A



ITSPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

- XIII - realizar programas de treinamento do seu pessoal, visando ao constante aperfeiçoamento do mesmo para a adequada prestação do serviço de distribuição concedido;
- XIV - instalar, por sua conta, programa de compensação reativa capacitiva, bem como os equipamentos de monitoramento e controle de tensão necessários para assegurar a qualidade do serviço, inclusive aqueles solicitados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico;
- XV - submeter à prévia aprovação da ANEEL qualquer alteração do seu Estatuto Social, transferência de ações do bloco de controle societário que implique mudança desse controle, bem como reestruturação societária da empresa;
- XVI - observar as normas específicas sobre a Classificação de Contas e o Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, devendo registrar e apurar, separadamente, os investimentos e os custos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive os relativos às novas instalações, expansões e modificações do seu sistema elétrico;
- XVII - observar o disposto em resolução da ANEEL sobre o oferecimento, em garantia, da receita do serviço concedido ;
- XVIII - manter registro contábil, em separado, das atividades atípicas, não objeto da concessão, ou constituir outra empresa, juridicamente independente, para o exercício dessas atividades;
- XIX - subsidiar ou participar do planejamento indicativo do setor elétrico, abrangido pelo art. 174 da Constituição Federal, na forma e condições estabelecidas em regulamento; e,
- XX - participar do Mercado Atacadista de Energia - MAE e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, quando for o caso, nas condições previstas no Acordo de Mercado e no Estatuto do ONS, e submeter-se às regras e procedimentos emanados dessas entidades.

Subcláusula Primeira - Serão submetidos ao exame e à aprovação da ANEEL, nas hipóteses, condições e segundo procedimentos estabelecidos em regulamento específico, os contratos, convênios, acordos ou ajustes celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e acionistas pertencentes ao seu Grupo Controlador, diretos ou indiretos, e empresas controladas ou coligadas, bem como os contratos celebrados com:

- I - pessoas físicas ou jurídicas que, juntamente com a CONCESSIONÁRIA, façam parte, direta ou indiretamente, de uma mesma empresa controlada; e,
- II - com pessoas físicas ou jurídicas que tenham diretores ou administradores comuns à CONCESSIONÁRIA.

Subcláusula Segunda - Para possibilitar a distribuição da energia elétrica requerida pelos usuários do serviço, de forma regular e adequada, a CONCESSIONÁRIA deverá celebrar os contratos de compra de energia, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.648/98, bem como de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição que se fizerem necessários.

Subcláusula Terceira - Na contratação de serviços e na aquisição de materiais e equipamentos vinculados ao serviço objeto deste Contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá considerar ofertas de fornecedores nacionais atuantes no respectivo segmento e, nos casos em que haja equivalência entre as ofertas, em termos de preço, prazo de entrega e atendimento às especificações técnicas, obriga-se a assegurar preferência a empresas constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no País.

Subcláusula Quarta - Compete à CONCESSIONÁRIA captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica regulado neste Contrato.

Subcláusula Quinta - A CONCESSIONÁRIA implementará medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, bem como a pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, devendo, para tanto, elaborar, para cada ano subsequente,

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

programa que contemple a aplicação de recursos de, no mínimo, 1% (um por cento) da Receita Anual (RA), calculada segundo a Subcláusula Sexta da Cláusula Sétima. Deste montante, pelo menos 1/4 (um quarto) do valor deverá ser vinculado a ações especificamente ligadas ao uso final da energia elétrica e, no mínimo, 1/10 (um décimo) ser destinado para pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor elétrico no Brasil. Esse programa anual, contendo metas físicas e respectivos orçamentos, deverá ter como objetivo a redução das perdas técnicas e comerciais globais e a utilização da energia de forma racional e eficiente por parte dos consumidores, bem como a implementação de ações, próprias ou junto a centros de pesquisa e desenvolvimento, laboratórios, universidades e demais instituições de ensino e pesquisa, voltadas à modernização das técnicas, equipamentos e instalações, na busca da excelência na prestação dos serviços de eletricidade. Tal programa deverá ser apresentado à ANEEL até 31 de março de cada ano, a partir do ano 2000, observadas as diretrizes estabelecidas pela ANEEL para a sua elaboração.

Subcláusula Sexta - O programa anual previsto na subcláusula anterior deverá ser analisado e aprovado pela ANEEL até 30 de junho do ano da sua apresentação. O descumprimento das metas físicas, ainda que parcialmente, sujeitará a CONCESSIONÁRIA à penalidade de multa, limitada esta ao valor mínimo que deveria ser aplicado conforme subcláusula anterior. Havendo cumprimento das metas físicas sem que tenha sido atingido o percentual mínimo estipulado na subcláusula anterior, a diferença será obrigatoriamente acrescida ao montante mínimo a ser aplicado no ano seguinte, com as conseqüentes repercussões nos programas e metas.

Subcláusula Sétima - A CONCESSIONÁRIA obriga-se a submeter à prévia aprovação da ANEEL, qualquer alteração de seu controle acionário, restrito ao bloco de controle, equivalente a 50% mais uma das ações com direito a voto, comprometendo-se, outrossim, a não efetuar, em seus livros sociais, qualquer registro que importe em cessão, transferência ou oneração desse bloco de controle, salvo quando receber a prévia anuência da ANEEL.

CLÁUSULA SEXTA - PRERROGATIVAS DA CONCESSIONÁRIA

A concessão para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, referida na Cláusula Primeira deste Contrato, confere à CONCESSIONÁRIA, dentre outras, as seguintes prerrogativas:

- I - utilizar, por prazo indeterminado e sem ônus, os terrenos de domínio público, estabelecendo sobre eles estradas, vias ou caminhos de acesso e as servidões que se tornarem necessárias à exploração do serviço, com sujeição aos regulamentos administrativos;
- II - promover desapropriação e instituição de servidões administrativas sobre bens declarados de utilidade pública, necessários à execução de serviços ou de obras vinculadas ao serviço, arcando com o pagamento das indenizações correspondentes; e,
- III - construir estradas e implantar sistemas de telecomunicações, sem prejuízo de terceiros, para uso exclusivo na exploração do serviço, respeitada a legislação pertinente.

Subcláusula Primeira - As prerrogativas decorrentes da prestação do serviço objeto deste Contrato não conferem à CONCESSIONÁRIA imunidade ou isenção tributária, ressalvadas as situações expressamente indicadas em norma legal específica.

Subcláusula Segunda - Observadas as normas legais e regulamentares específicas, a CONCESSIONÁRIA poderá oferecer, em garantia de contratos de financiamento, os direitos emergentes da concessão que lhe é outorgada, desde que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, observando-se o disposto no inciso XVII da Cláusula Quinta do presente Contrato.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
 Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
 Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Subcláusula Terceira - Ressalvados os casos expressos na legislação e neste Contrato, o oferecimento da garantia deverá ser precedido de autorização da ANEEL, cuja concordância não dará aos agentes financiadores, direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, dos seus compromissos financeiros.

Subcláusula Quarta - A CONCESSIONÁRIA poderá estabelecer linhas de transmissão destinadas ao transporte de energia elétrica até seus respectivos centros de cargas, sendo-lhe facultada a aquisição negocial das respectivas servidões, mesmo em terrenos de domínio público e faixas de domínio de vias públicas, com sujeição aos regulamentos administrativos.

Subcláusula Quinta - As prerrogativas conferidas à CONCESSIONÁRIA em função deste Contrato não afetarão os direitos de terceiros e dos usuários de energia elétrica, que ficam expressamente ressalvados.

CLÁUSULA SÉTIMA - TARIFAS APLICÁVEIS NA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Pela prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica que lhe é concedido por este Contrato, a CONCESSIONÁRIA cobrará as tarifas discriminadas no Anexo I, que é rubricado pelas partes e integra este instrumento, ficando homologadas pela ANEEL.

Subcláusula Primeira - É facultado à CONCESSIONÁRIA cobrar tarifas inferiores às discriminadas no Anexo I, desde que a redução não implique pleitos compensatórios posteriores quanto à recuperação do equilíbrio econômico-financeiro e resguardadas as condições constantes na Subcláusula Sétima da Cláusula Segunda.

Subcláusula Segunda - A CONCESSIONÁRIA reconhece que as tarifas indicadas no Anexo I, em conjunto com as regras de reajuste e revisão a seguir descritas, são suficientes, nesta data, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato.

Subcláusula Terceira - Os valores das tarifas de que trata esta Cláusula serão reajustados com periodicidade anual, obedecida a legislação e regulamentação vigente e superveniente, 01 (um) ano após a "Data de Referência Anterior", sendo esta definida da seguinte forma:

- I - no primeiro reajuste, a data de assinatura deste Contrato; e
- II - nos reajustes subsequentes, a data de vigência do último reajuste ou revisão que o tenha substituído, de acordo com o disposto nesta Cláusula.

Subcláusula Quarta - A periodicidade de reajuste de que trata esta Cláusula poderá ocorrer em prazo inferior a 01 (um) ano, caso a legislação venha assim a permitir, adequando-se, neste caso, a "Data de Referência Anterior" à nova periodicidade estipulada.

Subcláusula Quinta - Para fins de reajuste tarifário, a receita da CONCESSIONÁRIA será dividida em duas parcelas:

Parcela A: parcela da receita correspondente aos seguintes custos: Cota da Reserva Global de Reversão - RGR; cotas da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; valores relativos à taxa de fiscalização do serviço público de distribuição concedido; compra de energia elétrica para revenda; compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, quando aplicável; e, encargos de conexão e uso das instalações de transmissão e distribuição de energia elétrica.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPAP20230032A



ITESPAP20230032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Parcela B: valor remanescente da receita da CONCESSIONÁRIA, excluído o ICMS, após a dedução da Parcela A.

Subcláusula Sexta - O reajuste será calculado mediante a aplicação, sobre as tarifas homologadas na "Data de Referência Anterior", do Índice de Reajuste Tarifário (IRT), assim definido:

IRT = (VPA1 + VPB0 x (IVI ± X)) / RA

Onde:

RA: Receita anual, calculada considerando-se as tarifas homologadas na "Data de Referência Anterior" e o "Mercado de Referência", não incluindo o ICMS;

Mercado de Referência: É o mercado de energia assegurada da CONCESSIONÁRIA, nos 12 (doze) meses anteriores ao reajuste em processamento;

IVI: Número índice obtido pela divisão dos índices do IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, ou do índice que vier a sucedê-lo, do mês anterior à data do reajuste em processamento e o do mês anterior à "Data de Referência Anterior". Na hipótese de não haver um índice sucedâneo, a ANEEL estabelecerá novo índice a ser adotado;

X: Número índice definido pela ANEEL, de acordo com Subcláusula Oitava desta Cláusula, a ser eventualmente subtraído ou acrescido ao IVI.

VPB0: Valor da Parcela B, referida na Subcláusula anterior, considerando-se as condições vigentes na "Data de Referência Anterior" e o "Mercado de Referência", calculadas da seguinte forma:

VPB0 = RA - VPA0

Onde:

VPA0: Valor da Parcela A referida na Subcláusula anterior, considerando-se as condições vigentes na "Data de Referência Anterior" e a energia comprada em função do "Mercado de Referência";

VPA1: Valor da Parcela A, referida na Subcláusula anterior, considerando-se as condições vigentes na data do reajuste em processamento e a energia comprada em função do "Mercado de Referência";

Subcláusula Sétima - A ANEEL, de acordo com o cronograma apresentado nesta Subcláusula, procederá às revisões dos valores das tarifas de comercialização de energia elétrica, alterando-os para mais ou para menos, considerando as alterações na estrutura de custos e de mercado da CONCESSIONÁRIA, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas. Estas revisões obedecerão ao seguinte cronograma: a primeira revisão será procedida um ano após o quarto reajuste anual concedido, conforme previsto na Subcláusula Terceira; a partir desta primeira revisão, as subseqüentes serão realizadas a cada 4 (quatro) anos.

Table with 2 columns: PROCURADORIA GERAL/ANEEL, VISTO



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46. Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962



ITESPAP202202305A



ITESPAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49. Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435

Subcláusula Oitava - No processo de revisão das tarifas, estabelecido na Subcláusula anterior, a ANEEL estabelecerá os valores de X, que deverão ser subtraídos ou acrescidos na variação do IVI ou seu substituto, nos reajustes anuais subsequentes, conforme descrito na Subcláusula Sétima. Para os primeiros 4 (quatro) reajustes anuais o valor de X será zero.

Subcláusula Nona - A ANEEL poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão das tarifas, visando a manter o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, sem prejuízo dos reajustes e revisões a que se referem as Subcláusulas anteriores desta Cláusula, caso hajam alterações significativas nos custos da CONCESSIONÁRIA, incluindo as modificações de tarifas de compra de energia elétrica e encargos de conexão e uso das instalações de transmissão e distribuição de energia elétrica que possam ser aprovadas pela ANEEL durante o período, por solicitação desta, devidamente comprovada.

Subcláusula Décima - No atendimento ao disposto no § 3º do art. 9º da Lei nº 8.987/95, ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a assinatura deste Contrato, quando comprovado seu impacto, implicará revisão das tarifas, para mais ou para menos, conforme o caso.

Subcláusula Décima Primeira - Na hipótese de ter ocorrido, após a “Data de Referência Anterior”, revisões de tarifas previstas na Subcláusula anterior, que tenham sido realizadas por alteração de tributos ou encargos que não aqueles constantes da Parcela A, quando do reajuste previsto na Subcláusula Sexta, as tarifas, após a aplicação do IRT, serão alteradas, para mais ou para menos, pelos mesmos percentuais destas revisões.

Subcláusula Décima Segunda - A CONCESSIONÁRIA, na eventualidade de qualquer de seus consumidores se tornar autoprodutor ou passar a ser atendido por outra CONCESSIONÁRIA ou por produtor independente, poderá cobrar, pela utilização de suas instalações, as tarifas específicas estabelecidas pela ANEEL, que serão fixadas de forma a assegurar equivalência aos valores das parcelas de suas tarifas de fornecimento, correspondentes às instalações envolvidas no transporte de energia.

Subcláusula Décima Terceira - É vedado à CONCESSIONÁRIA cobrar dos consumidores de energia elétrica, sob qualquer pretexto, valores superiores àqueles homologados pela ANEEL.

Subcláusula Décima Quarta - A CONCESSIONÁRIA obriga-se a obter a energia elétrica requerida pelos seus consumidores ao menor custo efetivo, dentre as alternativas disponíveis. Na aplicação dos reajustes e revisões previstos nesta Cláusula, serão observados os limites de repasse dos preços livremente negociados na aquisição de energia elétrica, estabelecidos em resolução da ANEEL.

Subcláusula Décima Quinta - Havendo alteração unilateral do Contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado pela CONCESSIONÁRIA, a ANEEL deverá adotar as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeito a partir da data da alteração.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

A exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica objeto deste Contrato será acompanhada, fiscalizada e regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITSPCAP202202305A



ITSPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Subcláusula Primeira- A Fiscalização abrangerá o acompanhamento e o controle das ações da CONCESSIONÁRIA nas áreas administrativa, contábil, comercial, técnica, econômica e financeira, podendo a ANEEL estabelecer diretrizes de procedimento ou sustar ações que considere incompatíveis com as exigências da prestação do serviço adequado.

Subcláusula Segunda - Os servidores da ANEEL ou os prepostos do órgão fiscalizador, especialmente designados, terão livre acesso, em qualquer época, a pessoas, obras, instalações e equipamentos vinculados ao serviço público de distribuição de energia elétrica, inclusive seus registros contábeis, podendo requisitar, de qualquer setor ou pessoa da CONCESSIONÁRIA, informações e esclarecimentos que permitam aferir a correta execução deste Contrato, bem como os dados considerados necessários para o controle estatístico e planejamento do sistema elétrico nacional.

Subcláusula Terceira - A Fiscalização técnica e comercial do serviço público de distribuição de energia elétrica abrangerá:

- I - a execução dos projetos de obras e instalações;
- II - a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica;
- III - a observância das normas legais e contratuais;
- IV - o desempenho do sistema elétrico da CONCESSIONÁRIA no tocante à qualidade e continuidade do fornecimento efetuado a consumidores finais, nos termos deste Contrato e da legislação específica;
- V - a execução dos programas de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica;
- VI - a estrutura de atendimento a consumidores e de operação e manutenção do sistema elétrico;
- VII - a utilização e o destino da energia; e,
- VIII - a qualidade do atendimento comercial.

Subcláusula Quarta - A Fiscalização econômico-financeira compreenderá a análise e o acompanhamento das operações financeiras, os registros nos livros da CONCESSIONÁRIA, balancetes, relatórios e demonstrações financeiras, prestação anual de contas e quaisquer outros documentos julgados necessários para uma perfeita avaliação da gestão da concessão.

Subcláusula Quinta - A ANEEL poderá determinar à CONCESSIONÁRIA a rescisão de qualquer contrato por ela celebrado, quando verificar que dele possam resultar danos ao serviço público de distribuição de energia elétrica concedido ou tratamento tarifário diferenciado a consumidores que se encontrem na mesma tensão de fornecimento e na mesma classe de consumo, exceto nos casos previstos na legislação.

Subcláusula Sexta - A fiscalização da ANEEL não diminui nem exige as responsabilidades da CONCESSIONÁRIA, quanto à adequação das suas obras e instalações, à correção e legalidade de seus registros contábeis e de suas operações financeiras e comerciais.

Subcláusula Sétima - O desatendimento, pela CONCESSIONÁRIA, das solicitações, notificações e determinações da fiscalização implicará a aplicação das penalidades autorizadas pelas normas dos serviços e por este Contrato.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

Pelo descumprimento das disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes ao serviço e instalações de energia elétrica, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita às penalidades de advertência ou multa, conforme legislação em vigor, especialmente àquelas estabelecidas em

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Resolução da ANEEL, sem prejuízo do disposto no inciso III, art. 17, Anexo I, do Decreto nº 2.335/97 e nas Cláusulas Décima e Décima Primeira deste Contrato.

Subcláusula Primeira - A CONCESSIONÁRIA estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL, no valor máximo, por infração incorrida, de 2% (dois por cento) do valor do faturamento da Concessionária nos últimos 12 (doze) meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Subcláusula Segunda - As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo, guardando proporção com a gravidade da infração, em que se assegure à CONCESSIONÁRIA direito de defesa e ao contraditório. Nos casos de transgressão de padrões de qualidade de serviço ao consumidor, individualmente considerado, será observado o procedimento previsto no Anexo II deste Contrato.

Subcláusula Terceira - Quando a penalidade consistir em multa por transgressão de padrões de qualidade de serviço a um grupo de consumidores ou por descumprimento de disposições legais, regulamentares e contratuais e o respectivo valor não for recolhido no prazo fixado pela fiscalização, a ANEEL promoverá a sua cobrança judicial, por via de execução, na forma da legislação específica.

Subcláusula Quarta - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou descumprimento de notificação ou determinação do PODER CONCEDENTE para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e neste Contrato, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da CONCESSIONÁRIA perante o PODER CONCEDENTE, a ANEEL, os usuários e terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA - INTERVENÇÃO NA CONCESSÃO

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, a qualquer tempo, para assegurar a adequada prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica ou o cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das normas legais, regulamentares e contratuais.

Subcláusula Primeira - A intervenção será determinada por Resolução da ANEEL, que designará o Interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida, devendo ser instaurado, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes da publicação da resolução, o correspondente procedimento administrativo, para comprovar as causas determinantes da medida e as responsabilidades incidentes, assegurando-se à CONCESSIONÁRIA direito de ampla defesa e ao contraditório.

Subcláusula Segunda - Se o procedimento administrativo não for concluído dentro de 180 (cento e oitenta) dias, considerar-se-á inválida a intervenção, devolvendo-se à CONCESSIONÁRIA a administração do serviço público de distribuição de energia elétrica, sem prejuízo de seu direito à indenização.

Subcláusula Terceira - Será declarada a nulidade da intervenção se ficar comprovado que esta não observou os pressupostos legais e regulamentares, devendo o serviço público de distribuição de energia elétrica ser imediatamente devolvido à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de seu direito de indenização.

Subcláusula Quarta - Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço público de distribuição de energia elétrica será devolvida à CONCESSIONÁRIA,

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EXTINÇÃO DA CONCESSÃO, REVERSÃO DOS BENS E INSTALAÇÕES VINCULADOS

A concessão para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica regulada por este Contrato, considerar-se-á extinta, observadas as normas legais específicas, nos seguintes casos:

- I - pelo advento do termo final do contrato;
- II - pela encampação do serviço;
- III - pela caducidade;
- IV - pela rescisão;
- V - pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga; e
- VI - em caso de falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.

Subcláusula Primeira - O advento do termo final do contrato opera, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o presente Contrato até a assunção de nova concessionária.

Subcláusula Segunda - Extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao PODER CONCEDENTE, dos bens e instalações vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à CONCESSIONÁRIA, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Subcláusula Terceira - Para efeitos da reversão, consideram-se bens e instalações vinculados aqueles realizados pela CONCESSIONÁRIA e efetivamente utilizados na prestação do serviço.

Subcláusula Quarta - Para atender ao interesse público, mediante lei autorizativa específica, o PODER CONCEDENTE poderá retomar o serviço, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados pela CONCESSIONÁRIA para garantir a continuidade e a atualidade do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Subcláusula Quinta - Verificada qualquer das hipóteses de inadimplência previstas na legislação específica e neste Contrato, a ANEEL promoverá a declaração de caducidade da concessão, que será precedida de processo administrativo para verificação das infrações ou falhas da CONCESSIONÁRIA, assegurado direito de defesa e garantida a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço público de distribuição de energia elétrica. Da indenização apurada serão deduzidos os valores das penalidades e dos danos decorrentes do fato motivador da caducidade.

Subcláusula Sexta - O processo administrativo acima mencionado não será instaurado até que tenha sido dado inteiro conhecimento à CONCESSIONÁRIA, em detalhes, de tais infrações contratuais, bem como tempo suficiente para providenciar as correções de acordo com os termos deste Contrato.

Subcláusula Sétima - A declaração da caducidade não acarretará, para o PODER CONCEDENTE, qualquer responsabilidade em relação aos ônus, encargos ou compromissos

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46. Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49. Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

com terceiros que tenham sido contratados pela CONCESSIONÁRIA, nem com relação aos empregados desta.

Subcláusula Oitava - Alternativamente à declaração de caducidade, poderá o PODER CONCEDENTE restringir a área da concessão, promover a subconcessão ou desapropriar o bloco de ações de controle da CONCESSIONÁRIA e levá-lo a leilão público. Neste último caso, o valor apurado no leilão será transferido ao ACIONISTA CONTROLADOR, até o montante líquido da indenização que lhe seria devida no caso da caducidade.

Subcláusula Nona - Mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, poderá a CONCESSIONÁRIA promover a rescisão deste Contrato, no caso de descumprimento, pelo PODER CONCEDENTE, das normas aqui estabelecidas. Nesta hipótese, a CONCESSIONÁRIA não poderá interromper a prestação do serviço, enquanto não transitar em julgado a decisão judicial que decretar a extinção deste Contrato.

Subcláusula Décima - Em qualquer hipótese de extinção da concessão, o PODER CONCEDENTE assumirá, imediatamente, a prestação do serviço para garantir a sua continuidade e regularidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ELETRIFICAÇÃO RURAL

A CONCESSIONÁRIA obriga-se a implementar e participar de programas de eletrificação rural, com vistas ao atendimento da potencial demanda, visando o pleno atendimento do mercado de energia elétrica em sua área de concessão.

Subcláusula Primeira - A CONCESSIONÁRIA compromete-se a participar dos programas e ações decorrentes de políticas públicas federais ou estaduais que visem fomentar a eletrificação rural em sua área de concessão, quando solicitada, por escrito, pelos órgãos públicos promotores. A adesão se dará mediante instrumento jurídico próprio, onde serão definidas as obrigações das partes, o montante a ser investido e sua divisão entre os participantes, as metas físicas e respectivos prazos.

Subcláusula Segunda - No caso de não adesão da CONCESSIONÁRIA aos programas públicos de eletrificação rural para os quais tenha sido convocada, fica a seu encargo propor à ANEEL, no prazo de 90 dias, uma alternativa de atendimento da demanda identificada de seu mercado, em cumprimento do que dispõe o inciso II da Cláusula Quinta deste Contrato.

Subcláusula Terceira - A participação da CONCESSIONÁRIA observará, em todos os casos, as determinações da legislação de regência para prestação dos serviços públicos de energia elétrica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - COMPROMISSO DO ACIONISTA CONTROLADOR

O ACIONISTA CONTROLADOR declara aceitar e submeter-se, sem qualquer ressalva, às condições e Cláusulas deste Contrato, obrigando-se a introduzir, no Estatuto Social da CONCESSIONÁRIA, disposição no sentido de não transferir, ceder ou de qualquer forma alienar, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, as ações que fazem parte do bloco de controle sem a prévia concordância da ANEEL.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP20230032A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Subcláusula Única - Na hipótese de transferência, integral ou parcial, de ações que fazem parte do bloco de controle acionário, o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) deverá(ão) assinar termo de anuência e submissão às Cláusulas deste Contrato e às normas legais e regulamentares da concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS E FORO DO CONTRATO

Resguardado o interesse público, na hipótese de divergência na interpretação ou execução de dispositivos do presente Contrato, a CONCESSIONÁRIA poderá solicitar, às áreas organizacionais da ANEEL, afetas ao assunto, a realização de audiências com a finalidade de harmonizar os entendimentos, conforme procedimento aplicável..

Subcláusula Única - Para dirimir as dúvidas ou controvérsias não solucionadas de modo amigável, na forma indicada no *caput* desta Cláusula, fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa das partes a outros, por mais privilegiados que forem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO E REGISTRO DO CONTRATO

O presente Contrato será registrado e arquivado na ANEEL, que providenciará, dentro dos 20 (vinte) dias de sua assinatura, a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

Assim estando ajustado, fizeram as partes lavrar o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor que são assinadas pelos representantes da ANEEL, da CONCESSIONÁRIA e do ACIONISTA CONTROLADOR, juntamente com duas testemunhas, para os devidos efeitos legais

Brasília- DF, em 03 de fevereiro de 1999

PELA ANEEL:

JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO
Diretor-Geral da ANEEL

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPAP202202305A



ITESPAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

PELA CONCESSIONÁRIA:

MARCOS DO AMARAL MESQUITA
Diretor Geral

NORBERTO DE JESUS FILHO
Diretor

PELO AÇIONISTA CONTROLADOR:

MARCOS DO AMARAL MESQUITA
Diretor Geral

NORBERTO DE JESUS FILHO
Diretor

TESTEMUNHAS:

AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS
CPF:271.628.506-34

LUIZ TOSHIRO OKAMOTO
CPF: 479.566.588-53

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPAP202202305A



ITESPAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

ANEXO I

TARIFA DE FORNECIMENTO - CJE

(Aprovada pela Portaria nº 149, de 17/04/97, publicada no D.O.U. de 22/04/97)

QUADRO A

TARIFA CONVENCIONAL		
SUBGRUPO	DEMANDA (R\$/kW)	CONSUMO (R\$/MWh)
A2 (88 A 138 kV)	12,86	32,37
A3 (69 kV)	13,86	34,88
A3a (30 kV A 44 kV)	4,80	70,41
A4 (2,3 kV A 25 kV)	4,99	73,01
AS (Subterrâneo)	7,35	76,39
B1 - RESIDENCIAL		132,79
B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA		
Consumo mensal até 30 kWh		46,48
Consumo mensal de 31 a 100 kWh		79,67
Consumo mensal de 101 a 200 kWh		119,51
Consumo mensal de 200 a 220 kWh		132,79
B2 - RURAL		83,03
B2 - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		58,67
B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO		76,36
B3 - DEMAIS CLASSES		132,47
B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA:		
B4a - Rede de Distribuição		68,25
B4b - Bulbo de Lâmpada		74,91
B4c - Nível de IP acima do Padrão		110,98

QUADRO B

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL		
SEGMENTO HORÁRIO SUBGRUPO	DEMANDA (R\$/kW)	
	PONTA	FORA DE PONTA
A1 (230 kV ou mais)	7,54	1,57
A2 (88 A 138 kV)	8,10	1,87
A3 (69 kV)	10,88	2,97
A3a (30 A 44 kV)	12,71	4,24
A4 (2,3 A 25 kV)	13,17	4,38
AS (Subterrâneo)	13,78	6,74

QUADRO C

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL				
SEGMENTO SAZONAL SUBGRUPO	CONSUMO (R\$/MWh)			
	PONTA		FORA DE PONTA	
	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA
A1	42,93	37,55	30,37	25,83
A2	45,49	42,45	32,59	29,90
A3	51,54	45,70	35,51	30,66
A3a	83,35	77,16	39,64	35,04
A4	86,42	79,99	41,10	36,32
AS (Sub)	90,44	83,71	43,01	38,01

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPAP202202305A



ITESPAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Contrato de Concessão de Distribuição nº -15- / 99 - ANEEL - CJE Fl. 19

QUADRO D

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM - HORO-SAZONAL AZUL		
SEGMENTO HORO-SAZONAL SUBGRUPO	DEMANDA (R\$/kw)	
	PONTA	FORA DE PONTA
	SECA OU ÚMIDA	SECA OU ÚMIDA
A1 (230 kV ou mais)	27,95	5,86
A2 (88 A 138 kV)	30,02	6,86
A3 (69 kV)	40,33	11,02
A3a (30 a 44 kV)	42,75	14,24
A4 (2,3 a 25 kV)	39,54	13,17
AS (Subterrâneo)	41,37	20,19

QUADRO E

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE		DEMANDA (R\$/kw)
SUBGRUPO		
A3a (30 kV A 44 kV)		4,24
A4 (2,3 kV A 25 kV)		4,38
AS (Subterrâneo)		6,74

QUADRO F

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE				
SEGMENTO HORO-SAZONAL SUBGRUPO	CONSUMO (R\$/MWh)			
	PONTA		FORA DE PONTA	
	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA
A3a	377,24	371,05	39,64	35,04
A4	391,09	384,68	41,10	36,32
AS (Sub)	409,27	402,56	43,01	38,01

QUADRO G

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM - HORO-SAZONAL VERDE		DEMANDA (R\$/kw)
SUBGRUPO		
		PERÍODO SECO OU ÚMIDO
A3a (30 A 44 kV)		14,24
A4 (2,3 A 25 kV)		13,17
AS (Subterrâneo)		20,19

QUADRO J

DESCONTOS PERCENTUAIS		
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	CONSUMO
RURAL - GRUPO A	10,00	10,00
COOPERATIVAS - GRUPO A	50,00	50,00
ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15,00	15,00
ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15,00

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPAP202202305A



ITESPAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

ANEXO II

Qualidade no Fornecimento de Energia Elétrica

I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A sistemática de controle da qualidade do fornecimento de energia elétrica, aqui descrita, será implementada em etapas sucessivas, sendo contemplados três enfoques: a qualidade do produto, a qualidade do serviço e a qualidade do atendimento comercial.

O controle da qualidade será executado considerando indicadores e padrões individuais e coletivos, sendo que a violação dos padrões definidos poderão gerar penalidades em favor dos consumidores, assim como penalidades que deverão ser recolhidas ao órgão regulador, devendo ser objeto de legislação específica o destino e a aplicação destes recursos.

Os procedimentos para coleta, análise e encaminhamento dos indicadores ao órgão regulador estão apresentados nos Apêndices A, B, C, D e E, válidos para todas as etapas de implementação detalhadas a seguir.

Para a adequada compreensão do exposto neste documento, deve-se considerar as seguintes definições:

Consumidor atendido em tensão de distribuição	- Consumidor que recebe energia elétrica de uma concessionária de distribuição em rede elétrica com tensão nominal inferior a 69 kV.
Consumidor atendido em alta tensão	- Consumidor que recebe energia elétrica de uma concessionária de distribuição em rede elétrica com tensão nominal igual ou superior a 69 kV.
Consumidor atendido em baixa tensão	- Consumidor que recebe energia elétrica de uma concessionária de distribuição em rede elétrica com tensão nominal igual ou inferior a 1.000 V.
Consumidor atendido em média tensão	- Consumidor que recebe energia elétrica de uma concessionária de distribuição em rede elétrica com tensão nominal maior que 1.000 V e menor que 69 kV.

II - ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO

a) para indicadores e padrões da qualidade de serviço e do produto:

- **Etapa de adaptação**, que se inicia a partir da assinatura do Contrato de Concessão, estendendo-se até 31 de dezembro de 1999. Nesta etapa serão definidos, pelo órgão regulador, novos agrupamentos de consumidores para avaliação dos indicadores previstos para as etapas subsequentes. Estes novos agrupamentos serão denominados famílias de redes, estando conceituados no Apêndice F.
- **Etapa de transição**, que se inicia em 1º de janeiro de 2000, estendendo-se até 31 de dezembro de 2001. Nesta etapa será iniciada a constituição da base de dados de novos indicadores, cujos sistemas e procedimentos para disponibilização terão sido desenvolvidos na etapa de adaptação. Serão, ainda, procedidos estudos de metodologias para controle da qualidade da forma de onda e de fenômenos transitórios. Deste modo, a CONCESSIONÁRIA deverá dispor de informações, medições e dados necessários para a realização desses estudos.
- **Etapa de maturidade**, que se inicia em 1º de janeiro de 2002 e na qual se realizará o controle dos indicadores da legislação vigente e daqueles cuja base histórica foi preparada na etapa de transição. Alterar-se-á a mecânica de controle adotada nas etapas de adaptação e de transição e iniciar-se-á a aplicação das metodologias para controle da qualidade da forma de onda e de fenômenos transitórios.

b) para indicadores e padrões da qualidade do atendimento comercial:

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

- **Etapa de adaptação**, que se inicia a partir da assinatura do Contrato de Concessão, estendendo-se até 31 de dezembro de 1999. Nesta etapa iniciam-se os trabalhos para a definição de metodologia para a apuração do indicador de perdas comerciais, a ser controlado na próxima etapa.
- **Etapa de maturidade**, que se inicia em 1º de janeiro de 2000, durante a qual será mantido o controle dos mesmos indicadores, adotando-se novos padrões de qualidade. Nesta etapa as perdas comerciais passam a ser também controladas.

III - INDICADORES DE QUALIDADE DO PRODUTO E DE SERVIÇO

III.1 - Indicadores para a Etapa de Adaptação

III.1.a - Indicadores Controlados

Os indicadores referentes à CONCESSIONÁRIA como um todo e respectivos conjuntos são expressos através de valores médios mensais, trimestrais, quando for o caso, e anuais, devendo ser apurados pela CONCESSIONÁRIA e enviados trimestralmente ao órgão regulador.

Os indicadores individuais são controlados pelo consumidor ou, através de auditorias, pelo órgão regulador.

A CONCESSIONÁRIA deverá manter, à disposição dos interessados, registros de reclamações dos consumidores.

Nesta etapa serão estabelecidos novos agrupamentos de consumidores, denominados famílias de redes, conforme definido no Apêndice F.

a) Nível de Tensão

A tensão no ponto de entrega de cada unidade consumidora será controlada através de auditorias e do atendimento a reclamações de consumidores, implicando em processo de medição cujos critérios são apresentados no Apêndice A.

b) DEC e FEC - Duração e Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor

Os indicadores DEC e FEC previstos nesta etapa são os definidos pela portaria nº 046 do DNAEE, de 17/04/78, considerando interrupções superiores a 3 minutos. Seu controle será realizado considerando-se os conjuntos de consumidores estabelecidos na mesma portaria e a CONCESSIONÁRIA como um todo, sendo apurados de conformidade com o estabelecido no Apêndice B.

Deverão ser apurados mensalmente, para cada um desses indicadores, tanto os valores mensais correspondentes ao mês anterior, como os anuais, correspondentes aos doze meses anteriores.

Também deverão ser apurados e informados os valores de DEC e FEC, para cada trimestre civil.

No transcorrer desta etapa a CONCESSIONÁRIA poderá utilizar, para obtenção do DEC e do FEC, correlação considerando o número total de consumidores e a correspondente potência instalada, em kVA, exposta no Apêndice B.

No caso de algum conjunto de consumidores não se enquadrar nos tipos de conjuntos estabelecidos ou se houver alguma revisão na constituição dos atuais conjuntos, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar as respectivas adequações, sujeitas à aprovação do órgão regulador, nos primeiros 6 meses da etapa de adaptação.

Nas etapas futuras, os indicadores DEC e FEC serão também calculados para cada família de redes.

c) FMA, TMA e T80% - Frequência Média, Tempo Médio e Tempo 80% de Atendimento de Emergência

O controle desses indicadores será realizado para a CONCESSIONÁRIA como um todo, considerando somente os consumidores atendidos em tensão de distribuição, nas áreas urbana e rural

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITSPCAP202202305A



ITSPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

separadamente, sendo apurados de conformidade com o estabelecido no Apêndice C. Os valores mensais e anuais de cada um desses indicadores, referidos respectivamente ao mês anterior e aos últimos doze meses, deverão ser apurados mensalmente.

d) TA - Tempo de Atendimento

Os tempos de atendimento serão controlados através de auditorias, motivadas ou não por reclamações de consumidores.

e) DIC e FIC - Duração e Frequência de Interrupção Individual

Os indicadores DIC e FIC serão controlados através de auditorias motivadas ou não por reclamações de consumidores.

Sempre que solicitado pelo órgão regulador ou por um determinado consumidor, a CONCESSIONÁRIA deverá apurar o DIC e o FIC anuais, referidos ao último ano civil e aos últimos 12 meses, bem como o DIC e o FIC mensais e trimestrais, para o mesmo período, obedecidos os procedimentos constantes do Apêndice D.

III.1.b - Indicadores Acompanhados

a) DEC e FEC - Duração e Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor

Para fins de acompanhamento, nesta etapa deverão ser apurados, para consumidores atendidos em tensão de distribuição, considerando interrupções superiores a 3 minutos e a 1 minuto:

- os indicadores DEC e FEC desagregados em interrupções afetas:
- ao sistema de distribuição da própria CONCESSIONÁRIA;
- ao sistema de alta tensão/transporte da própria CONCESSIONÁRIA, incluídas subestações;
- ao sistema de suprimento de energia externo à CONCESSIONÁRIA.
- os indicadores DEC e FEC para interrupções superiores a 3 minutos e a 1 minuto, considerando, separadamente, interrupções programadas e não programadas.

Deverão também ser acompanhados os indicadores DEC e FEC para interrupções superiores a 3 minutos e a 1 minuto, considerando os consumidores atendidos em alta tensão, para a CONCESSIONÁRIA como um todo.

b) FEV e FDT – Frequência Equivalente de Violação de Tensão e Função Distribuição de Tensão

Objetivando a formação de base de dados e o estabelecimento de padrões, a CONCESSIONÁRIA deverá também fornecer os indicadores FDT e FEV, para a CONCESSIONÁRIA como um todo, apurados de conformidade com o estabelecido no Apêndice A.

III.2 - Indicadores para a Etapa de Transição

III.2.a - Indicadores Controlados

Os indicadores controlados nesta etapa serão os mesmos da etapa de adaptação, acrescidos dos indicadores FDT e FEV, até então apenas acompanhados.

Ressalve-se que os indicadores DEC e FEC ainda poderão ser obtidos por correlação durante o primeiro ano desta etapa. Além disso, o indicador T80%, nesta etapa, passa a ser substituído por T90%, para todos os consumidores.

Mediante estudos e análises específicas a serem conduzidas nesta etapa, serão definidos pelo órgão regulador os procedimentos para controle de indicadores referentes à qualidade do produto, no que diz respeito à forma de onda e, também, a metodologia para o cálculo das perdas técnicas, que por sua vez serão utilizadas para a determinação das perdas comerciais, sendo conhecidas as perdas totais.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Deste modo, a CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar as informações e os dados necessários para tais estudos e análises.

A partir desses elementos serão criadas condições para a implementação do controle desses parâmetros na etapa de maturidade.

A oportunidade de desenvolvimento dessas sistemáticas de controle apenas durante a segunda etapa, decorre da complexidade inerente do assunto. Em particular, os indicadores que caracterizam perturbações na forma de onda apresentam especificidades técnicas que dificultam seu tratamento de forma simples e expedita.

III.2.b - Indicadores Acompanhados

Objetivando a formação de base de dados e o estabelecimento de novos padrões para a próxima etapa, a CONCESSIONÁRIA deverá fornecer, a partir do início da etapa de transição, os indicadores DEC, FEC, FMA, TMA e T90% também por famílias de redes, novo tipo de agrupamento conceituado no Apêndice F.

Para os indicadores DEC e FEC, nesta etapa também deverá ser obedecida a desagregação contida no item anterior.

III.3 - Indicadores Controlados durante a Etapa de Maturidade

Ao final da etapa de transição, todos os indicadores de interesse estarão disponíveis com o grau de desagregação desejado, assim como os padrões dos indicadores para cada família de redes. Nesta etapa, os padrões a serem exigidos permitirão à CONCESSIONÁRIA atingir o nível desejado de excelência na qualidade do fornecimento.

A tabela I, abaixo, apresenta a relação de indicadores a serem controlados.

tabela I - indicadores controlados na etapa de maturidade

a) já definidos

Indicador	Abrangência	Período de Apuração
Nível de tensão	Individual	Reclamação ou Auditoria
DIC	Individual	Reclamação ou Auditoria
FIC	Individual	Reclamação ou Auditoria
TA	Individual	Reclamação ou Auditoria
DEC	CONCESSIONÁRIA/Conjuntos/Famílias	Mensal/Trimestral/Anual
FEC	CONCESSIONÁRIA/Conjuntos/Famílias	Mensal/Trimestral/Anual
FDT	CONCESSIONÁRIA	Trimestral/Anual
FEV	CONCESSIONÁRIA	Trimestral/Anual
TMA	CONCESSIONÁRIA/Famílias	Mensal/Anual
FMA	CONCESSIONÁRIA/Famílias	Mensal/Anual
T90%	CONCESSIONÁRIA/Famílias	Mensal/Anual

b) a definir

Indicador	Abrangência e Período de Apuração
Variações temporárias de frequência	A definir na 2ª etapa
Conteúdo harmônico	A definir na 2ª etapa
Interrupção de curta duração	A definir na 2ª etapa
Flutuação de tensão	A definir na 2ª etapa
Desequilíbrios de tensão	A definir na 2ª etapa
Variação de tensão de curta duração	A definir na 2ª etapa
Variação de tensão de longa duração	A definir na 2ª etapa
Variação momentânea de tensão	A definir na 2ª etapa
Perdas técnicas	A definir na 2ª etapa

PROCURADORIA GERAL/ANEEL
 VISTO



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
 Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
 Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

IV - PADRÕES DE QUALIDADE DO PRODUTO E DE SERVIÇO

IV.1 - Padrões para a Etapa de Adaptação

a) Níveis de Tensão para Consumidores Atendidos em Alta Tensão

Os níveis adequados de tensão deverão estar entre os seguintes valores:

tabela II - limites máximos e mínimos adequados de tensão - AT

Tensão Nominal do Sistema (kV)	Tensão de Fornecimento no Ponto de Entrega	
	Valor Mínimo (kV)	Valor Máximo (kV)
69	65,6	72,5
88	82,0	93,0
138	131,0	145,0
230	218,0	241,5

Os limites precários de tensão corresponderão a 90% das correspondentes tensões nominais do sistema.

b) Níveis de Tensão para Consumidores Atendidos em Média Tensão

A tensão de fornecimento deverá situar-se na faixa entre mais 5% e menos 5% da tensão nominal e, ainda, coincidir com um dos terminais de derivação previamente exigido ou recomendado para o(s) transformador(es) do consumidor.

Os limites adequados para a tensão deverão ser de mais 5% e menos 7,5% em relação à tensão de fornecimento.

c) Níveis de Tensão para Consumidores Atendidos em Baixa Tensão

Os limites máximos e mínimos para tensão de fornecimento aos consumidores ligados à rede de baixa tensão, para faixas de valores considerados adequados e precários, são aqueles estabelecidos pelas portarias nº 047, nº 91 e nº 4 do DNAEE, de 17/04/78, 08/09/80 e 10/01/89, respectivamente.

d) DEC e FEC - Duração e Frequência Equivalentes de Interrupção

Os indicadores anuais, referentes à CONCESSIONÁRIA, não deverão ultrapassar os valores constantes da tabela III, calculados com base nos indicadores verificados nos anos de 1996 e 1997, tomando-se os valores anuais obtidos ao término do mês de dezembro de cada um deles.

Os indicadores de cada conjunto não deverão ultrapassar suas respectivas médias, calculadas de forma análoga, acrescidas de 30%, não podendo ser ultrapassados, também, os limites estabelecidos pela portaria nº 046 do DNAEE, de 17/04/78, por tipo de conjunto.

Os indicadores mensais para a CONCESSIONÁRIA não deverão ser superiores a 1/5 (um quinto) dos respectivos padrões anuais.

Para cada um dos conjuntos, os indicadores mensais e trimestrais não poderão ser superiores, respectivamente, a 1/4 (um quarto) e a 3/4 (três quartos) dos padrões anuais correspondentes, respeitados os limites impostos pela portaria nº 046 do DNAEE, de 17/04/78.

A tabela abaixo apresenta os padrões de DEC e FEC para esta etapa, para a CONCESSIONÁRIA como um todo.

tabela III - padrões de DEC e FEC para consumidores atendidos em tensão de distribuição

Área	Padrão	DEC (horas)	FEC (interrupções por consumidor)

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Contrato de Concessão de Distribuição nº -15- / 99 - ANEEL - CJE Fl. 25

CONCESSIONÁRIA A	Anual	9,3	10,3
	Mensal	1,9	2,1

Os padrões fixados para cada conjunto de consumidores estão apresentados no Apêndice G, já incluído o adicional de 30% sobre a média referente aos anos de 1996 e 1997.

Para o conjunto dos consumidores atendidos em alta tensão, deverão ser respeitados os limites de DEC e FEC estabelecidos pela portaria nº 046 do DNAEE, de 17/04/78.

e) FMA, TMA e T80% - Frequência Média, Tempo Médio e Tempo 80% de Atendimento de Emergência

Os padrões de FMA, TMA e T80%, para a CONCESSIONÁRIA estão apresentados na tabela abaixo.

tabela IV - padrões de FMA, TMA e T80% para consumidores atendidos em tensão de distribuição

a) consumidores localizados na área urbana

Área	Padrão	FMA (ocorrências por 10000 consumidores)	TMA	T80%
			(min)	(min)
CONCESSIONÁRIA	Anual	750	110	105
	Mensal	70	130	155

b) consumidores localizados na área rural

Área	Padrão	FMA (ocorrências por 10000 consumidores)	TMA	T80%
			(min)	(min)
CONCESSIONÁRIA	Anual	8.955	155	160
	Mensal	680	195	240

f) DIC e FIC - Duração e Frequência de Interrupção Individual

Os padrões anuais, trimestrais e mensais de DIC e FIC estão apresentados na tabela V.

tabela V - padrões de DIC e FIC

Consumidores individuais	DIC (horas)			FIC (interrupções)		
	Anual	Trimestral	Mensal	Anual	Trimestral	Mensal
atendidos por sistema subterrâneo	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
atendidos em alta tensão	10	10	4	8	8	3
atendidos em média tensão situados em zona urbana	40	32	16	30	24	8
atendidos em baixa tensão situados em zona urbana, inclusive os pertencentes a conjuntos com menos de 1.000 consumidores	70	40	28	40	32	12
localizados em zona rural	120	60	48	80	48	24

g) TAI - Tempo de Atendimento Individual

O Tempo de Atendimento Individual não poderá ultrapassar os seguintes limites:

- consumidores atendidos em tensão inferior a 69 kV, localizados na área urbana: 20 horas;

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



ITESPAP202202305A



ITESPAP202300032A



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

- consumidores atendidos em tensão inferior a 69 kV, localizados na área rural: 20 horas;
- consumidores atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV: 2 horas.

IV.2 - Padrões para a Etapa de Transição

a) Níveis de Tensão

Todos os padrões de níveis de tensão da etapa de adaptação deverão ser mantidos.

b) DEC e FEC - Duração e Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor

Na etapa de transição, os padrões anuais de DEC e FEC, para a CONCESSIONÁRIA como um todo, serão os valores anuais verificados ao final do ano civil de 1999, considerando-se as interrupções superiores a 1 minuto.

No caso dos conjuntos de consumidores definidos pela portaria nº 046 do DNAEE, os indicadores anuais de DEC e FEC, para cada um deles, não deverão ultrapassar os correspondentes valores verificados ao final do ano de 1999, considerando-se as interrupções superiores a 1 minuto, acrescidos de 20%.

Os valores anuais de DEC e FEC para a CONCESSIONÁRIA como um todo e para cada um de seus conjuntos de consumidores, também não deverão ultrapassar os respectivos padrões vigentes na etapa anterior, multiplicados por um coeficiente que representará a relação entre os correspondentes indicadores apurados em 1999, considerando-se interrupções superiores a 3 minutos e superiores a 1 minuto.

Os indicadores mensais, para a CONCESSIONÁRIA como um todo, não deverão ser superiores a 1/6 (um sexto) dos correspondentes padrões anuais.

Para cada um dos conjuntos, os indicadores mensais e trimestrais não poderão ser superiores, respectivamente, a 1/4 (um quarto) e a 3/4 (três quartos) dos padrões anuais correspondentes, respeitados os limites impostos pela portaria nº 046 do DNAEE, de 17/04/78.

c) FMA, TMA e T90% - Frequência Média, Tempo Médio e Tempo 90% de Atendimento de Emergência

Os indicadores anuais de FMA, TMA e T90%, que substitui T80% nesta etapa, para a CONCESSIONÁRIA como um todo, não deverão ultrapassar os menores dentre:

- os verificados no ano de 1999, tomando-se os valores anuais obtidos ao término do ano civil;
- os padrões da etapa anterior.

Para consumidores localizados na área urbana ou rural, os padrões mensais corresponderão:

- para FMA - a 1,4 vezes o respectivo padrão anual, dividido por 12;
- para TMA - a 1,4 vezes o respectivo padrão anual;
- para T90% - a 1,4 vezes o respectivo padrão anual.

d) TAI - Tempo de Atendimento Individual

O Tempo de Atendimento Individual não poderá ultrapassar os seguintes limites:

- consumidores atendidos em tensão inferior a 69 kV, localizados na área urbana: 16 horas;
- consumidores atendidos em tensão inferior a 69 kV, localizados na área rural: 18 horas;
- consumidores atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV: 2 horas.

e) DIC e FIC - Duração e Frequência de Interrupção Individual

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Os padrões anuais de DIC e FIC serão apurados através de procedimento estatístico, considerando os índices verificados no ano civil de 1999, não superados por um valor a ser definido pelo órgão regulador, situado entre 98,5% e 99,5% dos consumidores envolvidos, para a CONCESSIONÁRIA como um todo, respeitados os limites fixados pela portaria nº 046 do DNAEE, de 17/04/78.

Caso não possam ser disponibilizados, pela CONCESSIONÁRIA, os índices verificados no ano civil de 1999 para a totalidade de seus consumidores, os valores efetivamente informados serão tomados como representativos do universo total de consumidores atendidos, desde que estatisticamente aceitáveis. A absoluta indisponibilidade desses indicadores, por sua vez, acarretará a livre fixação, pelo órgão regulador, dos padrões que vigorarão nesta etapa.

Se os valores apurados forem superiores aos padrões anuais adotados durante a etapa de adaptação, serão mantidos estes últimos também para a etapa de transição.

Os padrões mensais corresponderão a 0,4 vezes os respectivos padrões anuais.

Os padrões trimestrais serão os menores dentre os seguintes valores:

- 3 vezes os respectivos padrões mensais;
- os limites impostos pela portaria nº 046 do DNAEE, de 17/04/78.

g) FEV e FDT - Frequência Equivalente de Violação de Tensão e Função Distribuição de Tensão

Os procedimentos para análise e fixação de padrões relativos à adequação da tensão de fornecimento, vista de modo coletivo, serão resultantes de avaliações a serem realizadas durante o transcorrer das etapas de adaptação e de transição.

Deste modo, serão considerados como padrão de FEV e como referência de FDT, nesta etapa, os valores verificados no transcorrer da etapa de adaptação.

A etapa de transição deverá apresentar nível de qualidade de tensão igual ou superior ao nível verificado na etapa anterior, tido como nível de referência.

O nível de qualidade de referência será determinado pelo produto da FDT, obtida na etapa de adaptação, pela FCIT - Função Custo da Imperfeição da Tensão, obedecido o procedimento descrito no item sobre Penalidades.

IV.3 - Padrões para a Etapa de Maturidade

Esta etapa é caracterizada pelo alcance do nível pleno de instrumentos, procedimentos e padrões para o completo controle da qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Os indicadores introduzidos nas etapas anteriores, inclusive as sistemáticas de controle das perturbações na forma de onda, bem como os padrões fundamentados nas bases históricas constituídas e, ainda, a consideração de famílias de redes com atributos semelhantes, ao lado dos atuais conjuntos, constituem o ambiente de permanência desta etapa.

a) Níveis de Tensão

Todos os padrões de níveis de tensão da(s) etapa(s) anterior(es) deverão ser mantidos.

b) DEC, FEC, FMA, TMA e T90% - Duração e Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, Frequência Média e Tempo Médio de Atendimento de Emergência e Tempo 90% de Atendimento de Emergência

Nesta etapa deverá ser verificada, considerando-se a CONCESSIONÁRIA como um todo, a observância do menor dentre os seguintes valores anuais de DEC e FEC, referidos ao mês de dezembro:

- as correspondentes médias das médias anuais dos valores verificados no mês de dezembro de cada ano da etapa de transição, ponderadas pelos respectivos números de consumidores existentes ao final de cada um deles;

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

- as correspondentes médias das médias dos valores anuais verificados no mês de dezembro dos anos da etapa de transição, em todas as empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica do Estado de São Paulo, ponderadas pelos respectivos números de consumidores existentes ao final do período;
- os padrões vigentes durante a etapa de transição.

Os padrões mensais de DEC e FEC, para a CONCESSIONÁRIA como um todo, corresponderão a 1/4 (um quarto) dos padrões anuais.

Para os conjuntos de consumidores, os padrões anuais, trimestrais e mensais de DEC e FEC serão os mesmos da etapa anterior, respeitados os limites impostos pela portaria nº 046 do DNAEE, de 17/04/78.

No que se refere a FMA e TMA, os correspondente indicadores anuais para a CONCESSIONÁRIA como um todo não deverão ultrapassar as suas próprias médias, referentes aos anos da etapa de transição, tomando-se os valores anuais obtidos ao término do mês de dezembro de cada um deles.

Se os valores apurados forem superiores aos padrões anuais adotados durante a etapa de transição, serão mantidos estes últimos também para a etapa de maturidade.

Os padrões mensais de FMA e TMA corresponderão:

- para FMA - a 1,3 vezes o respectivo padrão anual, dividido por 12;
- para TMA - a 1,3 vezes o respectivo padrão anual.

Os padrões anuais e mensais de T90%, para a etapa de maturidade, são as correspondentes médias dos valores de T80% verificados nos dois anos da etapa de transição, para a CONCESSIONÁRIA como um todo e famílias de redes.

Se os valores apurados forem superiores aos padrões vigentes durante a etapa de transição, serão mantidos estes últimos também para a etapa de maturidade.

Os padrões mensais de T90% corresponderão a 1,3 vezes os respectivos padrões anuais.

Durante toda a etapa de transição deverão ser apurados os indicadores DEC, FEC, FMA, TMA e T90% para cada uma das redes elementares pertencentes a cada uma das famílias de redes existentes na CONCESSIONÁRIA.

De posse desses indicadores, deverão ser elaboradas e encaminhadas ao órgão regulador, mensal e trimestralmente, as distribuições acumuladas de frequências de ocorrências para cada um deles, sendo apurados 2 valores - o valor médio e o valor 90%.

Para a etapa de maturidade, os padrões de DEC, FEC, FMA, TMA e T90%, por família, serão expressos por este par de valores, considerando o par mais restritivo dentre:

- o relativo à própria CONCESSIONÁRIA;
- o relativo ao Estado de São Paulo, a ser determinado pelo órgão regulador, com base nos valores verificados em todas as empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica do Estado.

c) TAI - Tempo de Atendimento Individual

O Tempo de Atendimento Individual não poderá ultrapassar os seguintes limites:

- consumidores atendidos em tensão inferior a 69 kV, localizados na área urbana: 10 horas;
- consumidores atendidos em tensão inferior a 69 kV, localizados na área rural: 12 horas;
- consumidores atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV: 2 horas.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPAP20220305A



ITESPAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

d) DIC e FIC - Duração e Frequência de Interrupção Individual

Os padrões anuais de DIC e FIC serão apurados através de procedimento estatístico, considerando os índices verificados nos dois anos da etapa de transição, não superados por um valor a ser definido pelo órgão regulador, situado entre 98,5% e 99,5% dos consumidores envolvidos, para a CONCESSIONÁRIA como um todo.

Caso não possam ser disponibilizados, pela CONCESSIONÁRIA, os índices verificados nos dois anos da etapa de transição para a totalidade de seus consumidores, os valores efetivamente informados serão tomados como representativos do universo total de consumidores atendidos, desde que estatisticamente aceitáveis. A absoluta indisponibilidade desses indicadores, por sua vez, acarretará a livre fixação, pelo órgão regulador, dos padrões que vigorarão nesta etapa.

Se os valores apurados forem superiores aos padrões vigentes durante a etapa de transição, serão mantidos estes últimos também para a etapa de maturidade.

Os padrões mensais corresponderão a 0,4 vezes os respectivos padrões anuais.

Os padrões trimestrais serão os menores dentre os seguintes valores:

- 3 vezes os respectivos padrões mensais;
- os limites impostos pela portaria nº 046 do DNAEE, de 17/04/78.

e) FEV e FDT - Frequência Equivalente de Violação de Tensão e Função Distribuição de Tensão

Também para esta etapa, a fixação de padrões relativos a adequação da tensão de fornecimento, vista de modo coletivo, será decorrente de avaliações a serem realizadas durante as etapas de adaptação e de transição.

Nesta etapa deverá haver convergência para os níveis de tensão adequados. Deste modo, o padrão de FEV será zero.

V - INDICADORES DE QUALIDADE DO ATENDIMENTO COMERCIAL

Em todas as etapas de implantação do controle da qualidade do atendimento comercial utilizam-se os mesmos indicadores, indicados a seguir, os quais deverão ser apurados de forma mensal - referidos ao mês anterior, e anual - referidos aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, sendo encaminhados ao órgão regulador de três em três meses, obedecidos os procedimentos fixados no Apêndice E:

- Tempo médio de ligação nova em baixa tensão;
- Tempo médio de religação em baixa tensão;
- Tempo médio de elaboração de estudos e orçamentação de serviços na rede de distribuição para atendimento a novas ligações ou a alterações de carga;
- Tempo médio de execução de serviços na rede de distribuição, para atendimento a novas ligações ou alterações de carga, após apresentação do projeto e orçamento ao interessado e sua correspondente aprovação e pagamento, quando for o caso;
- Porcentagem de perdas comerciais.

Com base nestes indicadores o órgão regulador poderá fazer comunicados ou auditorias, quando verificar tendência de perda de qualidade ou de ultrapassagem de limites.

VI - PADRÕES DE QUALIDADE DO ATENDIMENTO COMERCIAL

Os padrões regulamentares que deverão ser obedecidos estão apresentados nas tabelas a seguir.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Citados padrões serão exigidos nas 2 etapas e seu cumprimento será aferido pelo órgão regulador através de auditorias por ela realizadas ou contratadas, em função das tendências observadas no histórico de indicadores coletados, de resultados desfavoráveis obtidos em pesquisas de opinião e de reclamações formuladas por consumidores.

Os prazos mencionados serão contados a partir do momento da solicitação do consumidor, quando fixados em horas, e a partir da data da solicitação, quando estabelecidos em dias úteis.

tabela VI – padrões individuais de qualidade do atendimento comercial, para consumidores atendidos em tensão de distribuição

Descrição	Etapa de Adaptação	Etapa de Maturidade
1.a) Prazo máximo para o atendimento a pedidos de ligação, quando se tratar de fornecimento em média tensão, excluídos os casos de inexistência de rede de distribuição em frente à unidade consumidora a ser ligada, de necessidade de reforma ou ampliação da rede, de necessidade de construção de ramal subterrâneo ou de inadequação das instalações do consumidor aos padrões técnicos da CONCESSIONÁRIA.	10 dias úteis	5 dias úteis
1.b) Prazo máximo para o atendimento a pedidos de ligação, quando se tratar de fornecimento em baixa tensão, incluindo a vistoria que a aprovar e excluídos os casos de inexistência de rede de distribuição em frente à unidade consumidora a ser ligada, de necessidade de reforma ou ampliação da rede, de necessidade de construção de ramal subterrâneo ou de inadequação das instalações do consumidor aos padrões técnicos da CONCESSIONÁRIA.	4 dias úteis	2 dias úteis
2. Prazo máximo para o atendimento a pedidos de religação, após cessado o motivo da suspensão do fornecimento e pagos os débitos, prejuízos, taxas, multas e acréscimos incidentes.	48 horas	24 horas
3. Prazo máximo para a comunicação dos resultados dos estudos, orçamentos, projetos e do prazo para início e conclusão das obras de distribuição, necessárias ao atendimento dos pedidos de ligação não cobertos nos itens 1.a e 1.b.	25 dias úteis	15 dias úteis
4. Prazo máximo para o início das obras referentes ao item anterior, após satisfeitas, pelo interessado, as condições gerais de fornecimento.	30 dias úteis	15 dias úteis
5. Prazo máximo para a devolução, ao consumidor, de valores referentes a indenização por danos em aparelhos elétricos provocados por problemas na rede da CONCESSIONÁRIA, comprovados por análise técnica.	30 dias úteis	20 dias úteis
6. Prazo máximo para a devolução, ao consumidor, de valores referentes a erros de faturamento que tenham resultado em cobranças a maior do cliente.	10 dias úteis	5 dias úteis
7. Prazo máximo para a religação de unidades consumidoras que tenham sofrido corte indevido no fornecimento de energia elétrica.	4 horas	4 horas
8. Prazo máximo para a regularização da medição, na ocorrência de defeitos no(s) medidor(es) instalado(s) na unidade consumidora.	4 dias úteis	2 dias úteis

tabela VII - padrões individuais de qualidade do atendimento comercial, para consumidores atendidos em alta tensão

Descrição	Etapa de	Etapa de
-----------	----------	----------

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



ITESPCAP20230305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
 Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
 Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

	Adaptação	Maturidade
1. Prazo máximo para a apresentação, ao consumidor, de informações referentes à possibilidade e às condições de atendimento a pedidos de novas ligações, incluindo o tempo necessário para a conclusão de estudos, projetos e orçamentos e os prazos para início e fim de eventuais obras, após satisfeitas, pelo interessado, as condições gerais de fornecimento	30 dias úteis	20 dias úteis
2. Prazo máximo para a devolução, ao consumidor, de valores referentes a erros de faturamento que tenham resultado em cobranças a maior do cliente.	10 dias úteis	5 dias úteis
3. Prazo máximo para a regularização da medição, na ocorrência de defeitos no(s) medidor(es) instalado(s) na unidade consumidora.	4 dias úteis	2 dias úteis

Para avaliação do cumprimento ou não dos padrões estabelecidos nas tabelas VI e VII não serão considerados os atrasos que ocorrerem devido a providências que dependam do consumidor.

VII - PENALIDADES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

VII.1 - Penalidades

Os indicadores controlados nas etapas descritas anteriormente, quando transgredirem os padrões estabelecidos, gerarão penalidades à CONCESSIONÁRIA, havendo dois grupos de degradação de qualidade:

Grupo 1 - Fato Gerador: violação de padrão de qualidade que afeta um único consumidor, visto individualmente.

Penalidade: recolhimento, pela CONCESSIONÁRIA, de multa específica conforme padrão não atendido, a ser paga ao consumidor afetado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do registro da ocorrência, podendo ser creditada em conta de fornecimento de energia elétrica.

Grupo 2 - Fato Gerador: violação de padrão de qualidade que afeta um grupo de consumidores, ou transgressão de outras obrigações descritas.

Penalidade:

- quando se tratar de violação de padrão de qualidade de produto e de serviço, a CONCESSIONÁRIA recolherá, ao órgão regulador, multa específica conforme padrão não atendido, obedecido o prazo fixado pelo Poder Concedente;
- quando se tratar de violação de padrão de qualidade de atendimento comercial ou transgressão de outras obrigações, o órgão regulador definirá o valor da penalidade conforme a transgressão, devendo ser recolhido pela CONCESSIONÁRIA, obedecido o prazo fixado pelo Poder Concedente.

As penalidades do Grupo 1, especificamente, deixarão de ser aplicadas no caso de acordo formal celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e o consumidor, em que se estabeleçam padrões de qualidade de serviço, produto ou atendimento comercial melhores que os fixados neste documento.

Outras penalidades também poderão ser convencionadas entre os consumidores e a CONCESSIONÁRIA, de acordo com contratos celebrados entre as partes.

Tais contratos, obrigatoriamente, deverão ser submetidos à homologação do órgão regulador.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPAP202202305A



ITESPAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

A aplicação das penalidades do Grupo 2 para os indicadores DEC, FEC, FMA, TMA e T80% ou T90% considerará uma tolerância de 10% na observância dos padrões definidos para a 1ª etapa e de 5% para a 2ª etapa.

Para DEC e FEC, as tolerâncias estabelecidas serão ignoradas caso os indicadores ultrapassem os limites fixados pela portaria nº 046 do DNAEE, de 17/04/78.

VII.2 - Penalidades para o descumprimento de Padrões de Qualidade de Serviço e do Produto

As penalidades para o descumprimento de padrões de qualidade de serviço e do produto são calculadas com base no faturamento mensal do fornecimento de energia elétrica, realizado pela CONCESSIONÁRIA para o(s) consumidor(es) afetado(s), majorado através da utilização de um coeficiente que variará entre 10 e 20, a critério do órgão regulador. Neste documento, este coeficiente está apontado como K_{ei} .

VII.2.1 - Penalidades do Grupo 1

Para os indicadores de qualidade de serviço e do produto, serão aplicadas penalidades do Grupo 1 para os casos de descumprimento dos padrões fixados para DIC, FIC, TAI e níveis de tensão.

Somente para consumidores atendidos em média ou alta tensão, serão aplicadas penalidades para os casos de violação dos padrões estabelecidos para níveis de tensão.

Havendo solicitação do consumidor afetado ou do órgão regulador, a CONCESSIONÁRIA deverá apurar o DIC e o FIC anuais, referidos ao último ano civil e aos últimos 12 meses, bem como o DIC e o FIC mensais e trimestrais, para os mesmos períodos.

Para cada indicador anual, trimestral ou mensal, constatada a ultrapassagem de seu padrão correspondente, a CONCESSIONÁRIA deverá adotar as providências cabíveis para solução do problema, obedecida a metodologia para condução do assunto contida neste documento.

A CONCESSIONÁRIA deverá, ainda, calcular e pagar ao consumidor envolvido, valor equivalente à soma das penalidades correspondentes a cada transgressão - mensal, trimestral e anual, para os indicadores DIC e FIC. Nos casos em que a transgressão dos padrões de DIC e FIC tiver o mesmo fato gerador, será aplicada apenas a multa correspondente ao maior valor dentre os apurados através das expressões apresentadas a seguir.

Para efeito do pagamento de penalidades por transgressões de DIC e FIC trimestrais e anuais, serão considerados os trimestres civis e o ano civil, evitando-se duplicidade de pagamento.

A aplicação de penalidades para casos de ultrapassagem do valor padrão de TA, de DIC e FIC mensais, trimestrais e anuais, bem como de Níveis de Tensão, será calculada de acordo com as seguintes expressões:

a) Para o DIC:

$$\text{Penalidade} = \left(\frac{DICv}{DICp} - 1 \right) \times DICp \times \frac{CM}{730h} \times K_{ei}$$

b) Para o FIC:

$$\text{Penalidade} = \left(\frac{FICv}{FICp} - 1 \right) \times DICp \times \frac{CM}{730h} \times K_{ei}, \text{ onde}$$

DICv = Duração de Interrupção Individual verificada, em horas por período;

DICp = Duração de Interrupção Individual padrão, em horas por período;

FICv = Frequência de Interrupção Individual verificada, em número de vezes por período;

FICp = Frequência de Interrupção Individual padrão, em número de vezes por período;

CM = Média dos importes das contas de fornecimento mensais do consumidor afetado, relativas aos 3 (três) meses anteriores à ocorrência, em R\$;

730h = Número médio de horas no mês;

K_{ei} = Coeficiente de majoração, que variará de 10 a 20, sendo igual a 10 na 1ª etapa.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Após nova apuração solicitada, se houver reincidência, a CONCESSIONÁRIA sofrerá aplicação de penalidade adicional, em valor a ser definido pelo órgão regulador, a ser pago obedecido o prazo disposto.

c) Para o TA:

O consumidor que tiver TA - Tempo de Atendimento superior ao padrão TAI - Tempo de Atendimento Individual, será ressarcido pela CONCESSIONÁRIA como segue:

$$\text{Penalidade} = \left(\frac{\text{TA}}{\text{TAI}} - 1 \right) \times \text{TAI} \times \frac{\text{CM}}{730\text{h}} \times k_{ei}, \text{ onde}$$

TA = Tempo de Atendimento verificado, em horas;
 TAI = Tempo de Atendimento Individual, em horas;
 CM = Média dos importes das contas de fornecimento mensais do consumidor afetado, relativas aos 3 (três) meses anteriores à ocorrência, em R\$;
 730h = Número médio de horas no mês;
 k_{ei} = Coeficiente de majoração, que variará de 10 a 20, sendo igual a 10 na 1ª etapa.

d) Para o nível de tensão:

Somente para os casos de consumidores com fornecimento realizado em média ou alta tensão, constatado o atendimento com nível de tensão inadequado, será aplicada multa à CONCESSIONÁRIA, em favor do consumidor afetado, calculada com base na seguinte expressão:

$$\text{Penalidade} = T \times \text{CM} \times 2, \text{ onde}$$

T = Tempo em que a tensão de fornecimento ficou fora dos limites estabelecidos, apurado através de medição, dividido pelo tempo total de medição;
 CM = Média dos importes das contas de fornecimento mensais do consumidor afetado, relativas aos 3 (três) meses anteriores à ocorrência, em R\$.

Ocorrências de níveis de tensão inferiores a 85% da nominal serão consideradas como interrupções do fornecimento, aplicando-se, neste caso, as penalidades previstas para DIC, FIC, DEC e FEC.

Em todas as expressões apresentadas, entende-se por importe da conta do consumidor afetado o seu valor líquido, referente exclusivamente ao faturamento da energia fornecida, excluídos impostos, taxas e outras cobranças e obrigações.

No caso de transgressão de DIC, FIC, TAI ou nível de tensão, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de 20 dias para pagamento da penalidade estipulada ao consumidor, podendo esta ser abatida da conta de energia elétrica do cliente. Neste caso, se o valor da penalidade for superior ao valor da conta, as parcelas restantes poderão ser abatidas das contas subsequentes, corrigidas com base em eventuais atualizações das tarifas de fornecimento aplicáveis ao interessado. Todos os valores deverão ser discriminados nas respectivas contas.

VII.2.2 - Penalidades do Grupo 2

A superação de qualquer um dos padrões de DEC e FEC mensais - correspondentes ao mês anterior, trimestrais - correspondentes ao trimestre civil anterior ou anuais - correspondentes aos doze meses anteriores, bem como de FMA, TMA e TX% mensais ou anuais, implicará em multa aplicável pelo órgão regulador, cujo valor será o maior dentre os valores calculados pelas seguintes expressões:

a) Para DEC e FEC

$$\text{Penalidade} = \left(\frac{\text{IND}_v}{\text{IND}_p} - k \right) \times \text{DEC}_p \times \frac{\text{FM}}{730\text{h}} \times k_{ei}$$

b) Para FMA e TMA

$$\text{Penalidade} = \left(\frac{\text{IND}_v}{\text{IND}_p} - k \right) \times \text{TMA}_p \times \frac{\text{FM}}{730\text{h}} \times k_{ei}$$

c) Para T80% ou T90%

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
 Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP20202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
 Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

$$\text{Penalidade} = \left(\frac{\text{INDv}}{\text{INDp}} - k \right) \times \text{TX}\% \times \frac{\text{FM}}{730\text{h}} \times k_{ei}, \text{ onde}$$

- INDv = Indicador verificado:
- DEC ou FEC para a expressão a;
 - FMA ou TMA para a expressão b;
 - T80% ou T90% para a expressão c;
- INDp = Indicador padrão correspondente a cada expressão de cálculo:
- DEC, FEC, FMA, TMA e T80% ou T90%;
- k = 1,10 para a 1ª etapa; 1,05 para a 2ª etapa e 1,00 para a 3ª etapa;
- DECp = DEC padrão, em horas por período;
- TMAp = TMA padrão, em horas por período;
- TX%p = T80% ou T90% padrão, em horas por período;
- FM = Média dos faturamentos mensais referentes aos consumidores do agrupamento afetado, relativos aos 3 (três) meses anteriores à ocorrência, em R\$;
- 730h = Número médio de horas no mês;
- k_{ei} = Coeficiente de majoração, que variará de 10 a 20, sendo igual a 10 na 1ª etapa.

Para DEC e FEC, em qualquer etapa, o valor de k, indicado nas expressões acima, será igual a 1,00 se os indicadores verificados superarem os limites impostos pela portaria nº 046 do DNAEE.

A apuração de penalidades referentes a transgressões de padrões anuais, será realizada com base nos indicadores verificados ao término de cada ano civil.

As penalidades descritas serão aplicadas em caso de transgressões verificadas para a CONCESSIONÁRIA como um todo, bem como para conjuntos de consumidores ou famílias de redes, quando for o caso.

Quinze dias após a aplicação da penalidade, a CONCESSIONÁRIA comunicará ao órgão regulador as providências que serão adotadas para a eliminação de seu fato gerador. O órgão regulador avaliará a pertinência das providências, podendo considerar a CONCESSIONÁRIA reincidente.

d) Para a tensão:

A aplicação de penalidades decorrentes da violação dos padrões de nível de tensão para consumidores atendidos em baixa tensão, considerará agrupamentos de consumidores, tendo, portanto, caráter coletivo. Será fruto da análise do comportamento da FDT - Função Distribuição de Tensão, identificando-se a quantidade de ocorrências de níveis de tensão que se situem fora dos limites adequados ou fora dos limites precários.

Assim, a aplicação de penalidade pela violação de tensão de caráter coletivo será fundamentada em dois fatores:

- na gradualidade da intensidade das sanções, sendo proporcional ao número de ocorrências de tensão fora da faixa adequada e crescente a partir dos limites de tensão adequados, até atingir seu valor máximo, o que ocorrerá quando os níveis de tensão forem iguais ou piores que os limites precários, critério este que garante uma certa tolerância a pequenos desvios;
- no montante da carga afetada.

Para considerar esses dois fatores, a penalidade será calculada pelo somatório dos produtos dos valores da FDT - Função Distribuição de Tensões, envolvendo somente os consumidores incluídos na FEV, referentes a cada intervalo de 1% da tensão nominal, pelos valores de outra função, denominada FCIT - Função Custo da Imperfeição da Tensão, cujo valor cresce na medida em que se afasta da faixa de tensões adequadas.

A operacionalização desses cálculos exige que sejam publicados pelo órgão regulador, periodicamente, os valores da FCIT - Função Custo da Imperfeição de Tensão para cada um dos agrupamentos de consumidores.

A título de exemplo, considere-se uma amostra de 1.000 consumidores, sendo que para cada consumidor são previstas 432 medições, correspondentes a 3 (três) dias de medição em intervalos de 10 (dez) minutos, o que resultaria em um total de 432.000 medições.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>

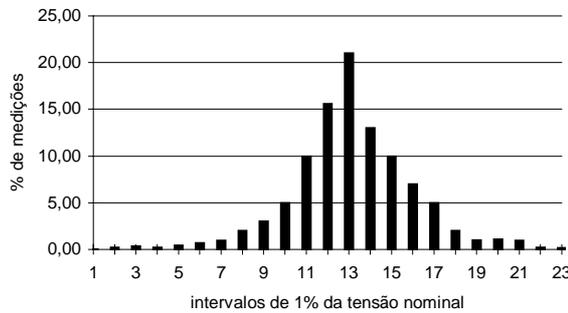


Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

As medições obtidas seriam configuradas em uma função de distribuição, apresentada abaixo, dando origem a uma primeira FDT:

1)	0,04	% das medições com	tensão inferior a 86% da tensão nominal
2)	0,24	% das medições com	tensão entre 86 % e 87 % da tensão nominal
3)	0,36	% das medições com	tensão entre 87 % e 88 % da tensão nominal
4)	0,20	% das medições com	tensão entre 88 % e 89 % da tensão nominal
5)	0,44	% das medições com	tensão entre 89 % e 90 % da tensão nominal
6)	0,72	% das medições com	tensão entre 90 % e 91 % da tensão nominal
7)	0,96	% das medições com	tensão entre 91 % e 92 % da tensão nominal
8)	2,00	% das medições com	tensão entre 92 % e 93 % da tensão nominal
9)	3,00	% das medições com	tensão entre 93 % e 94 % da tensão nominal
10)	5,00	% das medições com	tensão entre 94 % e 95 % da tensão nominal
11)	10,00	% das medições com	tensão entre 95 % e 96 % da tensão nominal
12)	15,60	% das medições com	tensão entre 96 % e 97 % da tensão nominal
13)	21,00	% das medições com	tensão entre 97 % e 98 % da tensão nominal
14)	13,00	% das medições com	tensão entre 98 % e 99 % da tensão nominal
15)	10,00	% das medições com	tensão entre 99 % e 100 % da tensão nominal
16)	7,00	% das medições com	tensão entre 100 % e 101 % da tensão nominal
17)	5,00	% das medições com	tensão entre 101 % e 102 % da tensão nominal
18)	2,00	% das medições com	tensão entre 102 % e 103 % da tensão nominal
19)	1,00	% das medições com	tensão entre 103 % e 104 % da tensão nominal
20)	1,08	% das medições com	tensão entre 104 % e 105 % da tensão nominal
21)	0,96	% das medições com	tensão entre 105 % e 106 % da tensão nominal
22)	0,24	% das medições com	tensão entre 106 % e 107 % da tensão nominal
23)	0,16	% das medições com	tensão superior a 107% da tensão nominal.

Distribuição de Tensões para 432.000 Medições



A diretriz que orienta o controle dos níveis de tensão é a vigilância sobre o comportamento da FDT - Função Distribuição de Tensão, identificando-se a quantidade de ocorrências de tensão que se situem fora dos limites adequados ou fora dos limites precários.

Deste modo, o primeiro conjunto de pontos da planilha acima representa 0,04% do universo de medições, de forma que 172 medições apresentaram valores inferiores a 86% da tensão nominal.

Admitindo-se, neste exemplo, que o sistema considerado é trifásico - 220/127 V e que todas as medições correspondem a valores de fase, cerca de 2% das tensões medidas estão abaixo do limite adequado inferior e 2,44% estão acima do limite adequado superior.

Mesmo sendo possível que mais consumidores apresentassem alguns valores de tensão medida fora dos limites adequados, considerou-se que apenas para 64 consumidores foram verificados 5 (cinco) ou mais níveis de tensão fora dos limites adequados.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
 Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
 Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Neste caso a FEV vale:

$$FEV = \frac{n^{\circ} \text{ de consumidores com desvio}}{n^{\circ} \text{ de consumidores medidos}} \times 100 = \frac{64}{1000} \times 100 = 6,4\%.$$

Uma segunda FDT, que é a base para avaliação de penalidades, deve ser construída apenas com esses 64 consumidores, referida sempre, porém, ao universo total de medições. Esta FDT exclui casos de consumidores que sofreram variações momentâneas de tensão em função de variações bruscas de cargas.

Considerando que as medições de tensão devem ser realizadas por aparelhos digitais, em intervalos de 10 minutos e períodos mínimos de 72 horas, o órgão regulador fixará um critério estatístico para definir que parcela do tempo pode ser atribuída a variações momentâneas de tensão ocasionadas por alterações bruscas de carga, previstas no artigo 6, inciso I da portaria nº 047 do DNAEE. Para a etapa de adaptação, serão consideradas variações de tensão momentâneas aquelas que tiverem uma probabilidade de ocorrência menor ou igual a 1%.

Neste exemplo, a segunda FDT tem 27.648 pontos medidos - 432 medições para cada um dos 64 consumidores envolvidos, assim distribuídos:

- 1) 0,02 % das medições com tensão inferior a 86% da tensão nominal
- 2) 0,12 % das medições com tensão entre 86 % e 87 % da tensão nominal
- 3) 0,18 % das medições com tensão entre 87 % e 88 % da tensão nominal
- 4) 0,10 % das medições com tensão entre 88 % e 89 % da tensão nominal
- 5) 0,24 % das medições com tensão entre 89 % e 90 % da tensão nominal
- 6) 0,36 % das medições com tensão entre 90 % e 91 % da tensão nominal
- 7) 0,48 % das medições com tensão entre 91 % e 92 % da tensão nominal
- 8) 0,56 % das medições com tensão entre 92 % e 93 % da tensão nominal
- 9) 0,40 % das medições com tensão entre 93 % e 94 % da tensão nominal
- 10) 0,48 % das medições com tensão entre 94 % e 95 % da tensão nominal
- 11) 0,52 % das medições com tensão entre 95 % e 96 % da tensão nominal
- 12) 0,36 % das medições com tensão entre 96 % e 97 % da tensão nominal
- 13) 0,42 % das medições com tensão entre 97 % e 98 % da tensão nominal
- 14) 0,56 % das medições com tensão entre 98 % e 99 % da tensão nominal
- 15) 0,60 % das medições com tensão entre 99 % e 100 % da tensão nominal
- 16) 0,40 % das medições com tensão entre 100 % e 101 % da tensão nominal
- 17) 0,04 % das medições com tensão entre 101 % e 102 % da tensão nominal
- 18) 0,04 % das medições com tensão entre 102 % e 103 % da tensão nominal
- 19) 0,12 % das medições com tensão entre 103 % e 104 % da tensão nominal
- 20) 0,08 % das medições com tensão entre 104 % e 105 % da tensão nominal
- 21) 0,12 % das medições com tensão entre 105 % e 106 % da tensão nominal
- 22) 0,12 % das medições com tensão entre 106 % e 107 % da tensão nominal
- 23) 0,08 % das medições com tensão superior a 107% da tensão nominal.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A

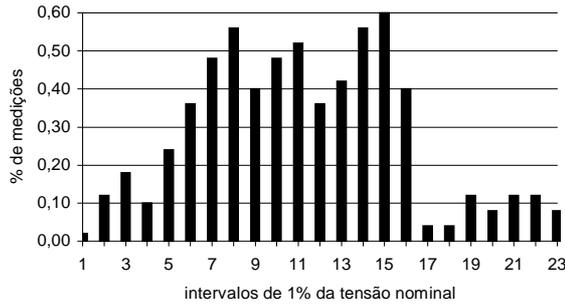


ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Distribuição de Tensões para 27.648 Medições



Admitindo-se, neste exemplo, que a Função Custo de Imperfeição de Tensão seja expressa pelos seguintes valores:

1500 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão inferior a	86%	da tensão nominal,
1042 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	86 % e 87 %	da nominal,
670 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	87 % e 88 %	da nominal,
375 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	88 % e 89 %	da nominal,
170 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	89 % e 90 %	da nominal,
45 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	90 % e 91 %	da nominal,
0 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	91 % e 92 %	da nominal,
0 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	92 % e 93 %	da nominal,
0 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	93 % e 94 %	da nominal,
0 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	94 % e 95 %	da nominal,
0 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	95 % e 96 %	da nominal,
0 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	96 % e 97 %	da nominal,
0 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	97 % e 98 %	da nominal,
0 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	98 % e 99 %	da nominal,
0 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	99 % e 100 %	da nominal,
0 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	100 % e 101 %	da nominal,
0 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	101 % e 102 %	da nominal,
0 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	102 % e 103 %	da nominal,
0 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	103 % e 104 %	da nominal,
100 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	104 % e 105 %	da nominal,
400 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	105 % e 106 %	da nominal,
900 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão entre	106 % e 107 %	da nominal e
1500 R\$/MWh	para a	% das medições com	tensão superior a	107%	da tensão nominal,

para efeito de penalidades, a FDT calculada considerando apenas os valores das medições dos consumidores com níveis de tensão inadequados, será associada à FCIT.

A figura a seguir ilustra esse procedimento:

PROCURADORIA GERAL/ANEEL
VISTO



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46. Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962



ITESPCAP202202305A

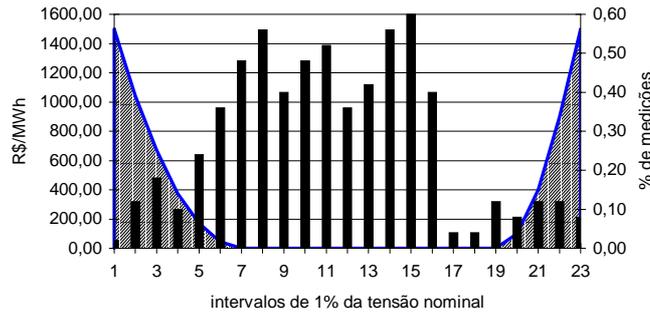


ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49. Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435

Distribuição de Tensões x Custo da Imperfeição da Tensão



O índice que determinará se houve degradação da tensão será o produto da segunda FDT pela FCIT - Função Custo de Imperfeição de Tensão:

% de medições com tensão abaixo de 86% da tensão nominal x 1.500,00 R\$/MWh +
 % de medições com tensão entre 86% e 87% da tensão nominal x 1.042,00 R\$/ MWh +
 % de medições com tensão entre 87% e 88% da tensão nominal x 670,00 R\$/MWh +
 % de medições com tensão entre 88% e 89% da tensão nominal x 375,00 R\$/MWh +
 % de medições com tensão entre 89% e 90% da tensão nominal x 170,00 R\$/MWh +
 % de medições com tensão entre 90% e 91% da tensão nominal x 45,00 R\$/MWh +
 % das medições com tensão entre 104% e 105% da tensão nominal x 100,00 R\$/MWh +
 % das medições com tensão entre 105% e 106% da tensão nominal x 400,00 R\$/MWh +
 % das medições com tensão entre 106% e 107% da tensão nominal x 900,00 R\$/MWh +
 % das medições com tensão superior a 106% x 1.500,00 R\$/ MWh =

$0,02\% \times 1.500,00 \text{ R}\$/\text{MWh} + 0,12\% \times 1.042,00 \text{ R}\$/\text{MWh} + 0,18\% \times 670,00 \text{ R}\$/\text{MWh} +$
 $0,10\% \times 375,00 \text{ R}\$/\text{MWh} + 0,24\% \times 170,00 \text{ R}\$/\text{MWh} + 0,36\% \times 45,00 \text{ R}\$/\text{MWh} +$
 $0,08\% \times 100,00 \text{ R}\$/\text{MWh} + 0,12\% \times 400,00 \text{ R}\$/\text{MWh} + 0,12\% \times 900,00 \text{ R}\$/\text{MWh} +$
 $0,08\% \times 1.500,00 \text{ R}\$/\text{MWh} = 6,54 \text{ R}\$/\text{MWh}.$

Durante o transcorrer da primeira etapa será definido o padrão referencial de atendimento dos níveis de tensão, avaliando-se a FEV, as duas FDT's e o produto da segunda FDT pela FCIT.

Ainda apenas como ilustração, se os valores do exemplo forem os verificados durante a primeira etapa, os padrões para a etapa de transição seriam:

FEV = 6,4%
 FDT x FCIT = R\$ 6,54 por MWh.

Em outras palavras, na segunda etapa a FEV deveria ser igual ou inferior a 6,4% e o produto da FDT - considerando-se apenas os consumidores que definiram o numerador da expressão de cálculo da FEV - pela FCIT não poderia superar a R\$ 6,54 por MWh.

Caso o novo valor do produto citado seja de R\$ 8,54 por MWh, a diferença de R\$ 2,00 por MWh será o referencial para cálculo e aplicação da penalidade correspondente, que serão realizados ao final de cada ano civil, a partir da etapa de transição.

Em uma concessionária que possua um montante de carga atendida em baixa tensão equivalente a 6.000.000 MWh/ano, a penalidade anual devida a esta perda de qualidade será de:

$\text{R}\$ 2,00 \text{ por MWh} \times 6.000.000 \text{ MWh} = \text{R}\$ 12.000.000,00.$

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
 Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPAP20220305A



ITESPAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
 Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Já na terceira etapa, finalmente, o produto da FDT pela FCIT e a FEV deverão ser iguais a zero, sendo a penalidade calculada pela expressão:

Penalidade = FDT x FCIT x Consumo Anual das Cargas atendidas em Baixa Tensão.

VII.3 - Penalidades para o descumprimento de Padrões de Qualidade do Atendimento Comercial

VII.3.1 - Penalidades do Grupo 1

Para os itens de qualidade do atendimento comercial, as penalidades do Grupo 1, referentes ao descumprimento de padrões que afetam um consumidor individualmente, serão calculadas de acordo com a expressão seguinte:

$$\text{Penalidade} = \left[\text{INT} \left(\frac{\text{INDv}}{\text{INDp}} \right) \right] \times \text{VUP} \times \text{MFA}, \text{ onde:}$$

- INT = Parte inteira do resultado da operação indicada entre parênteses;
- INDv = Valor do indicador verificado para os itens constantes nas tabelas de padrões;
- INDp = Padrão estabelecido para os itens constantes nas mesmas tabelas;
- VUP = Valor unitário para cada transgressão de padrão, conforme tabelas abaixo, em %;
- MFA = Milésima parte do faturamento anual da CONCESSIONÁRIA, relativo ao ano civil anterior à data da infração.

tabela VIII - penalidades do grupo 1 para padrões de qualidade do atendimento comercial, para consumidores atendidos em tensão de distribuição

Descrição	VUP (%)
1.a) Prazo máximo para o atendimento a pedidos de ligação, quando se tratar de fornecimento em média tensão, excluídos os casos de inexistência de rede de distribuição em frente à unidade consumidora a ser ligada, de necessidade de reforma ou ampliação da rede, de necessidade de construção de ramal subterrâneo ou inadequação das instalações do consumidor aos padrões técnicos da CONCESSIONÁRIA.	0,46442
1.b) Prazo máximo para o atendimento a pedidos de ligação, quando se tratar de fornecimento em baixa tensão, incluindo a vistoria que a aprovar e excluídos os casos de inexistência de rede de distribuição em frente à unidade consumidora a ser ligada, de necessidade de reforma ou ampliação da rede, de necessidade de construção de ramal subterrâneo ou inadequação das instalações do consumidor aos padrões técnicos da CONCESSIONÁRIA.	0,04644
2. Prazo máximo para o atendimento a pedidos de religação, após cessado o motivo da suspensão do fornecimento e pagos os débitos, prejuízos, taxas, multas e acréscimos incidentes.	0,04644
3. Prazo máximo para a comunicação dos resultados dos estudos, orçamentos, projetos e do prazo para início e conclusão das obras de distribuição, necessárias ao atendimento dos pedidos de ligação não cobertos nos itens 1.a e 1.b.	0,46442
4. Prazo máximo para o início das obras referentes ao item anterior, após satisfeitas, pelo interessado, as condições gerais de fornecimento.	0,46442
5. Prazo máximo para a devolução, ao consumidor, de valores referentes a indenização por danos em aparelhos elétricos provocados por problemas na rede da CONCESSIONÁRIA, comprovados por análise técnica.	1,39325
6. Prazo máximo para a devolução, ao consumidor, de valores referentes a erros de faturamento que tenham resultado em cobranças a maior do cliente.	0,13933
7. Prazo máximo para a religação de unidades consumidoras que tenham sofrido corte indevido no fornecimento de energia elétrica.	0,13933
8. Prazo máximo para a regularização da medição, na ocorrência de defeitos no(s) medidor(es) instalado(s) na unidade consumidora.	0,04644

PROCURADORIA GERAL/ANEEL
VISTO



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

tabela IX - penalidades do grupo 1 para padrões de qualidade do atendimento comercial, para consumidores atendidos em alta tensão

Descrição	VUP (%)
1. Prazo máximo para a apresentação, ao consumidor, de informações referentes à possibilidade e às condições de atendimento a pedidos de novas ligações, incluindo o tempo necessário para a conclusão de estudos, projetos e orçamentos e os prazos para início e fim de eventuais obras, após satisfeitas, pelo interessado, as condições gerais de fornecimento	4,64417
2. Prazo máximo para a devolução, ao consumidor, de valores referentes a erros de faturamento que tenham resultado em cobranças a maior do cliente.	
3. Prazo máximo para a regularização da medição, na ocorrência de defeitos no(s) medidor(es) instalado(s) na unidade consumidora.	

Também neste caso, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de 20 dias para pagamento da penalidade estipulada ao consumidor, podendo esta ser abatida da conta de energia elétrica do cliente. Se o valor da penalidade for superior ao valor da conta, as parcelas restantes poderão ser abatidas das contas subsequentes, corrigidas com base em eventuais atualizações das tarifas de fornecimento aplicáveis ao interessado. Todos os valores deverão ser discriminados nas respectivas contas.

Cada uma das multas apuradas, como exposto, será arredondada para o correspondente valor inteiro imediatamente superior.

VII.4 - Outras Obrigações da CONCESSIONÁRIA

A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as seguintes obrigações adicionais:

- deixar disponível a legislação referente às condições gerais de fornecimento de energia elétrica em todos pontos de atendimento ao público, para conhecimento e consulta pelos interessados;
- realizar todas as ligações novas, obrigatoriamente, com a instalação de medição, excluindo-se casos específicos previstos na regulamentação;
- fornecer ao consumidor, quando do pedido de serviços à CONCESSIONÁRIA, protocolo com os prazos regulamentares relativos aos serviços solicitados;
- informar verbalmente ao consumidor, quando o pedido de serviços for realizado através de atendimento telefônico, os prazos regulamentares relativos aos serviços solicitados, além de identificação do atendente e número do protocolo de atendimento;
- manter registros de reclamações dos consumidores, à disposição dos interessados;
- responder a toda consulta ou reclamação formulada por seus clientes, obedecido o prazo máximo de 10 dias úteis;
- nos casos de reforma e/ou extensão de redes de distribuição de energia elétrica, não utilizar padrões construtivos diferentes dos adotados nas redes já implantadas em cada respectivo logradouro, salvo se para melhoria ou modernização das condições de atendimento aos consumidores, sem prejuízo das características urbanísticas ou ambientais existentes;
- submeter à aprovação do órgão regulador, até o final do mês de setembro de cada ano, plano de inspeção e de aferição programada de equipamentos de medição instalados nas unidades de consumo existentes;
- fornecer ao órgão regulador, até o final do mês de janeiro de cada ano, os resultados das inspeções e aferições programadas de que trata o item acima, referentes ao ano imediatamente anterior;
- dar ciência aos consumidores envolvidos, com a antecedência devida, sobre as interrupções programadas no fornecimento de energia elétrica, através de meios eficazes de comunicação.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Além das obrigações acima indicadas e dos procedimentos contidos neste documento, apresentam-se a seguir outras providências que deverão ser rigorosamente cumpridas pela CONCESSIONÁRIA:

a) Quanto aos indicadores coletivos DEC e FEC

Sempre que ocorrer ultrapassagem dos padrões exigidos, a CONCESSIONÁRIA terá que, no prazo máximo de 180 dias a contar da data do recebimento de notificação, efetivamente solucionar o problema.

Até 30 dias da referida notificação, a CONCESSIONÁRIA deverá informar ao órgão regulador a data de conclusão das providências a serem adotadas, descrevendo as causas e a programação das ações previstas.

b) Quanto aos indicadores individuais DIC e FIC

Sempre que houver reclamações de consumidores individuais ou por solicitação do órgão regulador, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder da seguinte forma:

- num prazo máximo de 30 dias da data do recebimento da reclamação, enviar carta resposta ao reclamante, contendo o resultado da apuração;
- caso a apuração demonstre violação do padrão estabelecido, a CONCESSIONÁRIA deverá, dentro de prazo acordado com o consumidor e que não poderá superar 180 dias contados a partir da emissão da carta citada no item anterior, efetivamente solucionar o problema;
- a apuração de DIC e FIC não acarretará qualquer ônus ao consumidor envolvido ou ao órgão regulador, sendo todos os custos decorrentes desta atividade assumidos pela CONCESSIONÁRIA.

c) Quanto aos níveis de tensão

O prazo para resposta a uma solicitação de medição da tensão de fornecimento, através de correspondência escrita com fornecimento dos resultados da medição, é de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da solicitação.

O prazo para a tomada de providências, realização de novas medições e envio de correspondência ao solicitante comunicando a correção da irregularidade, quando se constatar inadequação da tensão, é de:

- (noventa) dias após recebimento da solicitação, quando for constatado que as tensões medidas estão fora dos limites precários;
- (cento e oitenta) dias, quando for constatado que as tensões medidas estão fora dos limites adequados mas dentro dos limites precários.

Até 30 dias da constatação da ocorrência, a CONCESSIONÁRIA deverá informar ao órgão regulador a data de conclusão das providências a serem adotadas, descrevendo as causas e a programação das ações previstas.

Os resultados das medições, inclusive relatórios gerados por equipamento de medição em forma de gráfico ou de planilha, devem ser arquivados pela CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 3 (três) anos.

Após a tomada de providências para trazer os níveis de tensão para dentro dos limites adequados, uma nova medição deve ser realizada, sendo o solicitante convidado para acompanhá-la, com um prazo de, pelo menos, 48 horas de antecedência.

São ainda obrigações da CONCESSIONÁRIA:

a) a realização de pesquisas periódicas de satisfação de consumidores

As pesquisas deverão abordar a satisfação dos consumidores com respeito, dentre outros, aos seguintes aspectos:

- Frequência e duração das interrupções no fornecimento de energia elétrica;
- Qualidade do produto - nível de tensão, variações de tensão, interferências e qualidade da forma de onda;

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
 Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
 Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

- Atendimento pessoal e ou telefônico comercial e de emergência, em termos de disponibilidade do serviço, atenção, presteza e eficiência;
- Serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, tais como ligação, religação, leitura de medidores, entrega de contas, orçamentos para extensões de rede;
- Orientações obrigatórias feitas pela CONCESSIONÁRIA sobre o uso seguro e adequado da energia elétrica;
- Esclarecimentos obrigatórios sobre direitos e deveres dos consumidores;
- Serviço de iluminação pública;
- Imagem institucional da CONCESSIONÁRIA;
- Tarifas de fornecimento e taxas de serviços;
- Notificações sobre interrupções programadas.

Para consumidores atendidos em alta tensão, tendo em vista o universo restrito destes consumidores, a CONCESSIONÁRIA deverá avaliar anualmente, dentre outras, as seguintes informações, através de questionário especial encaminhado a todos eles:

- Frequência e duração das interrupções;
- Qualidade do produto - nível de tensão, variações de tensão, interferências e qualidade de forma de onda;
- Atendimento comercial e de emergência;
- Esclarecimentos obrigatórios da CONCESSIONÁRIA;
- Tarifas de fornecimento.

Compiladas as respostas, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar relatório específico ao órgão regulador.

- b) elaboração e encaminhamento de relatórios de acidentes, de programas especiais, de mercado e faturamento e relatórios específicos

Esses relatórios serão obrigatórios e deverão ser enviados periodicamente ou quando solicitados pelo órgão regulador. Visam permitir que o órgão regulador analise o desempenho da CONCESSIONÁRIA no que se refere a:

• Acidentes

- Empregados acidentados no ano, inclusive os de empresas contratadas, com indicação, no mínimo, de causas e níveis de gravidade dos acidentes ocorridos;
- Acidentes com terceiros envolvendo a rede de energia elétrica, com indicação de respectivas causas e níveis de gravidade, bem como de ações corretivas nos casos de inadequação de instalações da CONCESSIONÁRIA;
- Campanhas preventivas sobre acidentes no uso de energia elétrica;
- Pedidos de Indenização por queima de aparelhos e indenizações efetivamente pagas pela CONCESSIONÁRIA.

Este relatório será encaminhado anualmente ao órgão regulador.

• Programas Especiais

- Conservação de energia elétrica;
- Programas/Atendimentos sociais, como a desempregados, consumidores de baixa renda, aposentados, entidades sem fins lucrativos, eletrificação rural, dentre outros;
- Pesquisa e desenvolvimento em sistemas comerciais e em tecnologia.

Este relatório será encaminhado anualmente ao órgão regulador.

• Mercado e Faturamento

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

- Número de consumidores atendidos, energia vendida e valores faturados, a cada mês, por categoria de consumo, para a CONCESSIONÁRIA como um todo e conjuntos de consumidores.

Este relatório será encaminhado trimestralmente ao órgão regulador.

• **Relatórios Específicos**

A critério do órgão regulador poderão ser solicitados relatórios sobre temas específicos. O ônus da elaboração desses relatórios extraordinários fica a cargo da CONCESSIONÁRIA.

No que diz respeito aos consumidores atendidos em alta tensão, ao suprimento de energia e ao planejamento de obras na sua rede de alta tensão, a CONCESSIONÁRIA deverá enviar ao órgão regulador, anualmente, os seguintes relatórios:

- Relação de clientes em alta tensão destacando:
 - vigência dos contratos;
 - tipo de contrato - com ou sem fornecimento energético;
 - grandezas contratadas - potência e energia;
 - níveis de qualidade do produto, serviço e atendimento contratados, caso sejam diferentes dos padrões mínimos;
 - tarifas contratuais.
- Relação dos contratos de suprimento e de transporte firmados com outras concessionárias ou produtores independentes:
 - vigência dos contratos;
 - grandezas contratadas - demandas, energias;
 - tarifas contratuais.
- Planejamento de obras:
- relação das obras e dos investimentos previstos para os próximos 5 anos nas redes de alta tensão.

VII.5 - Penalidades para o Descumprimento de Prazos e Outras Obrigações da CONCESSIONÁRIA

Haverá aplicação de multa à CONCESSIONÁRIA em valor a ser definido pelo órgão regulador, cada vez que for constatado o descumprimento de qualquer uma das suas obrigações citadas no item anterior, bem como qualquer um dos prazos estipulados neste documento, para resposta a reclamações e ou solução de inadequações de qualidade de produto, serviço ou atendimento comercial detectadas.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

APÊNDICE A

PROCEDIMENTOS PARA COLETA, APURAÇÃO E ENVIO DOS INDICADORES REFERENTES AO NÍVEL DE TENSÃO

1 - OBJETIVO

Estabelecer diretrizes para a coleta, apuração e envio dos indicadores referentes ao nível de tensão nos pontos de entrega de energia aos consumidores.

2 - TERMINOLOGIA E DEFINIÇÕES

Para efeito dessa regulamentação são estabelecidos os seguintes conceitos:

TENSÃO MEDIDA

É a média dos valores das tensões eficazes obtidas por medição em um intervalo de tempo de 10 minutos, no ponto de entrega de um consumidor, com período de amostragem de, no máximo, 1 minuto.

TENSÃO NOMINAL

É uma tensão eficaz fixada como base para um sistema de energia elétrica.

TENSÃO MEDIDA MÁXIMA E MÍNIMA

São, respectivamente, as tensões eficazes, máxima e mínima, medidas, em um período de medição pré-determinado, conforme procedimento específico indicado neste texto.

CLASSES DE ATENDIMENTO EM FUNÇÃO DA TENSÃO NOMINAL

Os consumidores são classificados nas seguintes classes de atendimento em função da tensão nominal:

- Consumidores de Baixa Tensão para atendimentos com tensão nominal até 1000 V;
- Consumidores de Média Tensão para atendimentos com tensão nominal superior a 1000 V e inferior a 69 kV
- Consumidores de Alta Tensão para atendimentos com tensão nominal igual ou superior a 69 kV

TENSÃO DE FORNECIMENTO

É a tensão eficaz fixada pela CONCESSIONÁRIA, em contrato de fornecimento de energia elétrica, para cada consumidor atendido em média tensão.

LIMITES PRECÁRIOS DE TENSÃO MEDIDA

São os limites admissíveis para tensão eficaz medida, máxima e mínima, para condições provisórias de funcionamento do sistema.

Os limites precários estão indicados na tabela abaixo e são admitidos apenas para os consumidores atendidos em baixa tensão. São admitidas tensões eficazes precárias:

- a) Quando o nível de tensão estiver em fase de correção.
- b) Em caso de ações de manutenção, com duração inferior a 5 (cinco) dias.

LIMITES ADEQUADOS DE TENSÃO MEDIDA

São os limites admissíveis para tensão eficaz medida máxima e mínima, para as condições permanentes de funcionamento do sistema. Os valores adequados de tensão eficaz são indicados a seguir:

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPAP202202305A



ITESPAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

LIMITES ADEQUADOS PARA CONSUMIDORES ATENDIDOS EM MÉDIA TENSÃO

A tensão de fornecimento deverá situar-se na faixa entre mais 5% e menos 5% da tensão nominal e, ainda, coincidir com uma das relações de transformação previamente exigida ou recomendada para o(s) transformador(es) do consumidor.

Os limites adequados para a tensão deverão ser de mais 5% e menos 7,5% em relação à tensão de fornecimento.

LIMITES ADEQUADOS PARA CONSUMIDORES ATENDIDOS EM BAIXA TENSÃO

A tabela a seguir apresenta os limites máximos e mínimos para tensão de fornecimento aos consumidores ligados à rede secundária, para faixas de valores considerados adequados e precários.

limites máximos e mínimos para tensões eficazes adequadas e precárias para consumidores atendidos em baixa tensão

Tensão (Volts)		Limites Adequados de Variação (Volts)		Limites Precários de Variação (Volts)	
Sistema	Nominal	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Trifásico	220/127	201/116	229/132	189/109	233/135
Trifásico	380/220	348/201	396/229	327/189	403/233
Monofásico	230/115 ⁽¹⁾	212/106	242/121	206/103	254/127
Monofásico	240/120 ⁽¹⁾	216/108	250/125	206/103	254/127
Monofásico	254/127	232/116	264/132	218/109	270/135
Monofásico	440/220	402/201	458/229	378/189	466/233

⁽¹⁾ Tensões não padronizadas

LIMITES ADEQUADOS PARA CONSUMIDORES ATENDIDOS EM ALTA TENSÃO

Os limites adequados se situam entre mais e menos 5% das tensões nominais do sistema.

Neste caso, se o evento que acarretar o desvio dos níveis de tensão para fora dos limites adequados for de natureza programada, a CONCESSIONÁRIA deverá avisar os consumidores com antecedência de 72 horas. Em caso de natureza acidental, em que não seja possível realizar a comunicação prévia acima mencionada, a CONCESSIONÁRIA deverá fazê-la depois da realização das ações necessárias para normalização da rede.

UNIVERSO DE APURAÇÃO DOS INDICADORES

A apuração dos níveis de tensão deve ser realizada individualmente, para qualquer consumidor, desde que seja solicitado pelo consumidor ou pelo órgão regulador.

A apuração dos indicadores coletivos FEV e FDT deve ser realizada considerando como universo todos os consumidores da CONCESSIONÁRIA faturados com tarifas do Grupo B, excluindo-se a iluminação pública.

No caso da CONCESSIONÁRIA vir a ser subdividida, deverão ser realizadas medições de tensão em um número tal de consumidores de forma a complementar as medições já efetuadas, atingindo-se a amostra mínima estabelecida.

AMOSTRA

A apuração dos valores dos indicadores coletivos FEV e FDT será realizada com base em uma amostra a ser definida pelo órgão regulador.

Para a primeira etapa esta amostra deverá conter 80 consumidores por trimestre, totalizando 320 a cada ano civil.

PERÍODO DE APURAÇÃO DO FEV E FDT

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

A apuração dos indicadores FEV e FDT será trimestral, para cada um dos trimestres civis.

PERÍODO DE MEDIÇÃO DOS VALORES DE TENSÃO EFICAZ

Trata-se do período de registro dos valores eficazes de tensão medida no ponto de entrega de energia a um consumidor.

Os períodos de cada medição definidos pelo órgão regulador são diferentes para:

- Atendimento a Reclamações de Tensão - 168 horas consecutivas, independentemente da tensão de fornecimento. Apenas durante a primeira etapa o atendimento a reclamações de tensão poderá envolver medições realizadas, excepcionalmente, por apenas 72 horas consecutivas. Desde que justificado, o solicitante poderá optar pela data e hora de início das medições.
- Apuração de Indicadores Coletivos - Durante a etapa de adaptação a apuração será realizada durante 3 dias úteis consecutivos, de forma que, caso o aparelho de medição permaneça instalado durante finais de semana ou feriados, as medições desses períodos não serão consideradas no cálculo dos indicadores. Nas etapas subsequentes, o período de apuração poderá ser estendido para até 7 dias consecutivos.

Nos casos em que características de sazonalidade da carga envolvida justifiquem, o órgão regulador poderá determinar outros períodos para tais medições.

FEV - FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE VIOLAÇÃO DE TENSÃO

É definida como sendo a razão entre o número de consumidores faturados com tarifas do Grupo B, cuja tensão se encontra fora dos limites admissíveis, e número total de consumidores da amostra faturados com tarifas do Grupo B, independentemente da tensão de fornecimento.

Para a apuração deste indicador será utilizada a amostra do universo de consumidores definida acima e no item 4.2.

Após a medição dos valores de tensão nos consumidores desta amostra o FEV deve ser calculado pela expressão:

$$FEV = \frac{n_{cf}}{n_{ct}} \times 100, \text{ onde}$$

n_{cf} = número de consumidores da amostra, que se encontram com tensão medida fora dos limites adequados, em período superior a 1% do período de medição.

n_{ct} = número total de consumidores da amostra.

FDT - FUNÇÃO DISTRIBUIÇÃO DE TENSÃO

É uma função que apresenta a distribuição de ocorrências de níveis de tensão, obtidas através de medição apropriada, considerando intervalos de amplitude igual a 1% da tensão nominal. Objetiva identificar de modo geral como está nível da tensão de atendimento e particularmente a quantidade de tensões medidas que se situa fora dos limites adequados ou fora dos limites precários.

Esta função deve ser obtida considerando os seguintes conjuntos de consumidores da amostra:

- a) todos os consumidores da amostra;
- b) apenas os consumidores da amostra que se encontram com tensão medida fora dos limites adequados, em período superior a 1% do período de medição.

FCIT - FUNÇÃO CUSTO DE IMPERFEIÇÃO DE TENSÃO

Trata-se de uma função, que periodicamente será estabelecida pelo órgão regulador que indica o custo que será imposto para atendimento com nível de tensão fora dos limites adequados.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

O custo da imperfeição da tensão será zero para atendimento em limites adequados e crescente a medida que se afastar dos limites adequados, atingindo seu valor máximo quando de atendimentos com níveis de tensão iguais ou mais desfavoráveis que os limites precários.

3 - ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DOS EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO

- Faixa de medição de 80 a 1.000 V;
- Equipamento eletrônico com memória de massa;
- Medição dos valores RMS verdadeiros;
- Precisão $\pm 1\%$ da leitura.

Estes equipamentos deverão conter laudo com relatório de aferição emitido por entidade homologada pelo INMETRO.

4 - PROCEDIMENTOS PARA MEDIÇÃO E CONTROLE

4.1 - PROCEDIMENTOS PARA A VERIFICAÇÃO DIRETA DAS TENSÕES INDIVIDUAIS DE UM CONSUMIDOR

4.1.1 - SITUAÇÕES QUE OCASIONAM MEDIÇÕES DE TENSÕES INDIVIDUAIS DE UM CONSUMIDOR

As ocasiões em que a CONCESSIONÁRIA deverá verificar os níveis de tensão individual de um consumidor são as seguintes:

- a) Sempre que houver uma solicitação, feita pelo órgão regulador, para verificação dos níveis de tensão no ponto de entrega de um determinado consumidor;
- b) Sempre que houver uma solicitação do consumidor, para verificação dos níveis de tensão no correspondente ponto de entrega. Por este motivo a CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar meios específicos para este fim.

A CONCESSIONÁRIA deverá dispor de formulários específicos para acatar a solicitação de reclamação de tensão.

Nos dois casos, a CONCESSIONÁRIA, num prazo mínimo de 48 horas antes do início da medição, deverá informar ao solicitante, para que o mesmo tenha a opção de acompanhá-la.

A CONCESSIONÁRIA deve obedecer os prazos de resposta tratados no item 5.

4.1.2 - PONTO DE MEDIÇÃO

As medições de tensão deverão ser realizadas no ponto de entrega de energia elétrica

4.1.3 - MODO DE MEDIÇÃO

Havendo neutro na ligação do consumidor, deve ser realizada medição entre cada fase de ligação do consumidor e o neutro. Será considerada a medição da fase em que o resultado for mais desfavorável, quando for o caso. Não havendo neutro devem ser realizadas medições com todas as combinações possíveis das fases existentes, sendo também considerado o resultado mais desfavorável quando for o caso.

4.1.4 - RESULTADOS DA VERIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE TENSÃO INDIVIDUAIS

Os resultados das medições deverão ser informados ao solicitante, com o fornecimento dos gráficos e/ou planilhas de dados emitidos pelo aparelho, se for manifestado interesse pelo mesmo.

Após a CONCESSIONÁRIA realizar a medição, três resultados poderão ocorrer:

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

- a) os níveis de tensão do consumidor se encontram dentro dos limites adequados;
- b) os níveis de tensão do consumidor se encontram dentro dos limites precários mas fora dos limites adequados;
- c) os níveis de tensão do consumidor se encontram fora dos limites precários.

No primeiro caso, a CONCESSIONÁRIA simplesmente informa os resultados ao órgão regulador ou ao consumidor, sendo facultada a cobrança dos custos da medição, de acordo com a legislação vigente. Estes custos deverão ser informados ao consumidor no momento da solicitação da medição.

No segundo e terceiro casos, para que seja considerado que o consumidor esteja sendo atendido com níveis de tensão fora dos limites - adequados ou precários, a soma dos períodos em que a tensão medida fica fora dos limites deverá ser de, pelo menos, 1% do período total de medição. Nesta situação, os custos das medições são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

Caso o solicitante discorde do resultado apresentado pela CONCESSIONÁRIA, deverão ser obedecidos os procedimentos a seguir:

- a) Se o solicitante da primeira medição for o órgão regulador, ela poderá determinar a repetição das medições ou indicar terceiros para efetuá-la, podendo a CONCESSIONÁRIA acompanhar as medições;
- b) Se o solicitante da primeira medição for o consumidor, ele poderá solicitar que a CONCESSIONÁRIA refaça a medição ou recorrer ao órgão regulador.

Se o resultado da segunda medição conduzir às mesmas conclusões que as da primeira, os custos da segunda medição correm por conta do consumidor. Caso contrário, os custos serão assumidos pela CONCESSIONÁRIA, havendo obrigatoriedade de devolução dos custos da primeira medição, eventualmente cobrados.

4.2 - PROCEDIMENTOS PARA APURAÇÃO DA FEV - FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE VIOLAÇÃO DE TENSÃO E DA FDT - FUNÇÃO DISTRIBUIÇÃO DE TENSÃO

4.2.1 - ESTABELECIMENTO DA AMOSTRA

Para acompanhamento e formação de padrão, já a partir do último ano da etapa de adaptação a FEV e a FDT deverão ser apuradas a cada trimestre civil, para a CONCESSIONÁRIA como um todo.

Devido à inviabilidade de se obter a FEV e a FDT através de medição em todos os pontos de ligações de consumidores faturados com tarifas do Grupo B, esse indicador deverá ser obtido de forma estatística, através de medições de uma amostra representativa da população.

Esta amostra está fixada, para a primeira etapa, em 320 consumidores por ano. Nas etapas posteriores poderão ser fixados valores superiores por ano.

A amostra trimestral de consumidores, objeto de medição de tensão para cálculo da FEV e apuração da FDT, equivale a 1/4 da amostra anual, isto é, 80 unidades de consumo na primeira etapa.

Nas amostras não poderão estar presentes aqueles consumidores que estiverem em processo de medição ou de correção dos níveis de tensão.

4.2.2 - PONTO DE MEDIÇÃO

Para obtenção da FEV e da FDT as medições deverão ser efetuadas no ponto de entrega dos consumidores aleatoriamente escolhidos. Na impossibilidade de execução nesse local, poderá ser efetuada a medição no ponto de tomada do ramal de serviço. Neste último caso, os valores medidos deverão ser descontados de 0,3% da tensão de base.

4.2.3 - MODO DE MEDIÇÃO

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Havendo neutro na ligação do consumidor da amostra, deve ser realizada medição entre cada fase de ligação do consumidor e o neutro. Será considerada a medição da fase em que o resultado for mais desfavorável, quando for o caso. Não havendo neutro devem ser realizadas medições com todas as combinações possíveis das fases existentes, sendo também considerado o resultado mais desfavorável quando for o caso.

A fase com medição mais desfavorável de nível de tensão será aquela com maior número de valores de tensões medidas fora dos limites adequados.

4.2.4 - FORMAÇÃO DA AMOSTRA

a) Cadastro de Consumidores para o Órgão Regulador

Para fins de seleção de amostras, até o dia 31 de outubro de cada ano ou sempre que solicitado pelo Poder Concedente a CONCESSIONÁRIA deverá enviar ao órgão regulador, em arquivo magnético, a relação dos códigos identificadores de todos os seus consumidores do Grupo B, excluída a iluminação pública.

De posse dos arquivos de cadastro de consumidores das Empresas, o órgão regulador deverá proceder o sorteio dos consumidores que serão objeto de medição de tensão, em cada trimestre, e encaminhá-los para as concessionárias entre os dias 01 e 15 do mês anterior ao início das atividades de medição:

- para o primeiro trimestre - até 15 de dezembro;
- para o segundo trimestre - até 15 de março;
- para o terceiro trimestre - até 15 de junho;
- para o quarto trimestre - até 15 de setembro.

As concessionárias por sua vez, deverão enviar para o Órgão Regulador os seguintes dados destes consumidores, antes do início das correspondentes medições:

EMPRESA:	(20 A)
CÓDIGO DO CONSUMIDOR	(12 N)
ALIMENTADOR	(06 A)
COORDENADA DO TRANSFORMADOR	(12 N)
TENSÃO NOMINAL	(04 N)
NÚMERO DE FASES	(01 N)
NEUTRO	(01 A)
LOCALIDADE	(20 A)
ENDEREÇO	(30 A)
COMPLEMENTO	(20 A)
BAIRRO	(20 A)

A - Código ALFANUMÉRICO

N - Código Numérico

Em situações especiais, o órgão regulador terá a opção de definir data, hora ou dia da semana em que cada medição deverá se iniciar ou mesmo estabelecer, a seu critério, regras para escolha do período em que as medições devem se realizar.

b) Consumidores Selecionados para a Medição

Após ter recebido do órgão regulador o arquivo de consumidores BT a serem medidos no trimestre, a CONCESSIONÁRIA deverá iniciar, no primeiro dia útil do trimestre, a rotina de medição que deverá se encerrar no último dia útil do trimestre. Para cada consumidor medido deverá ser gerado um registro, conforme o padrão abaixo, devendo todos eles ser disponibilizados ao órgão regulador até o trigésimo dia útil subsequente ao término do trimestre no qual ocorreram as medições.

EMPRESA	(20 A)
CÓDIGO DO CONSUMIDOR	(12 N)
ALIMENTADOR	(06 A)
TENSÃO NOMINAL	(04 N)

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

NÚMERO DE FASES	(01 N)
FASE MEDIDA	(01 A)
LOCALIDADE	(20 A)
ENDEREÇO	(30 A)
COMPLEMENTO	(20 A)
BAIRRO	(20 A)
MEDIÇÃO 1	(06 N)
MEDIÇÃO 2	(06 N)
.	
MEDIÇÃO N	
MEDIÇÃO 432	(06 N)

4.2.5 APURAÇÃO DA FEV E FDT

De posse dos arquivos de medições dos consumidores do Grupo B, excluída a iluminação pública, a CONCESSIONÁRIA deverá obter trimestralmente o indicador FEV, gerar a FDT e encaminhá-lo ao órgão regulador.

Em cada trimestre a apuração da FEV e da FDT deverá considerar todas as medições realizadas no ano.

A apuração da FDT será realizada de duas maneiras:

- considerando todos os consumidores medidos
- considerando apenas os consumidores que definiram o numerador da expressão de cálculo da FEV.

Uma diretriz que orienta o controle dos níveis de tensão é a vigilância sobre o comportamento desta Função Distribuição de Tensão, identificando-se a quantidade de tensões que se situa fora dos limites adequados ou fora dos limites precários.

A primeira FDT fornece uma visão global dos níveis de tensão.

A segunda função será utilizada como o principal balizador para definir se houve ou não degradação dos níveis de tensão. Para tal será avaliada pelo órgão regulador o somatório dos produtos dos valores da Função Distribuição de Tensão, pela função denominada Custo da Imperfeição da Tensão, para cada intervalo de 1% da tensão nominal.

Será considerada uma degradação dos níveis de tensão caso a grandeza resultante do produto da FDT pela função denominada Custo de Imperfeição da Tensão, aumente de valor mais que 5%.

5 - PROCEDIMENTOS E PRAZOS PARA A CONCESSIONÁRIA EM CASOS DE VIOLAÇÃO DE PADRÕES E RECLAMAÇÃO DE CONSUMIDORES

O prazo para resposta a uma solicitação de medição da tensão de fornecimento, através de correspondência escrita com fornecimento dos resultados da medição, é de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da solicitação.

O prazo para a tomada de providências, realização de novas medições e envio de correspondência ao solicitante comunicando a correção da irregularidade, quando se constatar inadequação da tensão, é de:

- (noventa) dias após recebimento da solicitação, quando for constatado que as tensões medidas estão fora dos limites precários;
- (cento e oitenta) dias, quando for constatado que as tensões medidas estão fora dos limites adequados mas dentro dos limites precários.

Até 30 dias da constatação da ocorrência, a CONCESSIONÁRIA deverá informar ao órgão regulador a data de conclusão das providências a serem adotadas, descrevendo as causas e a programação das ações previstas.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Os resultados das medições, inclusive relatórios gerados por equipamento de medição em forma de gráfico ou de planilha, devem ser arquivados pela CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 3 (três) anos.

Após a tomada de providências para trazer os níveis de tensão para dentro dos limites adequados, uma nova medição deve ser realizada, sendo o solicitante convidado para acompanhamento, com um prazo de, pelo menos, 48 horas de antecedência.

6 - FORMA E PROCEDIMENTOS PARA ENVIO DOS INDICADORES AO ÓRGÃO REGULADOR

Trimestralmente deverá ser enviada, ao órgão regulador, uma planilha referente às funções FDT ao FEV.

Os valores destes indicadores devem ser obtidos considerando todas as medições do ano em curso.

Modelo da mencionada planilha está apresentado a seguir:

Concessionária: _____

Período de Apuração: FEV = _____ %
 Nº de consumidores da amostra: _____

_____ Trimestre do ano de _____

FUNÇÃO DISTRIBUIÇÃO DE TENSÕES - FDT: % das Medições da Amostra Global

Faixa de Tensão Eficaz em % da Tensão Nominal	FDT de todos os consumidores da amostra	FDT relativa aos consumidores que definiram o numerador da FEV
V ≤ 80%	XX,XXXX%	XX,XXXX%
80% < V ≤ 81%	XX,XXXX%	XX,XXXX%
81% < V ≤ 82%	XX,XXXX%	XX,XXXX%
---	XX,XXXX%	XX,XXXX%
---	XX,XXXX%	XX,XXXX%
105% < V ≤ 106%	XX,XXXX%	XX,XXXX%
106% < V ≤ 107%	XX,XXXX%	XX,XXXX%
107% < V ≤ 108%	XX,XXXX%	XX,XXXX%
108% < V ≤ 109%	XX,XXXX%	XX,XXXX%
109% < V ≤ 110%	XX,XXXX%	XX,XXXX%
V > 110%	XX,XXXX%	XX,XXXX%

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
 Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
 Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

APÊNDICE B**PROCEDIMENTOS PARA COLETA, APURAÇÃO E ENVIO DOS INDICADORES DEC E FEC****1 - OBJETIVOS**

Apresentar os procedimentos para a coleta de informações referentes às interrupções de fornecimento de energia elétrica dos consumidores e para a apuração dos indicadores DEC e FEC.

Também são descritos a forma e os procedimentos para envio destes indicadores ao órgão regulador.

2 - TERMINOLOGIA E DEFINIÇÕES**DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR**

Exprime o intervalo de tempo contínuo ou não em que, em média, cada consumidor do universo avaliado ficou privado do fornecimento de energia elétrica, no período de apuração, considerando-se as interrupções maiores ou iguais a 3 minutos, para a etapa de adaptação, ou a 1 minuto, para as subsequentes.

FEC - FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR

Exprime o número de interrupções que, em média, cada consumidor do universo avaliado sofreu no período de apuração, considerando-se as interrupções maiores ou iguais a 3 minutos, para a etapa de adaptação, ou a 1 minuto, para as subsequentes.

PERÍODOS DE APURAÇÃO DO DEC E FEC

Período de apuração dos indicadores DEC e FEC é definido como o intervalo de tempo entre o início e o fim da contabilização das interrupções de fornecimento de energia elétrica dos consumidores de um determinado universo de apuração.

No presente documento serão utilizados os períodos mensais, trimestrais e anuais.

As apurações mensais serão realizadas para cada um dos meses do ano e as apurações trimestrais correspondem a cada trimestre civil.

Já as apurações anuais, que também serão realizadas mensalmente, englobam todas as interrupções das apurações mensais dos últimos 12 meses, incluindo-se o mês de apuração.

INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Qualquer interrupção de fornecimento de energia elétrica de qualquer consumidor superior a um (1) minuto é uma interrupção de longa duração e portanto deverá ser computada para o cálculo dos indicadores DEC e FEC, excluindo os seguintes casos:

- Falhas internas às instalações de consumidores e que não provocam interrupções em outros consumidores.
- Decorrentes de racionamento de energia elétrica determinado pelo Poder Concedente.
- Fornecimentos com tensão abaixo dos limites precários.

Serão também consideradas interrupções de fornecimento de energia elétrica aquelas que não afetarem todas as fases ou neutro existentes num determinado circuito. Neste caso a interrupção será considerada como se todas as fases tivessem sido interrompidas.

RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

O fornecimento de energia elétrica a um consumidor é considerado totalmente restabelecido quando a energia elétrica volta a ser fornecida em todas as fases, por um intervalo de tempo superior a um minuto.

RESTABELECIMENTOS PARCIAIS DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Uma ocorrência pode dar origem a diversos registros de interrupção em função do restabelecimento parcial de consumidores atingidos pela primeira interrupção e com a manobra de dispositivos de seccionamento e de proteção - chaves seccionadoras, disjuntores, religadores, seccionalizadores, etc.

CLASSIFICAÇÃO DAS INTERRUPÇÕES DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA QUANTO À NATUREZA

Devem ser consideradas todas as interrupções de fornecimento de energia do sistema elétrico sendo classificadas em função da natureza de sua ocorrência em 2 classes:

- Programada: quando a CONCESSIONÁRIA programa a interrupção e informa aos seus consumidores com antecedência mínima de 72 horas. Em certas situações, que não poderá ultrapassar 25% do montante das interrupções programadas, a CONCESSIONÁRIA poderá executar manutenções programadas na rede elétrica sem cumprir o período mínimo de antecedência para aviso dos consumidores, desde que os consumidores críticos sejam avisados e que apresente justificativas.
- Não Programada: Nos demais casos.

Estas últimas podem ser de natureza acidental, ocasionadas por defeitos nos componentes do sistema elétrico, oriundas de inspeções, rotineiras ou não, motivadas pelos empregados da empresa, ou ainda decorrentes de desligamentos forçados para manobras na rede ou para manutenção.

CLASSIFICAÇÃO DAS INTERRUPÇÕES DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA QUANTO À ORIGEM DO LOCAL DO DEFEITO

As interrupções motivadas por defeitos ou manobras no sistema elétrico devem ser divididas considerando as seguintes localizações da origem dos defeitos:

- sistema supridor de outras concessionárias ou empresas, em qualquer nível de tensão
- sistema supridor da própria CONCESSIONÁRIA considerando neste caso as situações que ocasionaram manobras de equipamentos ou linhas com nível de tensão igual ou superior a 69 kV.
- sistema de distribuição da própria CONCESSIONÁRIA considerando neste caso as situações que acarretaram manobras em redes com tensão inferior a 69 kV.

CLASSIFICAÇÃO DAS INTERRUPÇÕES DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA QUANTO À LOCALIZAÇÃO DOS CONSUMIDORES ATINGIDOS

Para efeito de apuração, os indicadores DEC e FEC devem ser calculados considerando todos os consumidores do universo de apuração, independentemente dos mesmos estarem localizados nas áreas urbana ou rural.

3 - UNIVERSOS DE APURAÇÃO DO DEC E DO FEC

Os indicadores DEC e FEC deverão ser apurados, inicialmente, para os seguintes universos:

- Sistema de Distribuição da CONCESSIONÁRIA: Inclui todos os consumidores da CONCESSIONÁRIA atendidos em tensão de distribuição. Considera portanto todos os consumidores atendidos com tensão nominal inferior a 69 kV da CONCESSIONÁRIA.
- Rede AT da CONCESSIONÁRIA: Inclui todos os consumidores da CONCESSIONÁRIA atendidos em alta tensão, ou seja, com tensão nominal igual ou superior a 69 kV.
- Conjuntos de consumidores: Inclui todos os consumidores pertencentes a cada um dos conjuntos em vigor e definidos pelo DNAEE.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

4 - INSUMOS PARA A APURAÇÃO DOS INDICADORES DEC E FEC

4.1 - INFORMAÇÕES DO SISTEMA ELÉTRICO PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES DEC E FEC

A elaboração do cálculo dos indicadores DEC e FEC se fundamenta no conhecimento da duração e frequência das interrupções de fornecimento que ocorrem no sistema e os consumidores afetados pelas mesmas.

As redes de distribuição são constituídas de trechos, em geral radiais, que podem ser manobrados - abertos ou fechados - por chaves ou equipamentos de proteção, então, associando-se os consumidores às chaves ou equipamentos de proteção à sua montante, é possível determinar quais são aqueles que terão seu fornecimento interrompido quando da abertura de um desses equipamentos. Para tal também é necessário conhecer a estrutura hierárquica das chaves pois, numa rede radial, quando uma delas é aberta, todas as chaves a jusante ficam desenergizadas.

Uma interrupção de fornecimento sempre está associada a um trecho de rede, que por sua vez está associado a uma chave (ou equipamento de proteção) que se localiza imediatamente a sua montante. Neste caso o sentido do fluxo da potência elétrica fornecida é de montante a jusante.

Sendo assim, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e manter atualizado um banco de informações, através do qual são disponibilizados os dados referentes a cada chave de proteção e manobra do Sistema Elétrico, associados à sua localização física e elétrica - se urbano ou rural, endereço, número do alimentador e da subestação, número de clientes a sua jusante, e potência instalada a sua jusante.

Quando da abertura de um destes dispositivos de proteção ou manobra, os dados de consumidores interrompidos ou seu equivalente pela potência instalada deverão ser considerados conforme as informações constantes desse banco de dados.

Note-se que:

- a) Em sistemas de alta tensão a CONCESSIONÁRIA deverá considerar as interrupções conforme os registros de aberturas das linhas de alta tensão.
- b) Em sistemas de distribuição com operação em malhas (por exemplo: rede secundária reticulada) onde existe redundância de suprimento elétrico, ou seja, a falha de um componente não provoca desligamento de cargas, a CONCESSIONÁRIA deverá indicar:
 - As aberturas de dispositivos que não provocaram interrupções de fornecimento (nenhum consumidor foi atingido).
 - As aberturas de dispositivos que desligaram parcial ou totalmente as cargas.

Neste último caso, a potência parcialmente interrompida poderá ser estimada pela relação:

$$C_i = I/T \times C_t$$

- C_i = potência interrompida em MVA;
- I = potência dos transformadores abertos em MVA;
- T = potência total dos transformadores da rede reticulada em questão em MVA;
- C_t = potência total da rede reticulada em questão em MVA

- c) As atualizações das informações acima deverão ser mensais.

4.2 - PROCESSO DE COLETA DAS INFORMAÇÕES DAS INTERRUPTÕES

Todo o processo de coleta das informações referentes às interrupções deve estar descrito em documentos da CONCESSIONÁRIA e deve garantir a fidelidade, a precisão e disponibilização para a auditoria das informações de cada desligamento.

Com relação ao início e fim da interrupção processo deve estabelecer claramente os horários reais de cada interrupção, devendo constar:

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITSPCAP202202305A



ITSPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

- a) horário da reclamação do consumidor ou percepção por parte da CONCESSIONÁRIA;
- b) horário de manobra dos equipamentos que possuem sistema de sensoriamento e cujas informações são registradas automaticamente pelo sistema de supervisão;
- c) horário da manobra da rede realizada no campo através de registro específico;
- d) horário de restabelecimento do serviço.

Evidentemente, a CONCESSIONÁRIA deverá dispor de sistemas ou mecanismos adequados que garantam ao consumidor, o acesso necessário para apresentar suas reclamações quanto a problemas no fornecimento de energia elétrica, imediatamente ao início de cada ocorrência.

5 - REGISTRO DAS INTERRUPÇÕES

5.1 - FORMA DE REGISTRO

As interrupções de fornecimento estão associadas a ocorrências na rede elétrica, cujas seguintes informações mínimas deverão permanecer disponíveis para consultas pelo órgão regulador:

- número de ordem da ocorrência.
- início da ocorrência - dia, mês, ano, hora e minutos.
- término da ocorrência - dia, mês, ano, hora e minutos.
- chave(s) ou dispositivos de proteção operado(s).
- número de consumidores atingidos.
- classificação da ocorrência, quanto à natureza, origem do local e localização dos consumidores

As interrupções de fornecimento a consumidores atendidos em Alta Tensão são registradas pelo sistema de supervisão da rede de alta tensão ou pelos operadores. Nesses casos a CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar também esses registros para consultas pelo órgão regulador.

5.2 - TEMPO DE MANUTENÇÃO DOS REGISTROS

Os dados coletados deverão permanecer em arquivo na CONCESSIONÁRIA por um prazo mínimo de 3 anos para consultas, reclamações de consumidores e auditorias do órgão regulador.

6 - APURAÇÃO DE DEC E FEC

São apresentados dois algoritmos para a apuração do DEC e do FEC, em conformidade com o disposto na portaria nº 046 do DNEE, de 17/04/78. O primeiro baseia-se no número de consumidores afetados em cada interrupção e o segundo na correlação entre o número de consumidores afetados e a correspondente potência instalada.

No transcorrer da 1ª etapa, a CONCESSIONÁRIA poderá utilizar, para obtenção do DEC e do FEC, o algoritmo que considera a correlação entre o número total de consumidores e a correspondente potência instalada (em kVA).

Ressalva-se que este procedimento ainda poderá ser adotado durante o primeiro ano da 2ª etapa.

O algoritmo que considera diretamente o número de consumidores afetados em cada interrupção consiste na aplicação da seguinte expressão:

$$\text{FÓRMULA DE CÁLCULO: DEC} = \frac{\sum_{i=1}^N Ca(i)xt(i)}{Ct} \text{ (h/consumidor)}$$

DEC = Duração Equivalente de Interrupção por consumidor, expressa em horas e centésimos de hora, por cliente.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Ca (i) = Número de consumidor do universo considerado, atingidos na interrupção (i).
 t(i) = Tempo de duração, em horas e centésimos de hora, da interrupção (i).
 (i) = Número da interrupção considerada, variando de 1 a N, sendo N o número de interrupções ocorridas durante o período de apuração.
 Ct = Número total de consumidores do universo considerado, entendido como sendo o número de consumidores existentes no último dia de cada mês de apuração no caso de apuração mensal e média aritmética dos números de consumidores existentes nos últimos dias de cada mês do período, no caso de apuração trimestral ou anual.

FÓRMULA DE CÁLCULO:
$$FEC = \frac{\sum_{i=1}^N Ca(i)}{Ct} \text{ (interrupções/consumidor)}$$

FEC = Frequência equivalente de interrupções por consumidor, expressa com 2 casas decimais.
 Ca (i) = Número de consumidores do universo considerado, atingidos na interrupção (i).
 (i) = Número da interrupção considerada, variando de 1 a N, sendo N o número de interrupções ocorridas durante o período de apuração.
 Ct = Número total de consumidores do universo considerado, entendido como sendo o número de consumidores existentes no último dia de cada mês de apuração no caso de apuração mensal e média aritmética dos números de consumidores existentes nos últimos dias de cada mês do período, no caso de apuração trimestral ou anual.

No algoritmo que considera a potência instalada afetada pela interrupção, aplica-se a mesma expressão acima, mas a obtenção do número de consumidores afetados em cada interrupção deve ser realizada considerando-se a seguinte proporção:

$$Ca = \frac{kVA_i}{kVA_t} \times nst + N, \text{ onde}$$

kVA_i = potência interrompida que corresponde à soma das potências instaladas dos transformadores de distribuição do universo considerado, afetados pela interrupção;

kVA_t = potência total instalada no universo, que é a soma das potências instaladas de todos os seus transformadores de distribuição, do universo considerado;

nst = número total de consumidores atendidos pela rede secundária de distribuição no universo considerado;

N = número de consumidores atendidos pela rede primária de distribuição do universo considerado, atingidos pela interrupção.

7 - ENVIO DOS INDICADORES AO ÓRGÃO REGULADOR

7.1- PROCEDIMENTO E FORMA

Os dados deverão ser coletados simultaneamente às ocorrências no sistema elétrico sendo que os indicadores mensais, trimestrais e anuais correspondentes deverão estar disponíveis até o trigésimo dia útil posterior ao mês, trimestre ou ano em referência.

Anualmente, até o 5º dia útil do mês de fevereiro ou sempre que solicitada, a CONCESSIONÁRIA deverá enviar ao órgão regulador as informações relativas às chaves de manobra e aos equipamentos de

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
 Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
 Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

proteção de sua rede de distribuição e dos correspondentes números de consumidores à jusante, vigentes no último dia do referido trimestre.

Este arquivo de informações deverá conter, no mínimo, para cada chave ou dispositivo de proteção:

- identificação biunívoca (por ex.: número de patrimônio) e localização física (por ex.: coordenadas UTM).
- tipo da área de localização - urbana ou rural.
- identificação do circuito e localização na rede elétrica.
- número de clientes (primários e em BT) à jusante.
- potência dos transformadores que atendem os clientes em BT à jusante, em kVA.

Os indicadores deverão ser encaminhados ao órgão regulador trimestralmente, tendo como data limite o trigésimo dia útil após o encerramento de cada trimestre civil, em formulários cujos modelos são apresentados a seguir:

a) DEC e FEC de consumidores de Atendidos em Tensão de Distribuição

Concessionária:

Período de Apuração:					Indicador:		
[] Mês ____ de ____					DEC []		
[] ____ Trimestre de ____					FEC []		
[] Anual: do mês: ____ até o mês: ____					[1] [2]		
Universeo Considerado	Número de Consumidores	Total Geral	Suprimento		Distribuição		
			Externo	Próprio	Tot.	Interrupções Programadas	Interrupções Não Programadas
3	4	5	6	7	8	9	10

- 1 Especificação do Período de Apuração - se mensal, trimestral ou anual, com a indicação do mês/ano, trimestre ou ano de referência.
- 2 Especificação do Indicador a que se referem as informações fornecidas.
- 3 Universo ao qual se refere o valor do indicador fornecido.
Deverão ser listados, em seqüência os seguintes universos: a CONCESSIONÁRIA como um todo e cada um de seus conjuntos de consumidores, conforme definidos na portaria nº 046 do DNAEE, de 17/04/78.
- 4 Número de consumidores primários e em BT, de cada um dos universos de apuração.
- 5 Valor total do indicador especificado, para o período e para o universo considerado.
- 6 Valor do indicador especificado, referente a interrupções motivadas por ocorrências verificadas em sistemas supridores de outras concessionárias.
- 7 Valor do indicador especificado, referente a interrupções motivadas por ocorrências verificadas no sistema supridor da própria CONCESSIONÁRIA.
- 8 Valor total do indicador especificado, relativo a ocorrências verificadas no sistema de distribuição da CONCESSIONÁRIA.
- 9 Valor do indicador especificado, relativo a interrupções programadas no sistema de distribuição da CONCESSIONÁRIA.
- 10 Valor do indicador especificado, relativo a interrupções não programadas no sistema de distribuição da CONCESSIONÁRIA.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL
VISTO



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

b) DEC e FEC de consumidores atendidos em Alta Tensão

Concessionária:

-

Período de Apuração:

[] Mês ____ de ____

[] ____ Trimestre de ____

[] Anual: do mês: ____ até o mês: ____

1

Indicador:

DEC []

FEC []

2

Universo Considerado	Número de Consumidores	Total Geral
3	4	5

- 1 Especificação do Período de Apuração - se mensal, trimestral ou anual, com a indicação do mês/ano, trimestre ou ano de referência.
- 2 Especificação do Indicador a que se referem as informações fornecidas.
- 3 Universo ao qual se refere o valor do indicador fornecido, que equivale à CONCESSIONÁRIA como um todo.
- 4 Número de consumidores em At de cada um dos universos de apuração.
- 5 Valor total do indicador especificado, para o período e para o universo considerados.

7.2 - ESPECIFICAÇÃO DOS ARQUIVOS E FORMULÁRIOS

Os campos contidos nos arquivos e formulários deverão apresentar as seguintes características:

- CONCESSIONÁRIA e conjuntos.....20 caracteres alfanuméricos.
- Ano.....4 caracteres numéricos.
- Mês.....2 caracteres numéricos.
- Trimestre.....2 caracteres numéricos.
- Número de consumidores.....10 caracteres numéricos.
- Indicadores.....10 caracteres numéricos com 2 casas decimais (XXXXXXX, XX).

8 - EXEMPLO DE REGISTRO DE UMA INTERRUPTÃO COM MÚLTIPLAS MANOBRAS

No caso de interrupções que envolvam várias manobras no sistema elétrico, faz-se necessário efetuar considerações complementares.

O procedimento deverá prever nos algoritmos de cálculo a identificação da sequência de manobra, permitindo que consumidores desligados desde o primeiro instante da ocorrência, não venham a onerar o índice de FEC, quando há uma manobra de chave que não altera a condição de fornecimento do consumidor (energizado ou desenergizado).

Apenas como ilustração, para maior clareza, apresenta-se a seguir um exemplo de como pode ser efetuado este controle para correta apuração dos valores de DEC e FEC:

- Para o apontamento no que se refere à classificação das manobras na rede elétrica, as interrupções receberão código específico (90 e 91 por exemplo) de acordo com o seguinte critério:

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITSPCAP202202305A



ITSPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

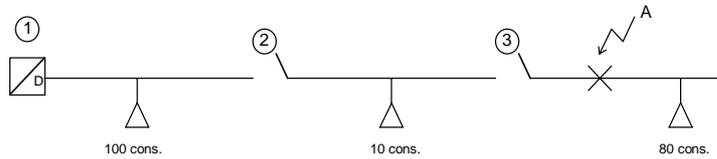
manobra 90 - para interrupções que envolvam clientes que estavam energizados imediatamente antes da manobra correspondente.

manobra 91 - para interrupções que envolvam clientes que estavam desenergizados imediatamente antes da manobra correspondente.

Dessa forma em uma sequência de manobras, o código de manobra 91, somente poderá aparecer se anteriormente houver ocorrido pelo menos um código de manobra 90. O último código será a identificação da verdadeira causa da falha.

Da adequada combinação dos códigos da manobra 90 e 91 é possível a coleta de dados de qualquer sequência de manobras.

a) Esquema



b) Sequência de Manobras

Hora	Operação dos dispositivos de proteção e/ou manobra	Consumidores Atingidos	
		Antes da Operação	Depois da Operação
1:00	Desligou-se disjuntor 1 devido falha	ligado	100+10 +80
1:20	Aberto seccionizador 2 - localizar falha	100+10 +80	100+10+80
1:30	Religado disjuntor 1 - testar trecho	100+10 +80	10+80
1:50	Aberto seccionizador 3 - localizar falha	10+80	10+80
2:00	religado seccionizador 2 - testar trecho	10+80	80
2:40	Início do reparo		
3:00	Religado seccionizador 3 - restabelecer	80	ligado

c) Preenchimento dos registros de interrupções

Registro	Dispositivo	Início		Término da Interrupção	Consum. Atingidos	Causa
		Interrupção	Reparo			
1	Disj. 1	1:00	-	1:30	100+10+80	90
2	Secc.2	1:30	-	2:00	10+80	91
3	Secc.3	2:00	2:40	3:00	80	35

PROCURADORIA GERAL/ANEEL
VISTO



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPAP202202305A



ITESPAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

APÊNDICE C**PROCEDIMENTOS PARA COLETA, APURAÇÃO E ENVIO DOS INDICADORES TA, FMA, TMA E TX%****1 - OBJETIVOS**

Apresentar os procedimentos para a coleta de informações referentes ao atendimento das ocorrências motivadas ou não por reclamações dos consumidores e para a apuração dos indicadores TA, TMA, FMA e TX%.

Também são descritos os procedimentos e a forma para envio destes indicadores ao órgão regulador.

2 - TERMINOLOGIA E DEFINIÇÕES**TA - TEMPO DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA**

Os tempos de atendimento devem ser sempre indicados em minutos - e correspondem ao intervalo de tempo entre o conhecimento da existência da ocorrência ou de reclamação do consumidor e o restabelecimento do serviço ou término do atendimento (neste último caso quando não houve interrupção ou se a reclamação foi improcedente).

TAI - TEMPO DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL

Trata-se do maior dos tempos de atendimento das ocorrências para um mesmo consumidor, no período de apuração, transcorridos desde o recebimento das suas reclamações até o restabelecimento dos fornecimentos ou término dos atendimentos nos casos onde não houve interrupção de fornecimento.

FMA - FREQUÊNCIA MÉDIA DE ATENDIMENTO

Trata do quociente entre o número total de atendimento de ocorrências registradas e a quantidade de consumidores servidos em um universo de apuração. Para apurações referentes a consumidores em tensão de distribuição este quociente deve ser multiplicado por 10.000.

TMA - TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO

Trata-se do quociente entre a somatória dos tempos transcorridos desde o recebimento da reclamação até o restabelecimento do fornecimento ou término do atendimento nos casos onde não houve interrupção de fornecimento, e o número de ocorrências no período de apuração.

TX% - TEMPO X% DE ATENDIMENTO

Ordenando os tempos de atendimento segundo tempos de atendimento crescentes TX% é o maior tempo de atendimento das primeiras X% ocorrências deste universo de apuração.

Assim, por exemplo, T80% corresponde ao maior tempo de atendimento das primeiras 80% ocorrências do universo de apuração considerado.

PERÍODOS DE APURAÇÃO DO TMA, FMA E TX%

Período de apuração dos indicadores TMA, FMA e TX% é definido como o intervalo de tempo entre o início e o fim da contabilização das ocorrências na rede de energia elétrica de um determinado universo de apuração.

No presente documento serão utilizados os períodos de apuração mensal e de apuração anual.

As apurações mensais serão realizadas para cada um dos meses do ano.

As apurações anuais englobam as ocorrências das apurações mensais dos últimos 12 meses, incluindo-se o mês de apuração.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

DISTRIBUIÇÃO DE TEMPOS DE ATENDIMENTO

Trata-se de uma distribuição acumulada de frequências de incidência de valores de tempos de atendimento de ocorrências apuradas em períodos de um mês ou de 12 meses consecutivos (anual) em determinado universo considerado.

Os valores dessa distribuição indicam os valores dos tempos de atendimento que não foram superados por uma certa porcentagem do número total de ocorrências, em um certo período.

OCORRÊNCIAS

Ocorrência é um evento na rede elétrica da CONCESSIONÁRIA ou do consumidor que gera uma reclamação do consumidor quanto à qualidade do produto ou do serviço prestado ou ainda uma intervenção na rede para reparos com desligamentos.

Caracterizam a ocorrência o caráter emergencial do atendimento e o consequente deslocamento de equipes próprias ou não, pertencentes ou não a turmas de emergências, para sanar o problema.

3 - UNIVERSOS DE APURAÇÃO DO FMA, TMA e TX% E DISTRIBUIÇÕES DE TEMPOS DE ATENDIMENTO.

Na primeira etapa deverão ser apurados os indicadores TMA, FMA, TX% e Distribuições de Tempos de Atendimento para os seguintes universos:

- Sistema de Distribuição da CONCESSIONÁRIA - Área Urbana: Inclui os atendimentos de ocorrências para consumidores da CONCESSIONÁRIA com fornecimento em tensão de distribuição, localizados no sistema elétrico em área urbana ou as execuções de reparos de redes de distribuição em área urbana. Considera-se neste caso os atendimentos de consumidores ou a execução de reparos em redes urbanas com tensão nominal inferior a 69kV.
- Sistema de Distribuição da CONCESSIONÁRIA - Área Rural: Inclui os atendimentos de ocorrências para consumidores da CONCESSIONÁRIA com fornecimento em tensão de distribuição, localizados no sistema elétrico em área rural ou as execuções de reparos de redes de distribuição em área rural. Considera-se neste caso os atendimentos de consumidores ou a execução de reparos em redes com tensão nominal inferior a 69kV.
- Sistema de Distribuição da CONCESSIONÁRIA - Inclui os atendimentos de ocorrências para todos os consumidores da CONCESSIONÁRIA com fornecimento em tensão de distribuição, localizados no sistema elétrico em área urbana e rural ou as execuções de reparos de redes de distribuição em área urbana e rural. Considera-se neste caso os atendimentos de todos consumidores ou a execução de reparos em redes com tensão nominal inferior a 69kV.

A apuração dos indicadores TA, TMA, FMA e TX% deve considerar todos os eventos mesmo aqueles decorrentes de reclamações de clientes de natureza impropriedade como defeito interno às instalações dos consumidores, endereço da reclamação não localizado pelas equipes de emergência, prédio fechado etc.

Não devem ser considerados na apuração destes indicadores os deslocamentos de equipes, mesmo se realizados por turmas de emergência, para:

- a) Atendimento de ocorrência em redes de iluminação pública;
- b) Deslocamentos para corte e religação de consumidores;
- c) Deslocamentos com caráter comercial (reclamação de consumo elevado, substituição de medidores etc.).

4 - REGISTRO DAS OCORRÊNCIAS

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

O conhecimento da ocorrência ocorre através de reclamação do consumidor ou por percepção por parte da CONCESSIONÁRIA.

O horário do conhecimento da ocorrência é o horário da primeira reclamação ou citada percepção.

Todo o processo de coleta das informações referentes às ocorrências e interrupções deve estar descrito em documentos da CONCESSIONÁRIA e deve garantir a fidelidade, a precisão e a disponibilização para a auditoria das informações de cada evento.

Evidentemente, a CONCESSIONÁRIA deverá dispor de sistemas ou mecanismos adequados que garantam ao consumidor, o acesso necessário para apresentar suas reclamações quanto a problemas no fornecimento de energia elétrica, imediatamente ao início de cada ocorrência.

Com relação ao início e fim da ocorrência o processo deve estabelecer claramente os horários reais de cada evento, devendo ser fixado o processo de coleta de:

- horário da reclamação do consumidor.
- horário de manobra dos equipamentos que possuem sistema de monitoração com sensores e cujas informações são registradas automaticamente pelo sistema de supervisão.
- horário do término do atendimento, através de registro específico.

As ocorrências devem ser registradas através das seguintes informações mínimas que deverão permanecer disponíveis para consultas pelo órgão regulador:

- número de ordem da ocorrência;
- data e horário do conhecimento da ocorrência, através da reclamação do consumidor ou percepção por parte da CONCESSIONÁRIA - dia, mês, ano, hora e minutos;
- data e horário de manobra dos equipamentos que possuem sistema de monitoração com sensores e cujas informações são registradas automaticamente pelo sistema de supervisão - dia, mês, ano, hora e minutos;
- data e horário do início do deslocamento da turma e início do reparo - dia, mês, ano, hora e minutos;
- identificação da rede atingida - chaves de proteção manobradas, quando houver;
- data e horário do término da ocorrência - dia, mês, ano, hora e minutos;
- tipo da área onde se deu a ocorrência (área urbana ou rural);
- classificação da ocorrência, quanto à natureza, origem do local e localização dos consumidores

Os registros de ocorrência deverão permanecer em arquivo na CONCESSIONÁRIA por um prazo mínimo de 3 anos para consultas, reclamações de consumidores e auditorias do órgão regulador.

5 - APURAÇÃO DO TMA, FMA E TX% E DAS DISTRIBUIÇÕES DE TEMPOS DE ATENDIMENTO

5.1 - TMA - TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO

É o quociente entre o somatório dos períodos transcorridos desde o instante inicial de cada ocorrência até o restabelecimento do fornecimento ou término da ocorrência, e o número de ocorrências, no período e no universo de apuração considerados.

$$TMA = \frac{\sum ta(i)}{n} \text{ onde}$$

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

TMA = valor médio, em minutos e décimos de minutos
ta(i) = tempo de atendimento de cada ocorrência em minutos
N = número de ocorrências totais no universo e período de apuração considerados

5.2 - FMA - FREQUÊNCIA MÉDIA DE ATENDIMENTO

É o quociente entre o número total de ocorrências registradas e a quantidade de consumidores atendidos, em um determinado universo e período de apuração, multiplicado por 10.000.

$$FMA = \frac{n}{N} \times A, \text{ onde}$$

n = número de ocorrências registradas
A = 10.000
N = número de consumidores do universo e período de apuração considerados

5.3 - TX% - TEMPO X% DE ATENDIMENTO

Dispondo-se as ocorrências de um universo e período de apuração em ordem crescente dos correspondentes tempos de atendimento, TX% é o maior tempo de atendimento dos primeiros X% de ocorrências.

5.4 - DISTRIBUIÇÃO DE TEMPOS DE ATENDIMENTO

As distribuição de tempos de atendimento mensais e anuais deverão ser apuradas através dos cálculos dos seguintes pontos:

T50%, T60%, T70%, T80%, T90%, T95%, T95,5%, T96%, T96,5%, T97%, T97,5%, T98%, T98,25%, T98,5, T98,75, T99%, T99,25%, T99,5%, T99,75%, T100%.

6 - ENVIO DAS INFORMAÇÕES AO ÓRGÃO REGULADOR

6.1 Procedimentos e Forma

Os dados deverão ser coletados simultaneamente às ocorrências no sistema elétrico sendo que os indicadores mensais e anuais correspondentes deverão estar disponíveis até o trigésimo dia útil posterior ao mês ou ano em referência.

Os indicadores deverão ser encaminhados trimestralmente ao órgão regulador, tendo como data limite o trigésimo dia útil após o encerramento dos trimestres civis (março, junho, setembro e dezembro), em planilhas cuja forma é apresentada a seguir:

a) TMA e FMA - Rede de Distribuição

Trimestralmente deverá ser enviada, ao órgão regulador, uma planilha contendo os valores de TMA e de FMA dos consumidores atendidos em tensão de distribuição conforme ilustra a figura, com as seguintes informações:

Concessionária:	

Período de Apuração:	Indicador:
[] Mês ____ de ____	TMA []
[] Anual: do mês: _____ até o mês: _____	FMA []
1	2

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP20230032A



ITESPCAP20230032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Universe Considerado	Número de Consumidores			Indicador		
	Área Urbana	Área Rural	Total	Área Urbana	Área Rural	Global
3	4.1	4.2	4.3	5.1	5.2	5.3

- 1 Especificação do Período de Apuração - se mensal ou anual, com a indicação do mês/ano ou do ano de referência.
- 2 Especificação do Indicador a que se referem as informações fornecidas.
- 3 Universo ao qual se refere o valor do indicador fornecido, que equivale à CONCESSIONÁRIA como um todo.
Número de consumidores do universo de apuração.
- 4.1 - Área Urbana
- 4.2 - Área Rural
- 4.3 - Total do universo
Valor do indicador do universo de apuração.
- 5.1 - Área Urbana
- 5.2 - Área Rural
- 5.3 - Total do universo

b) TX %

Trimestralmente deverá ser enviada, ao órgão regulador, uma planilha referente ao TX%, conforme ilustra a figura, com as seguintes informações

Concessionária:

Período de Apuração:	Indicador:	Concessionária []	
[] Mês ____ de ____	T__ %	Rural []	
[] Anual: do mês: ____ até o mês: ____	1	Urbano [] 2	
Universe Considerado	Número de Consumidores	Número de Ocorrências	Indicador
3	4	5	6

- 1 Especificação do Período de Apuração - se mensal ou anual, com a indicação do mês/ano ou do ano de referência.
- 2 Localização e classe dos consumidores.
- 3 Universo ao qual se refere o valor do indicador fornecido, que equivale à CONCESSIONÁRIA como um todo.
- 4 Número de consumidores do universo de apuração.
- 5 Número de ocorrências
- 6 Valor do indicador do universo de apuração.

c) Distribuições de Tempos de Atendimento

Até o trigésimo dia útil subsequente ao final de cada ano civil deverá encaminhar também os valores de distribuições de tempos de atendimento referentes ao ano e a um cada dos meses.

Apenas no primeiro ano da primeira etapa, caso a CONCESSIONÁRIA não possa apurar tais distribuições para a totalidade de seus consumidores, deverá submeter proposta alternativa para aprovação do órgão regulador, até 31/01/99.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPAP20220305A



ITESPAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

6.2 - Especificação dos Arquivos e Formulários

Os campos contidos nos arquivos e formulários deverão apresentar as seguintes características:

- CONCESSIONÁRIA e conjuntos.....20 caracteres alfanuméricos.
- Ano.....4 caracteres numéricos.
- Mês.....2 caracteres numéricos.
- Número de consumidores.....10 caracteres numéricos.
- Número de ocorrências.....10 caracteres numéricos.
- Indicadores.....10 caracteres numéricos com 2 casas decimais (XXXXXX, XX).

7 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO ASSOCIADO AO TAI

A CONCESSIONÁRIA deverá manter serviço de atendimento gratuito com formulário específico, a ser preenchido pelo atendente, para acatar solicitações de cálculo de TAI, por parte de consumidores, ou de prepostos devidamente autorizados pelos consumidores ou pelo órgão regulador.

No ato da solicitação lhe deverá ser entregue um protocolo, com data de emissão e data limite para apresentação do TAI, que não deverá ser superior a 30 (trinta) dias transcorridos da data de solicitação.

A apresentação do resultado dos indicadores deverá conter:

- a) Identificação do consumidor pelo seu nome, seu endereço, seu código cadastral na CONCESSIONÁRIA e agrupamento a que pertence (urbano, rural, AT, MT, BT, subterrâneo).
- b) Período de apuração expresso pelos 12 meses imediatamente anteriores ao mês em que foi feita a solicitação.
- c) Valores dos indicadores TAI, associados a cada mês e ao ano da apuração.
- d) Indicação do padrão do indicador ao lado do maior valor apurado no período.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

MODELO DE PLANILHA PARA ENVIO DA DISTRIBUIÇÃO DE TEMPOS DE ATENDIMENTO

Concessionária: _____

Agrupamento: _____ Distribuição de Tempos de Atendimento - ano de: _____

	Consumidores do Agrupamento	Número de Ocorrências	PROBABILIDADE (%)																			
			50	60	70	80	90	95	95,5	96	96,5	97	97,5	98	98,25	98,5	98,75	99	99,25	99,5	99,75	100
jan																						
fev																						
mar																						
abr																						
mai																						
jun																						
jul																						
ago																						
set																						
out																						
nov																						
dez																						
ANO																						

PROCURADORIA GERAL/ANEEL
VISTO



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPcap202202305A



ITESPcap202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

APÊNDICE D**PROCEDIMENTOS PARA COLETA, APURAÇÃO E ENVIO DOS INDICADORES DIC E FIC****1 - OBJETIVOS**

Apresentar os procedimentos para a coleta de informações referentes às interrupções de fornecimento de energia elétrica dos consumidores e para a apuração dos indicadores DIC e FIC.

Também são descritos a forma e os procedimentos para envio destes indicadores ao órgão regulador.

2 - TERMINOLOGIA E DEFINIÇÕES**DIC - DURAÇÃO DE INTERRUPÇÃO INDIVIDUAL POR CONSUMIDOR**

Exprime o intervalo de tempo, contínuo ou não, em que um determinado consumidor ficou privado do fornecimento de energia elétrica, no período de apuração, considerando-se as interrupções maiores ou iguais a 1 minuto.

FIC - FREQUÊNCIA DE INTERRUPÇÃO INDIVIDUAL POR CONSUMIDOR

Exprime o número de interrupções que um determinado consumidor sofreu no período de apuração, considerando-se as interrupções maiores ou iguais a 1 minuto.

PERÍODOS DE APURAÇÃO DO DIC E FIC

Período de apuração dos indicadores DIC e FIC é definido como o intervalo de tempo entre o início e o fim da contabilização das interrupções de fornecimento de energia elétrica de um determinado universo de apuração.

No presente documento serão utilizados os períodos mensais, trimestrais e anuais.

As apurações mensais serão realizadas para cada um dos meses do ano, abrangendo as interrupções de fornecimento de um determinado mês.

As apurações trimestrais correspondem a cada trimestre civil enquanto que as anuais referem-se ao último ano civil e aos últimos 12 meses.

DISTRIBUIÇÕES DE DIC E DE FIC

Trata-se de uma distribuição de frequência acumulada de incidência de valores de DIC ou de FIC, apuradas em períodos de um mês ou de 12 meses consecutivos, em determinado universo de consumidores.

Os valores dessa distribuição indicam os valores do DIC ou do FIC que não foram superados por uma certa porcentagem do número total dos consumidores, em um certo período.

Se, por exemplo, o valor 80% da distribuição anual de DIC for 40 h, significa que 80% dos consumidores tiveram uma soma de interrupções no ano igual ou inferior a 40 h. Por outro lado, se o valor 90% da distribuição mensal de FIC for 8 h significa que a soma das interrupções mensais que atingiram 90% dos consumidores foi menor ou igual a 8h.

INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DE UM CONSUMIDOR

Qualquer interrupção de fornecimento de energia elétrica que afeta um determinado consumidor, com duração superior a um (1) minuto é uma interrupção de longa duração e portanto deverá ser computada para o cálculo dos indicadores DIC e FIC, excluindo os seguintes casos:

- a) Falhas internas à instalação de consumidor;

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

- b) Decorrentes de racionamento de energia elétrica determinado pelo Poder Concedente.
- c) Fornecimentos com tensão abaixo dos limites precários.

Serão também consideradas como interrupções de fornecimento de energia elétrica, aquelas que provocarem falta de pelo menos uma fase ou a descontinuidade do cabo neutro que atendem um determinado consumidor. Nestes casos a interrupção será considerada como se todas as fases estivessem sido interrompidas.

RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

O fornecimento de energia elétrica a um consumidor é considerado totalmente restabelecido quando a energia elétrica voltar a ser fornecida em todas as fases, por um intervalo de tempo superior a um minuto.

RESTABELECIMENTOS PARCIAIS DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Uma ocorrência pode dar origem a diversos registros de interrupção em função do restabelecimento parcial do consumidor atingido pela primeira interrupção e com a manobra de dispositivos de seccionamento e de proteção - chaves seccionadoras, disjuntores, religadores, seccionalizadores, etc.

3 - INSUMOS PARA A APURAÇÃO DOS INDICADORES DIC E FIC

3.1 - INFORMAÇÕES DO SISTEMA ELÉTRICO

A execução do cálculo dos indicadores DIC e FIC se fundamenta no conhecimento da duração e frequência das interrupções de fornecimento que ocorrem no sistema afetando determinados consumidores.

Uma interrupção de fornecimento sempre está associada a um trecho de rede, que por sua vez está associado a uma chave (ou equipamento de proteção) que se localiza imediatamente a sua montante. Neste caso, o sentido do fluxo de potência elétrica fornecida é de montante a jusante.

Como as redes de distribuição são constituídas de trechos, em geral radiais, que podem ser manobrados - abertos ou fechados - por chaves ou equipamentos de proteção, então, associando-se os consumidores às chaves ou equipamentos de proteção à montante de sua conexão com a rede, é possível determinar quais são aqueles que terão seu fornecimento interrompido quando da abertura de um desses equipamentos.

Para tal também é necessário conhecer a estrutura hierárquica das chaves pois, numa rede radial, quando uma delas é aberta, todas as chaves a jusante ficam desenergizadas.

Sendo assim, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e manter atualizado um banco de informações, através do qual cada consumidor é associado às chaves ou aos dispositivos de proteção que estão a sua jusante. Também deverão ser disponibilizados os dados referentes a cada chave de proteção e manobra do Sistema Elétrico, quanto à sua localização física e elétrica - se urbano ou rural, endereço, número do alimentador e da subestação.

3.2 - PROCESSO DE COLETA DAS INFORMAÇÕES DAS INTERRUPTÕES

Todo o processo de coleta das informações referentes às interrupções deve estar descrito em documentos da CONCESSIONÁRIA e deve garantir a fidelidade, a precisão e disponibilização para auditoria das informações de cada desligamento.

Com relação ao início e fim da interrupção o processo deve estabelecer claramente os horários reais de cada interrupção, devendo constar:

- a) horário da reclamação do consumidor ou percepção por parte da CONCESSIONÁRIA.
- b) horário de manobra dos equipamentos que possuem sistema de monitoração por sensores e cujas informações são registradas automaticamente pelo sistema de supervisão.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

- c) horário da manobra da rede realizada no campo através de registro específico.
- d) horário de restabelecimento do fornecimento de energia nos casos em que não houve manobra de chaves ou dispositivos de proteção, tais como em reparo de ramal de serviço, entrada de energia do consumidor atendido em baixa tensão etc.

Evidentemente, a CONCESSIONÁRIA deverá dispor de sistemas ou mecanismos específicos que garantam, que o consumidor, possa apresentar suas reclamações quanto a problemas no fornecimento de energia elétrica, de forma imediata ao início de cada ocorrência.

3.3 - REGISTRO DAS INTERRUPÇÕES

3.3.1 - FORMA DE REGISTRO

As interrupções de fornecimento estão associadas a ocorrências na rede elétrica, cujas seguintes informações mínimas deverão permanecer disponíveis para consultas pelo órgão regulador:

- número de ordem da ocorrência.
- início da ocorrência - dia, mês, ano, hora e minutos.
- término da ocorrência - dia, mês, ano, hora e minutos.
- chave(s) ou dispositivos de proteção operado(s).
- número de consumidores atingidos.
- indicação se houve serviços executados sem operação de chaves ou dispositivos de proteção, tais como reparos em ramal de serviço ou entrada de energia de consumidor.

3.3.2 - TEMPO DE MANUTENÇÃO DOS REGISTROS

Os dados coletados deverão permanecer em arquivo na CONCESSIONÁRIA por um prazo mínimo de 3 anos para consultas, reclamações de consumidores e auditorias do órgão regulador.

4 - PROCESSO DE APURAÇÃO DO DIC E FIC E DAS DISTRIBUIÇÕES DE DIC E FIC

4.1 - APURAÇÃO DO DIC E FIC

Além do órgão regulador, qualquer consumidor da CONCESSIONÁRIA poderá solicitar a apuração do seu DIC ou do seu FIC, devendo a CONCESSIONÁRIA apurá-los conforme as seguinte fórmulas:

$$\text{FÓRMULA DE CÁLCULO: DIC} = \sum_{i=1}^N t(i)$$

DIC = Duração das Interrupções do consumidor considerado, expressa em horas e centésimos de hora

t(i) = Tempo de duração, em horas e centésimos de hora, da interrupção (i).

(i) = Índice de cada interrupção variando de 1 a N.

N = Número de interrupções do consumidor considerado, no período de apuração

$$\text{FÓRMULA DE CÁLCULO: FIC} = N$$

FIC = Frequência das interrupções do consumidor considerado.

N = Número de interrupções do consumidor considerado, no período de apuração.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

4.2 - APURAÇÃO DAS DISTRIBUIÇÕES DE DIC E FIC

A apuração das distribuições de frequências acumuladas do DIC e do FIC da CONCESSIONÁRIA é realizada a partir da apuração do DIC e do FIC de cada um de seus consumidores, em cada um dos seguintes universos de apuração:

- Consumidores atendidos por sistema subterrâneo;
- Consumidores atendidos em alta tensão;
- Consumidores atendidos em média tensão situados em zona urbana;
- Consumidores atendidos em baixa tensão situados em zona urbana, inclusive os pertencentes a conjuntos com menos de 1.000 consumidores;
- Consumidores localizados em zona rural.

5 - FORMA E PROCEDIMENTOS PARA ENVIO DAS DISTRIBUIÇÕES DE DIC E DE FIC

Até o trigésimo dia útil subsequente ao final de cada ano civil, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao órgão regulador, para acompanhamento, planilhas contendo as Distribuições de Frequência Acumulada de Incidência de Valores de DIC e FIC mensais, trimestrais e anuais, relativos ao ano civil anterior, conforme modelo, para a CONCESSIONÁRIA como um todo, agrupando seus consumidores de conformidade com o definido no item anterior.

Os valores dessa planilha indicam o valor do DIC (ou do FIC) que não foi superado por uma certa porcentagem do número total de consumidores do agrupamento, em um certo período.

Os valores das distribuições de DIC e FIC deverão ser calculados para as seguintes probabilidades de não serem superados:

50%, 60%, 70%, 80%, 90%, 95%, 95,5%, 96%, 96,5%, 97%, 97,5%, 98%, 98,25%, 98,5%, 98,75%, 99%, 99,25%, 99,5%, 99,75% e 100%.

6 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO ASSOCIADO AO DIC E AO FIC

A CONCESSIONÁRIA deverá manter serviço de atendimento gratuito com formulário específico, a ser preenchido pelo atendente, para acatar solicitações de cálculo de DIC e FIC, por parte de consumidores, seus prepostos devidamente autorizados ou pelo órgão regulador.

No ato da solicitação lhe deverá ser entregue um protocolo, com data de emissão e data limite para apresentação do DIC e FIC, que não deverá ser superior a 30 (trinta) dias transcorridos da data de solicitação.

A apresentação do resultado dos indicadores deverá conter:

- identificação do consumidor pelo seu nome, seu endereço, e seu código cadastral na CONCESSIONÁRIA e classificação de agrupamento - urbano, rural, AT, MT, BT, subterrâneo;
- período de apuração, expresso pelo ano civil completo anterior e pelos 12 meses imediatamente anteriores ao da solicitação;
- valores dos indicadores DIC e FIC mensais, trimestrais e anuais;
- Indicação dos padrões dos indicadores ao lado de cada valor mensal, trimestral e anual apurado.

7 - EXEMPLO DE REGISTRO DE INTERRUPÇÃO COM MÚLTIPLAS MANOBRAS

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

No caso de interrupções que envolvam várias manobras no sistema elétrico, faz-se necessário efetuar considerações complementares.

O procedimento deverá prever nos algoritmos de cálculo a identificação da sequência de manobra, permitindo que consumidores desligados desde o primeiro instante da ocorrência, não venham a onerar o índice de FIC, quando há uma manobra de chave que não altera a condição de fornecimento do consumidor (energizado ou desenergizado).

Apenas como ilustração, para maior clareza, apresenta-se a seguir um exemplo de como pode ser efetuado este controle para correta apuração dos valores de DIC e FIC:

- Para o apontamento no que se refere à classificação das manobras na rede elétrica, as interrupções receberão código específico (90 e 91 por exemplo) de acordo com o seguinte critério:

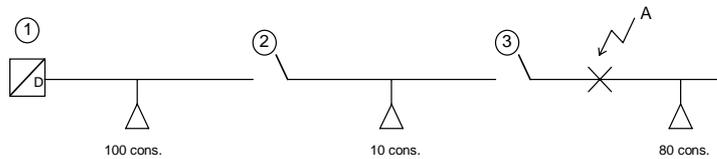
manobra 90 - para interrupções que envolvam clientes que estavam energizados imediatamente antes da manobra correspondente.

manobra 91 - para interrupções que envolvam clientes que estavam desenergizados imediatamente antes da manobra correspondente.

Dessa forma em uma sequência de manobras, o código de manobra 91, somente poderá aparecer se anteriormente houver ocorrido pelo menos um código de manobra 90. O último código será a identificação da verdadeira causa da falha.

Da adequada combinação dos códigos de manobra 90 e 91 é possível a coleta de dados de qualquer sequência de manobras.

a) Esquema



b) Sequência de Manobras

Hora	Operação dos dispositivos de proteção e/ou manobra	Consumidores Atingidos	
		Antes da Operação	Depois da Operação
1:00	Desligou-se disjuntor 1 devido falha	ligado	100+10 +80
1:20	Aberto seccionizador 2 - localizar falha	100+10 +80	100+10+80
1:30	Religado disjuntor 1 - testar trecho	100+10 +80	10+80
1:50	Aberto seccionizador 3 - localizar falha	10+80	10+80
2:00	Religado seccionizador 2 - testar trecho	10+80	80
2:40	Início do reparo		
3:00	Religado seccionizador 3 - restabelecer	80	Ligado

c) Preenchimento dos registros de interrupções

Registro	Dispositivo	Início		Término da Interrupção	Consum. Atingidos	Causa
		Interrupção	Reparo			
1	Disj. 1	1:00	-	1:30	100+10+80	90
2	Secc.2	1:30	-	2:00	10+80	91
3	Secc.3	2:00	2:40	3:00	80	35

PROCURADORIA GERAL/ANEEL
VISTO



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

MODELO DE PLANILHA PARA ENVIO DA DISTRIBUIÇÃO DE DIC E FIC

Concessionária: _____

Agrupamento: _____ Distribuição de : DIC[] FIC[] - ano de: _____

Consumidores do Agrupamento	PROBABILIDADE (%)																			
	50	60	70	80	90	95	95,5	96	96,5	97	97,5	98	98,25	98,5	98,75	99	99,25	99,5	99,75	100
jan																				
fev																				
mar																				
1º Tr.																				
abr																				
mai																				
jun																				
2º Tr.																				
jul																				
ago																				
set																				
3º Tr.																				
out																				
nov																				
dez																				
4º Tr.																				
ANO																				

PROCURADORIA GERAL/ANEEL
VISTO



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

APÊNDICE E

PROCEDIMENTOS PARA COLETA, APURAÇÃO E ENVIO DOS INDICADORES DE QUALIDADE DO ATENDIMENTO COMERCIAL

1. OBJETIVOS

Apresentar os procedimentos a serem adotados pela CONCESSIONÁRIA, relativos à qualidade de atendimento comercial. Estabelecer, também, os procedimentos para apuração dos indicadores, definindo a forma e a periodicidade de envio ao órgão regulador.

2. CONCEITOS

O atendimento comercial será monitorado através de indicadores e padrões de qualidade que expressam:

- o período de tempo que um cliente tem que aguardar para que determinada solicitação seja atendida, contado a partir da data de solicitação ou reclamação, e
- aspectos da qualidade comercial que complementam os indicadores de tempo de atendimento.

Os indicadores representam valores médios dos resultados obtidos pela empresa, não sujeitos a penalidades diretas.

Os padrões representam limites máximos que, quando superados, sujeitarão à empresa a penalidades a favor do próprio cliente ou ao órgão regulador. Como instrumento de controle, deverá ser fornecido a cada cliente quando da solicitação de serviços a CONCESSIONÁRIA, protocolo com os prazos regulamentares relativos aos serviços solicitados.

3. INDICADORES DE QUALIDADE COMERCIAL

TML - TEMPO MÉDIO DE LIGAÇÃO NOVA EM TENSÃO SECUNDÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO

Objetiva monitorar a eficiência com que é realizado o atendimento aos pedidos de novas ligações e exprime o período que, em média, cada consumidor atendido em tensão secundária de distribuição aguarda para que se efetive sua solicitação de nova ligação, desde que esta independa da realização de obras na rede.

$$TML = \sum \frac{d_i}{n} \text{ onde}$$

d_i = dias úteis transcorridos entre a solicitação do consumidor i e a sua efetiva ligação, excluído o dia do pedido

n = número de pedidos de novas ligações executadas no período, independentes de serviço na rede

No caso da ligação não ser efetuada por rejeição das instalações de entrada de energia da unidade consumidora, o tempo a ser considerado transcorrerá a partir do dia seguinte à data de comunicação, pelo consumidor, da correção das irregularidades apontadas pela CONCESSIONÁRIA.

TMR - TEMPO MÉDIO DE RELIGAÇÃO EM TENSÃO SECUNDÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO

Objetiva monitorar a eficiência com que é realizado o atendimento aos pedidos de religação e exprime o período que, em média, cada consumidor atendido em tensão secundária de distribuição aguarda para que se efetive sua solicitação de religação, após cessado o motivo da suspensão do fornecimento

$$TMR = \sum \frac{d_i}{n} \text{ onde}$$

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

Contr Conc CJE Distr.doc



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

di = dias úteis transcorridos entre a solicitação do consumidor i e a sua efetiva religação
n = número de pedidos de religações executadas no período, para as quais tenham sido eliminados os motivos das suspensões

TME - TEMPO MÉDIO DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E ORÇAMENTOS DE SERVIÇOS NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Objetiva, também monitorar a eficiência com que é realizado o atendimento aos pedidos de novas ligações ou alterações de carga e exprime o período que, em média, cada consumidor aguarda para ser informado sobre os resultados dos estudos e projetos desenvolvidos para atendimento a seu pedido de nova ligação ou aumento de carga, bem como sobre o valor do orçamento dos serviços a serem realizados na rede de distribuição, em decorrência do mesmo pedido.

$$TME = \sum \frac{d_i}{n} \text{ onde}$$

di = dias úteis transcorridos entre a solicitação do consumidor i, excluído o dia do pedido, e a comunicação ao mesmo, dos resultados dos estudos e projetos desenvolvidos pela CONCESSIONÁRIA e do valor do orçamento relativo às obras na rede de distribuição, necessárias ao seu atendimento
n = número de pedidos de novas ligações executadas ou alterações de carga no período, cujo atendimento depende de serviços na rede de distribuição
Serão desconsiderados os períodos em que a CONCESSIONÁRIA aguarda dados e ou documentos de responsabilidade do consumidor

TMS - TEMPO MÉDIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Objetiva monitorar a eficiência com que são realizadas as obras necessárias para atendimento e exprime o período que, em média, cada consumidor aguarda pela conclusão de obras na rede de distribuição, necessárias para o atendimento a seu pedido de nova ligação ou alteração de carga, após apresentação do projeto e orçamento ao interessado e sua correspondente aprovação e pagamento, quando for o caso.

$$TMS = \sum \frac{d_i}{n} \text{ onde}$$

di = dias úteis transcorridos entre o dia seguinte à data de aceite do projeto desenvolvido e pagamento dos custos decorrentes pelo interessado, apurados para a obra i, e a data de conclusão da mesma obra
n = número de solicitações de obras na rede de distribuição executadas no período, para novas ligações e alterações de carga

PPC - PORCENTAGEM DE PERDAS COMERCIAIS

Objetiva monitorar o nível de perdas comerciais na atividade de distribuição de energia elétrica, em termos percentuais, a partir do comportamento das perdas totais, por ser inviável no momento, separar entre perdas técnicas e comerciais.

Este indicador terá seu processo de apuração definido no transcorrer da etapa de adaptação, sendo exigido somente na etapa de maturidade.

Assim, durante a etapa de adaptação, deverá ser informado ao órgão regulador o percentual correspondente às perdas totais, apurado pela expressão:

$$\text{Perdas Totais (\%)} = \left(1 - \frac{E_f}{E_c + E_g} \right) \times 100 \text{ onde}$$

Ef = Energia total faturada no período considerado
Ec = Energia comprada total no período considerado
Eg = Energia total gerada no mesmo período

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

4 . PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DOS INDICADORES

4.1 - TML - TEMPO MÉDIO DE LIGAÇÃO NOVA EM BAIXA TENSÃO

O registro da data do pedido de ligação, uma vez satisfeitas todas as exigências técnicas, legais e documentais por parte do cliente, deverá ser feita em sistema informatizado.

Quando ocorrer rejeição da ligação por problemas técnicos ou comerciais, novo prazo de registro deverá ser efetivado no sistema informatizado, após sanado o problema.

Os dias a serem contabilizados são dias úteis, sem considerar o dia do pedido.

4.2 - TMR - TEMPO MÉDIO DE RELIGAÇÃO EM BAIXA TENSÃO

O registro da data do pedido de religação, uma vez cessados os motivos que deram origem a interrupção do fornecimento, deverá ser feito em sistema informatizado.

Quando ocorrer rejeição da religação após o registro da data de solicitação, os motivos devem ser informados ao cliente e novo prazo será iniciado, após a regularização.

Os dias a serem contabilizados são dias úteis, sem considerar o dia do pedido.

4.3 - TME - TEMPO MÉDIO DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E ORÇAMENTOS DE SERVIÇOS NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A data de solicitação deve ser cadastrada em sistema informatizado, após o fornecimento pelo cliente de todas as informações necessárias ao desenvolvimento do mesmo. A data de encerramento, que também deverá constar em registro informatizado consiste na data de comunicação ao cliente da conclusão dos estudos, projetos e orçamentos.

Os dias a serem contabilizados são dias úteis, sem considerar o dia do pedido.

4.4 - TMS - TEMPO MÉDIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

O registro da data de início deste prazo deve ser feita em sistema informatizado, uma vez constatada a aprovação e o pagamento, se for o caso, por parte do cliente. O prazo de conclusão também deverá ser registrado em sistema informatizado.

Devem ser considerados dias úteis, sem considerar o dia da aprovação e ou pagamento, se for o caso.

4.5 - PPC - PORCENTAGEM DE PERDAS

Para o cálculo do percentual de perdas, considera-se a energia recebida (comprada e/ou gerada) e a energia faturada.

5. PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AOS PADRÕES DE QUALIDADE COMERCIAL - ATENDIMENTO A RECLAMAÇÕES DE CLIENTES

Todas as reclamações formuladas pelos clientes sobre serviços da CONCESSIONÁRIA deverão ser formalmente respondidas em no máximo dez dias úteis.

Os casos em que as reclamações estiverem relacionadas ao descumprimento dos padrões estabelecidos, e confirmada a procedência das mesmas, a CONCESSIONÁRIA pagará ao cliente a multa prevista, no prazo máximo de vinte dias úteis a contar da data do registro da reclamação. Poderá o pagamento ser efetuado como crédito na conta de fornecimento de energia quando houver aceite por parte do cliente.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPAP202202305A



ITESPAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Para cada um dos padrões de qualidade comercial, as empresas deverão apurar índices individualizados que retratem o atendimento prestado a um determinado cliente. Desse índice individualizado comparado ao padrão de qualidade é que podem decorrer aplicações de penalidades financeiras.

Desta forma, é necessária a capacitação e a padronização da CONCESSIONÁRIA para apuração desses índices individualizados, cujo detalhamento é apresentado na sequência.

- Prazo máximo para o atendimento a pedidos de ligação, quando se tratar de fornecimento em tensão primária de distribuição, excluídos os casos de inexistência de rede de distribuição em frente à unidade consumidora a ser ligada, necessidade de reforma ou ampliação da rede, necessidade de construção de ramal subterrâneo ou inadequação das instalações do consumidor aos padrões técnicos da CONCESSIONÁRIA.

Para apuração dos dados relativos ao cumprimento dos prazos máximos estabelecidos, as empresas deverão registrar em sistema informatizado a data da solicitação da ligação.

No caso de pagamento de multa por atraso no atendimento, a mesma deverá ser registrada no sistema informatizado.

Caso a ligação não seja realizada devido à inadequação das instalações de entrada do consumidor ou por falta de documentação, o prazo só passará a ser considerado após a devida regularização.

- Prazo máximo para o atendimento a pedidos de ligação, quando se tratar de fornecimento em tensão secundária de distribuição, excluídos os casos de inexistência de rede de distribuição em frente à unidade consumidora a ser ligada, necessidade de reforma ou ampliação da rede, necessidade de construção de ramal subterrâneo ou inadequação das instalações do consumidor aos padrões técnicos da CONCESSIONÁRIA.

Para apuração dos dados relativos ao cumprimento dos prazos máximos estabelecidos, as empresas deverão registrar em sistema informatizado a data da solicitação da ligação.

No caso de pagamento de multa por atraso no atendimento, a mesma deverá ser registrada no sistema informatizado.

Caso a ligação não seja realizada devido à inadequação das instalações de entrada do consumidor ou por falta de documentação, o prazo só passará a ser considerado após a devida regularização.

- Prazo máximo para o atendimento a pedidos de religação, após cessado o motivo da suspensão do fornecimento e pagos os débitos, prejuízos, taxas, multas e acréscimos incidentes.

Para apuração dos dados relativos ao cumprimento dos prazos máximos estabelecidos, as empresas deverão registrar em sistema informatizado a data da solicitação da ligação.

No caso de pagamento de multa por atraso no atendimento, a mesma deverá ser registrada no sistema informatizado.

Caso a ligação não seja realizada devido à inadequação das instalações de entrada do consumidor ou por falta de documentação, o prazo só passará a ser considerado após a devida regularização.

- Prazo máximo para a comunicação dos resultados dos estudos, projetos e do prazo para início e conclusão das obras de distribuição, necessárias ao atendimento dos pedidos de ligação.

O tempo decorrido será contado entre a data da solicitação à CONCESSIONÁRIA e a data da efetiva apresentação do orçamento/projeto ao interessado.

O período de tempo em que o projeto estiver dependente de providências do interessado deverá ser descontado no tempo total. Não considerar na contagem do tempo, o dia da solicitação.

- Prazo máximo para início das obras referentes ao item anterior, após satisfeitas, pelo interessado, as condições gerais de fornecimento.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

O tempo decorrido será contado entre a data de aprovação/pagamento por parte do interessado e a data do efetivo início físico das obras no local.

O período de tempo em que o início da obra estiver dependente de providências por parte do interessado não deverá ser considerado na contagem do tempo total.

- Prazo máximo para devolução, ao consumidor, de valores referentes a indenização por danos em aparelhos provocados por problemas na rede, comprovados por análise técnica.

O tempo em dias úteis decorrido será contado entre as datas do pedido de indenização e do pagamento em cheque ou dinheiro na agência ou escritório local da CONCESSIONÁRIA, descontados os dias em que o processo tenha sido interrompido por dependência de providências do interessado.

- Prazo máximo para a devolução, ao consumidor, de valores referentes a erros de faturamento que tenham resultado em cobranças a maior do cliente.

O tempo em dias úteis decorrido será contado entre as datas de reclamação do consumidor e a do efetivo pagamento em cheque ou dinheiro.

Caso o consumidor aceite receber a devolução em forma de crédito na próxima conta de energia elétrica, deverá ser considerado como data do efetivo pagamento a data do aceite. Não considerar na contagem do tempo, o dia da solicitação e o período de tempo que o processo ficar dependente de providências do consumidor.

- Prazo máximo para a religação de unidades consumidoras que tenham sofrido corte indevido no fornecimento de energia elétrica.

O tempo em horas decorrido será contado entre os horários de reclamação do consumidor e da efetiva religação. O controle deverá ser informatizado para se evitar distorções na contagem do tempo.

- Prazo máximo para regularização da medição, na ocorrência de defeitos no(s) medidor(es) instalado(s) na unidade consumidora.

O tempo em dias úteis será contado entre as datas de reclamação do consumidor e da efetiva regularização. O controle deverá ser informatizado para se evitar distorções na contagem do tempo.

- Prazo máximo para a comunicação do tempo necessário para a conclusão de estudos , projetos e orçamentos e dos prazos para início e fim das obras de atendimento a pedidos de novas ligações em tensão de transmissão ou subtransmissão, após satisfeitas, pelo interessado, as condições gerais de fornecimento.

O tempo decorrido será contado entre a data da solicitação à CONCESSIONÁRIA e a data da comunicação do tempo necessário para conclusão dos estudos, projetos e orçamentos e os prazos para início e fim das obras.

O período de tempo em que o projeto estiver dependente de providências do interessado será descontado no tempo total.

- Prazo máximo para devolução ao consumidor atendido em tensão de transmissão ou subtransmissão, dos valores referentes a erros de faturamento que tenham resultado em cobranças a maior do cliente.

O tempo em dias úteis decorrido será contado entre as datas de reclamação do consumidor e a do efetivo pagamento em cheque ou dinheiro.

Caso o consumidor aceite receber a devolução em forma de crédito na próxima conta de energia elétrica, deverá ser considerado como data do efetivo pagamento a data do aceite.

Não considerar na contagem do tempo, o período em que o processo ficar dependente de providências do consumidor.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
 Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
 Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

- Prazo máximo para regularização da medição na ocorrência de defeitos dos medidores instalados na unidade consumidora atendida na tensão de transmissão ou subtransmissão.

O tempo em dias úteis será contado entre as datas de reclamação do consumidor e da efetiva regularização. O controle deverá ser informatizado para se evitar distorções na contagem do tempo.

7. COLETA E ENVIO

Os indicadores deverão refletir os resultados do mês e a média móvel dos últimos 12 meses.

Quanto aos padrões, serão informados o número de eventos registrados, a quantidade dos que superaram o padrão e o total de multas pagas.

Os resultados dos indicadores e padrões deverão ser encaminhados trimestralmente até o trigésimo dia útil subsequente a cada trimestre civil.

Os dados serão encaminhados em planilhas, conforme os modelos a seguir:

INDICADORES

Concessionária:		Mês:
_____		_____
Indicador	Média Mensal	Média Móvel de 12 Meses

PADRÕES

Concessionária:			Mês:	
_____			_____	
Título	Número de Eventos Registrados	Número de Eventos que Superaram o Padrão		Multas Pagas R\$
		1 VUP	2 ou mais VUP's	

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPAP20230032A



ITESPAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

APÊNDICE F**FAMÍLIAS DE REDES****1 - OBJETIVO**

Apresentar os procedimentos que deverão ser seguidos pela CONCESSIONÁRIA para elaborar a formação das famílias de redes, que substituirão os atuais conjuntos de consumidores, para os quais são apurados, até o presente, os indicadores DEC e FEC conforme disposto na portaria nº 046 do DNAEE, de 17/04/78.

Os indicadores DEC, FEC, FMA, e TMA, citados no capítulo II deste documento, deverão ser apurados no início da etapa transição, para cada uma dessas famílias de redes.

2 - TERMINOLOGIA**CONJUNTO DE CONSUMIDORES**

Corresponde à reunião dos consumidores para os quais são calculados os indicadores DEC e FEC segundo a portaria 046 do DNAEE, de 17/04/78.

REDE ELEMENTAR

Consiste de um alimentador primário com seus respectivos transformadores de distribuição e circuitos de baixa tensão, no caso de todos os seus consumidores pertencerem à área urbana ou à área rural. No caso de um mesmo alimentador atender consumidores rurais e urbanos, o alimentador deverá ser subdividido em uma parcela urbana e outra rural - sendo que cada uma constituirá uma rede elementar.

No caso de haver menos que 5% dos consumidores ou do consumo de um mesmo alimentador, em região urbana ou rural, é facultado à CONCESSIONÁRIA considerar todos seus trechos como pertencentes a uma mesma rede elementar.

No caso de haver possibilidade de reconfiguração de redes, deve ser considerada, para a formação de famílias, aquela configuração que permanece operando na maior parte do tempo.

FAMÍLIAS DE REDES

É um agrupamento de redes elementares com características similares.

ATRIBUTOS DE FAMÍLIAS DE REDES

São os parâmetros utilizados para caracterizá-las.

INDICADOR 90% DE UMA FAMÍLIA

Corresponde ao valor que é superado em apenas 10% das redes elementares da mesma família.

3 - ATRIBUTOS DAS REDES ELEMENTARES

Serão considerados os seguintes atributos para as redes elementares:

Número de Consumidores

- até 100
- de 101 a 1000
- de 1001 a 3000
- mais de 3000

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

Tipo de Atendimento

- rural
- urbano

Consumo Predominante

- residencial e iluminação pública
- comercial, industrial, serviços/poderes públicos atendidos em baixa tensão
- comercial, industrial, serviços/poderes públicos atendidos em média tensão
- rural

Densidade (linear) de carga consiste na densidade da potência instalada em transformadores de distribuição, acrescida da demanda registrada por consumidores atendidos em média tensão, expressa em kVA/km de rede de média tensão, sendo classificada em:

- baixa - densidade menor ou igual a 100 kVA/km;
- média - densidade maior que 100 kVA/km e menor que 500 kVA/km;
- alta - densidade maior ou igual a 500 kVA/km

4 - PROCEDIMENTOS PARA A FORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS**4.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

A formação das famílias de redes deverá ser elaborada pela CONCESSIONÁRIA e submetida ao órgão regulador para aprovação, durante a etapa de adaptação, prevista neste documento.

A partir da etapa de transição, a CONCESSIONÁRIA deve apurar os indicadores para cada família, tanto para acompanhamento como para formação de base histórica e estabelecimento de padrões.

Observa-se que, durante as etapas de transição e de maturidade, a apuração de indicadores será realizada considerando tanto os atuais conjuntos de consumidores como as novas famílias de redes definidas por este documento.

A cada 5 anos a CONCESSIONÁRIA deverá atualizar a definição das suas redes elementares e formação das famílias, submetendo-as à aprovação do órgão regulador.

Entretanto, a qualquer tempo a CONCESSIONÁRIA poderá atualizar a definição das redes elementares e famílias, quando alterações significativas dos atributos ou das próprias redes justificarem esta providência. Estas alterações deverão ser aprovadas pelo órgão regulador para entrarem em vigor.

Finalmente, durante a expansão das redes de distribuição, novas redes elementares irão surgir. Estas deverão ser classificadas nas famílias convenientes, conforme critério definido a seguir. Alterações dos números de componentes das famílias devem ser informadas ao órgão regulador.

4.2 - FAMÍLIAS DE REDES ELEMENTARES DE BAIXA E MÉDIA TENSÃO

Na formação das famílias de redes são considerados os seguintes conceitos básicos:

- a) Uma família de redes possui redes elementares com características de tipologia elétrica, densidade de carga e modos de consumo similares, motivo pelo qual os consumidores devem ser atendidos com o mesmo nível de qualidade;
- b) O elemento básico de uma rede elétrica de distribuição é denominado de rede elementar, que consiste em um alimentador primário radial, ou um conjunto de alimentadores que operam em anel, com seus respectivos transformadores de distribuição e circuitos de baixa tensão.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITSPCAP202202305A



ITSPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

O alimentador pode estar subdividido em até duas partes, conforme o fornecimento de energia elétrica estiver em área urbana ou rural. Neste caso, um alimentador primário dará origem a duas redes elementares.

- c) Todas as redes elementares com características similares pertencerão à mesma família, independentemente de sua posição geográfica;
- d) Os indicadores devem ser apurados para todas as redes elementares separadamente, porém deverão ser informados ao órgão regulador o valor médio, o valor máximo e o valor 90% de cada indicador, para cada família.

A sequência de atividades para a definição das famílias de redes deverá ser a seguinte:

- a) estabelecimento das redes elementares;
- b) classificação e agrupamento das redes elementares conforme os atributos acima definidos;
- c) o número de famílias de redes da CONCESSIONÁRIA deverá ser proposto ao órgão regulador, para aprovação;
- d) sempre que o número de redes elementares de uma família for inferior a 10 ou representar menos de 3% do consumo da empresa para a totalidade de seus consumidores atendidos em baixa ou média tensão, essa família de redes deverá ser cancelada e seus elementos incorporados nas outras famílias existentes.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITESPCAP202202305A



ITESPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>

APÊNDICE G

PADRÕES DE DEC E FEC PARA CONJUNTOS DE CONSUMIDORES, PARA A ETAPA DE ADAPTAÇÃO

Os padrões fixados para cada conjunto de consumidores estão apresentados a seguir, já incluído o adicional de 30% sobre a média referente aos anos de 1996 e 1997.

Conjunto		DEC (horas)			FEC (interrupções por consumidor)		
Denominação	Tipo	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual
PEDREIRA	30	3,0	9,0	12,0	3,7	11,2	15,0
JAGUARIUNA	30	4,0	12,0	16,0	4,5	13,5	18,0

PROCURADORIA GERAL/ANEEL VISTO	
--------------------------------------	--



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.
Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962>



ITSPCAP202202305A



ITSPCAP202300032A



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.
Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435>



Companhia Jaguar de Energia
CNPJ nº 53.859.112/0001-69

www.cpf.com.br

Relatório da Administração

Atividades administrativas, Administração do Conselho de Administração, Administração do Conselho de Administração, Administração do Conselho de Administração...

CONSIDERAÇÕES INICIAIS
A CPFL Jaguar sempre tem como agenda estratégica, alinhada com o plano de negócios, a expansão da geração de energia elétrica...

RESUMO EXECUTIVO
Em janeiro de 2015, a P&F produziu um crescimento de 2,9% para o ano em comparação a 2014, devido ao aumento da produção...

Table with 2 columns: Item, 2015 Valor (R\$ mil), 2014 Valor (R\$ mil). Rows include Lucro Líquido, Resultado Financeiro, EBITDA, etc.

Balanco Social Anual - 2015/2014 (*)

Table with 4 columns: 2015 Valor (R\$ mil), 2014 Valor (R\$ mil), 2015 Valor (R\$ mil), 2014 Valor (R\$ mil). Rows include 1 - Base de Cálculo, 2 - Informações Relevantes, 3 - Informações Relevantes, etc.

Table with 4 columns: 2015 Valor (R\$ mil), 2014 Valor (R\$ mil), 2015 Valor (R\$ mil), 2014 Valor (R\$ mil). Rows include Balancos Patrimoniais, Balancos Patrimoniais, Balancos Patrimoniais, etc.

Table with 4 columns: 2015 Valor (R\$ mil), 2014 Valor (R\$ mil), 2015 Valor (R\$ mil), 2014 Valor (R\$ mil). Rows include Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, etc.

INVESTIMENTOS
No ano, foram realizadas RS e milhões na ampliação, manutenção, modernização, substituição e aquisição de ativos...

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA
A CPFL Jaguar sempre reconhece a importância da sustentabilidade e a responsabilidade social como parte integrante de sua estratégia...

Table with 4 columns: 2015 Valor (R\$ mil), 2014 Valor (R\$ mil), 2015 Valor (R\$ mil), 2014 Valor (R\$ mil). Rows include Demonstrações dos Resultados, Demonstrações dos Resultados, Demonstrações dos Resultados, etc.

Table with 4 columns: 2015 Valor (R\$ mil), 2014 Valor (R\$ mil), 2015 Valor (R\$ mil), 2014 Valor (R\$ mil). Rows include Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, etc.

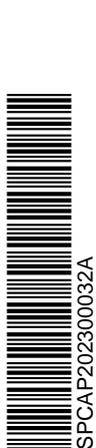
Table with 4 columns: 2015 Valor (R\$ mil), 2014 Valor (R\$ mil), 2015 Valor (R\$ mil), 2014 Valor (R\$ mil). Rows include Demonstrações do Valor Adicionado, Demonstrações do Valor Adicionado, Demonstrações do Valor Adicionado, etc.



Autenticado com senha por PRISCILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46.



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49.



ITSPCAP202300032A

Companhia Jaguari de Energia - CNPJ nº 53.858.112/0001-69
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Finais em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with 2 main columns: 29. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA and 30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS. Includes sub-tables for energy costs and financial instruments.

Table with 2 main columns: 31. FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUCESSIVOS and 32. TRANSACÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA. Includes sub-tables for significant events and non-cash transactions.

Table with 2 main columns: 33. HONORÁRIOS DE GESTÃO DE EMPRESAS SUCESSIVAS and 34. FATO RELEVANTE E EVENTOS SUCESSIVOS. Includes sub-tables for management fees and significant events.

Table with 2 main columns: 35. HONORÁRIOS DE GESTÃO DE EMPRESAS SUCESSIVAS and 36. FATO RELEVANTE E EVENTOS SUCESSIVOS. Includes sub-tables for management fees and significant events.

Table with 2 main columns: 37. FATO RELEVANTE E EVENTOS SUCESSIVOS and 38. FATO RELEVANTE E EVENTOS SUCESSIVOS. Includes sub-tables for significant events and significant events.

Table with 2 main columns: 39. FATO RELEVANTE E EVENTOS SUCESSIVOS and 40. FATO RELEVANTE E EVENTOS SUCESSIVOS. Includes sub-tables for significant events and significant events.

Table with 2 main columns: 41. FATO RELEVANTE E EVENTOS SUCESSIVOS and 42. FATO RELEVANTE E EVENTOS SUCESSIVOS. Includes sub-tables for significant events and significant events.

Table with 2 main columns: 43. FATO RELEVANTE E EVENTOS SUCESSIVOS and 44. FATO RELEVANTE E EVENTOS SUCESSIVOS. Includes sub-tables for significant events and significant events.

Table with 2 main columns: 45. FATO RELEVANTE E EVENTOS SUCESSIVOS and 46. FATO RELEVANTE E EVENTOS SUCESSIVOS. Includes sub-tables for significant events and significant events.

Table with 2 main columns: 47. FATO RELEVANTE E EVENTOS SUCESSIVOS and 48. FATO RELEVANTE E EVENTOS SUCESSIVOS. Includes sub-tables for significant events and significant events.

Table with 2 main columns: 49. FATO RELEVANTE E EVENTOS SUCESSIVOS and 50. FATO RELEVANTE E EVENTOS SUCESSIVOS. Includes sub-tables for significant events and significant events.

Autenticado com senha por PRISILLA SAYURI OKADO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 18/02/2022 às 12:26:46. Documento Nº: 35134385-962 - consulta à autenticidade em https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35134385-962

Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 03/01/2023 às 10:37:49. Documento Nº: 61422359-1435 - consulta à autenticidade em https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=61422359-1435





CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA**

CPF/CNPJ: **53.859.112/0001-69**

Certifica-se que, em consulta aos cadastros CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

O [Sistema CGU-PJ](#) consolida os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 10:50:20 do dia 03/01/2023 , com validade até o dia 02/02/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: fN1AZpPbEbH0X0ukTuHG

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (03/01/2023 às 10:55) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 53.859.112/0001-69.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63B4.33B9.E5D3.1105 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 53.859.112/0001-69
Certidão nº: 207105/2023
Expedição: 03/01/2023, às 10:56:18
Validade: 02/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **53.859.112/0001-69**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
CNPJ: 53.859.112/0001-69

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:45:45 do dia 03/01/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/07/2023.

Código de controle da certidão: **666C.5E5A.FB23.A09F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 53.859.112/0001-69
Razão Social: COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Endereço: R RUA VIGATO 1620 TERREO / JOAO ALDO NASSIF / JAGUARIUNA / SP / 13910-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/12/2022 a 24/01/2023

Certificação Número: 2022122601271647863513

Informação obtida em 03/01/2023 10:56:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Corregedoria Geral da Administração

[Home](#)

Institucional

- [Missão e Competência](#)
- [Departamentos e Setoriais](#)
- [Comissão de Ética](#)
- [Relatórios de Atividades](#)
- [Relatórios Correcionais](#)

[Legislação](#)

[Links](#)

Cadastro Estadual de Empresas Punidas - CEEP

Instituído pelo artigo 5º do decreto 60.106, de 29 de janeiro de 2014

Relatório

CNPJ:	<input type="text" value="53.859.112/0001-69"/>
	<input type="button" value="Limpar"/> <input type="button" value="Filtrar"/>

Quantidade de registro(s) encontrados(s): 0

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Av. Rangel Pestana, 300 - 18º andar - Sé - CEP: 01017-911 - Tel.: (11)3204-4571 (Márcio/Cristiane Marques)

Horário de Atendimento ao Público: das 9h00 às 17h00 - de Segunda-feira à Sexta-feira (exceto feriados).

[Ouvidoria](#)

[Transparência](#)

[SIC](#)

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 53.859.112/0001-69 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 30/08/1966
NOME EMPRESARIAL COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CPFL SANTA CRUZ			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada			
LOGRADOURO R VIGATO	NÚMERO 1.620	COMPLEMENTO TERREO	
CEP 13.916-070	BAIRRO/DISTRITO NUCLEO RESIDENCIAL DOUTOR JOAO ALDO NASSIF	MUNICÍPIO JAGUARIUNA	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO BACKOFFICETRIBUTARIO@CPFL.COM.BR		TELEFONE (19) 3756-8020	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **03/01/2023** às **10:44:54** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Mural	Legislação	Minutas Edital	Fornecedores	Catálogo	Comunicação	Manuais
-------	------------	----------------	--------------	----------	-------------	---------

10:48:16

Pesquisa Sanções por Fornecedor

Razão Social CNPJ/CPF Ordenar Por

Data e Hora da Consulta:

terça-feira, 3 de janeiro de 2023 às 10:48

Não foram encontradas sanções para CNPJ/CPF: 53.859.112/0001-69 E RAZÃO SOCIAL/NOME: CIA JAGUARI ENERGIA

[Clique aqui](#) para consultar a declaração de idoneidade para licitar e contratar no portal da transparência do cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas(CEIS)(www.portaltransparencia.gov.br).

Para contato transmitir mensagem pelo Fale Conosco selecionando a opção mais adequada: e-Sanções-Dúvidas ou Solicitações ou Sugestões ou Reclamações



ITESPCAP202300041A

[Imprimir](#)

[Baixar PDF](#)

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO



Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais
CADIN Estadual

Informações Cadastrais

CNPJ/CPF: 53.859.112/0001-69

Não foram encontradas pendências no Cadastro de Créditos não quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL.

Pesquisa realizada em: 03/01/2023 às 10:51:30

Se você recebeu o comunicado CADIN regularize sua situação em 90 (noventa) dias contados a partir da data de expedição do mesmo.

Este documento não tem validade de Certidão Negativa.

Em conformidade com a Lei Estadual nº 12.799/2008 a inexistência de registro no CADIN Estadual:

- Não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem dispensa a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto e demais atos normativos. (artigo 7º)
 - Não impede a consulta prévia pelos órgãos e entidades da Administração direta e indireta ao sistema CADIN Estadual. (artigo 6º)
 - Aos registros incluídos após a emissão da declaração cabe a aplicação do parágrafo 1º do artigo 6º.
-

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada na página da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, endereço: https://www.fazenda.sp.gov.br/cadin_estadual/pages/publ/cadin.aspx

Código da Declaração: 855836A7.4C56D569.E3AFC0B6.2FFAE2D5

EMISSÃO GRATUITA

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relação de Impedimentos de Contrato / Licitação

Documento gerado em 03/01/2023 às 10:56:52

Em 03/01/2023 às 10:56:47 não foram encontrados registros de pessoas físicas ou jurídicas para o critério de pesquisa informado:

CNPJ: 53859112000169

Para acessar este documento com os dados atualizados, acesse
<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/publicas/impedimento> ou utilize o QR Code:



ITESPAP202300041A



e-CRDA

As informações do contribuinte que constam da base de dados não permitem a emissão da certidão de regularidade fiscal na Dívida Ativa. Favor observar o disposto na Portaria SubG/CTF n. 20/2021.

Emitir e-CRDA

CNPJ Base:	<input type="text" value="53.859.112"/>
CPF:	<input type="text"/>

Não sou um robô reCAPTCHA
Privacidade - Termos de Utilização





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Licitações e Contratos - DA

Despacho

Assunto: Enc. inexigibilidade

Senhor Supervisor

Versam os presentes autos sobre a contratação de serviço de energia elétrica no município onde está localizado o GTC de Iaras. Em atendimento ao Parecer da ACJ nº 329 /2022, foram juntadas as seguintes documentações:

- A. Solicitação do Supervisor do Grupo de Apoio a Gestão de Contratos, Convênios e Congêneres, acompanhada de planilha de valores estimados, com a devida justificativa (fls. 2/ 4);
- B. Cópia do contrato de concessão dos serviços em favor da CIA JAGUARI DE ENERGIA bem como cópia do relatório da administração que comprova a vigência até 07/07/2045;
- C. Documentação da empresa.

Com relação a alínea “D”, esclarecemos que será encaminhado para reserva de recursos no próximo exercício.

.Ante o exposto, encaminhamos a Vossa Senhoria os presentes autos com sugestão de remessa à Diretoria Adjunta de Administração e Finanças para declarar a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** a favor da empresa **CIA JAGUARI DE ENERGIA CNPJ: 53.859.12/0001-69**, nos termos do caput do Artigo 25, caput, da Lei federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, bem como o envio do processo ao senhor Diretor Executivo, visando a competente **RATIFICAÇÃO** desta Inexigibilidade de Licitação, conforme o disposto no Artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93 c/c o Artigo 26 da Lei estadual nº 6.544/89.

Após retornem os autos **ao Grupo de Licitações e Contratos** para que seja providenciada a publicação da Ratificação no DOE.

São Paulo, 03 de janeiro de 2023.

Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Licitações e Contratos - DA

Sara Soares Coutinho
Analista de Gestão Organizacional R1
Grupo de Licitações e Contratos - DA



ITESPDES202300085A



Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Gerencia Administrativa - DA

Despacho

Interessado: DAAF
Assunto: Declaração de Inexigibilidade

Sr. Diretor

Encaminhamos a Vossa Senhoria os presentes autos para declarar a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** a favor da empresa **CIA JAGUARI DE ENERGIA CNPJ: 53.859.12/0001-69**, nos termos do caput do Artigo 25, caput, da Lei federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, bem como o envio do processo ao senhor Diretor Executivo, visando a competente **RATIFICAÇÃO** desta Inexigibilidade de Licitação, conforme o disposto no Artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93 c/c o Artigo 26 da Lei estadual nº 6.544/89.

São Paulo, 04 de janeiro de 2023.

Simone Aparecida Pedro Rabelo
Gerente
Gerencia Administrativa - DA

Reginaldo Roque
Técnico em Gestão Organizacional R1
Grupo de Licitações e Contratos - DA

Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Diretoria Adjunta Administração, Finanças e Recursos Humanos - DA

Despacho

Interessado: FUNDAÇÃO ITESP

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS

1 – Constatada a inviabilidade de competição, visto que tão somente a CIA JAGUARI DE ENERGIA, CNPJ: 53.859.112/0001-69 fornece energia elétrica no município de Iaras, onde está localizado o GTC desta Fundação, objeto deste processo, com base no caput do artigo 25 da Lei Federal 8.666/93 e no Parecer da ACJ nº 329/2022, ficando plenamente fundamentada a contratação por inexigibilidade de licitação.

2 – Em face dos elementos constantes dos autos e com fulcro no artigo 33, item 1 do Regulamento Geral da Fundação ITESP, no Parecer ACJ nº 329/2022 e, ainda, no uso da competência constante dos artigos 1º e 5º do Decreto Estadual nº 31.138/90 e artigo 1º do Decreto Estadual nº 37.410/93, declaro inexigível DE LICITAÇÃO a contratação dos serviços de fornecimento de energia elétrica no valor total estimado de R\$ 863,88 (oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos), nos termos do caput do Artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

São Paulo, 05 de janeiro de 2023.

Anselmo Candido Raimundo
Assessor de Direção
Diretoria Adjunta Administração, Finanças e Recursos Humanos - DA

Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Gabinete da Diretoria Executiva - DE

Despacho

Interessado: FUNDAÇÃO ITESP

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA – IARAS

Número de referência: ITESP-PRC-2022/000660

À vista dos elementos constantes dos presentes autos, especialmente o contido no Parecer da Advocacia e Consultoria Jurídica nº nº329/2022 favorável a esta contratação, **RATIFICO**, com fundamento no artigo 9º inciso 1 do Regulamento Geral da Fundação ITESP, no artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e no artigo 26 da Lei Estadual nº 6.544/89, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** declarada pela Diretoria Adjunta de Administração e Finanças desta Fundação ITESP, no valor total estimado de **R\$ 863,88 (oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos)** referentes à contratação dos serviços de fornecimento de energia elétrica com a **CIA JAGUARI DE ENERGIA; CNPJ: 53.859.112/0001-69.**

Retornem os presentes autos à Diretoria Adjunta de Administração e Finanças para publicação do presente ato no D.O.E.

São Paulo, 10 de janeiro de 2023.

Marco Antonio Silva
Chefe de Gabinete - Respondendo pelo Expediente da Diretoria Executiva
Gabinete da Diretoria Executiva - DE



Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Licitações e Contratos - DA

Ficha de integração SIAFEM

Unidade Gestora: 171201 - FUND.INST.TERRAS E.S.P.JOSE GOMES DA SILVA

Gestão: 17047

Código Único: 2023002111-6

Objeto do processo: Utilidade pública - Cia Jaguari Energia El.

Tipo de licitação: 6 - INEXIGIVEL

ID:

Ata de Registro de Preço: () Sim (X) Não

Convênio: () Sim (X) Não

Finalidade do Processo: Utilidade pública - fornecimento de energia elétrica pela Cia Jaguari

São Paulo, 11 de janeiro de 2023.

Sara Soares Coutinho
Analista de Gestão Organizacional R1
Grupo de Licitações e Contratos - DA



Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Licitações e Contratos - DA

Despacho

Assunto: Enc. Autorização de despesa e empenho

Senhora Gerente Administrativa

Encaminhamos a Vossa Senhoria os presentes autos com sugestão de remessa à Gerência Administrativa para envio à **Diretoria Adjunta de Administração e Finanças**, solicitando **AUTORIZAÇÃO DE DESPESA** e seu posterior **EMPENHAMENTO** no valor total estimado de **R\$ 863,88 (oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos)** em favor do **CIA JAGUARI DE ENERGIA, CNPJ: 53.859.112/0001-69**, objetivando a contratação de serviços de utilidade pública de energia elétrica para o escritório regional de Iaras, conforme planilha de fls. 02.

São Paulo, 13 de janeiro de 2023.

Sara Soares Coutinho
Analista de Gestão Organizacional R1
Grupo de Licitações e Contratos - DA



ITESPDES202300701A

Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Diretoria Adjunta Administração, Finanças e Recursos Humanos - DA

Despacho

Interessado: Fundação ITESP

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA – IARAS.

Número de referência: ITESP-PRC-2022/00660

Nos termos do art. 33, item 01, do Regulamento Geral da Fundação ITESP e do artigo 14 inciso I do Decreto Estadual nº 233/70, **AUTORIZO A DESPESA** e seu posterior **EMPENHAMENTO** no valor total estimado de **R\$ 863,88 (oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos)** em favor da **CIA JAGUARI DE ENERGIA, CNPJ: 53.859.112/0001-69**, objetivando a contratação de serviços de utilidade pública de energia elétrica para o escritório regional de Iaras, para o presente exercício.

Encaminhe-se a **Gerência Financeira e Orçamentária** para emissão do respectivo empenho. Após, em trâmite direto, ao Grupo de Apoio à Gestão de Convênios Contratos e Congêneres da Gerência Administrativa para acompanhamento.

São Paulo, 13 de janeiro de 2023.

Anselmo Candido Raimundo
Assessor de Direção
Diretoria Adjunta Administração, Finanças e Recursos Humanos - DA



Classif. documental

004.01.05.005





EXERCÍCIO/2023

PTRES : 174724 NUMERO DO PROCESSO 2022/00660

PROGRAMA DE TRABALHO 21.122.1731.4939-0000

EMPRESA CIA JAGUARI DE ENERGIA

33 90 50 11 53.859.113/0001-69

FONTE 150010001

IARAS

MÊS	RESERVA
JANEIRO	R\$ 59,99
FEVEREIRO	R\$ 59,99
MARÇO	R\$ 59,99
ABRIL	R\$ 59,99
MAIO	R\$ 59,99
JUNHO	R\$ 59,99
JULHO	R\$ 59,99
AGOSTO	R\$ 59,99
SETEMBRO	R\$ 59,99
OUTUBRO	R\$ 59,99
NOVEMBRO	R\$ 59,99
DEZEMBRO	R\$ 59,99
EMPENHADO	R\$ 719,88

MÊS	EMPENHO
JANEIRO	R\$ 59,99
FEVEREIRO	R\$ 59,99
MARÇO	R\$ 59,99
ABRIL	R\$ 59,99
MAIO	R\$ 59,99
JUNHO	R\$ 59,99
JULHO	R\$ 59,99
AGOSTO	R\$ 59,99
SETEMBRO	R\$ 59,99
OUTUBRO	R\$ 59,99
NOVEMBRO	R\$ 59,99
DEZEMBRO	R\$ 59,99
EMPENHADO	R\$ 719,88





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Orçamento e Custos - DA

Ficha de integração SIAFEM

Unidade Gestora: 171201 - FUND.INST.TERRAS E.S.P.JOSE GOMES DA SILVA

Gestão: 17047

Código Único: 2023004534-1

Objeto do processo: Utilidade publica - Araras

Tipo de licitação: 9 - INDEPEND LICITACAO

ID:

Ata de Registro de Preço: () Sim (X) Não

Convênio: () Sim (X) Não

Finalidade do Processo: Utilidade publica - Araras

São Paulo, 18 de janeiro de 2023.

Luciana Regina de Jesus Siqueira
Técnico em Gestão Organizacional I A
Grupo de Orçamento e Custos - DA



Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2023NE00022

UG	171201 - FUND.INST.TERRAS E.S.P.JOSE GOMES DA SILVA
Gestão	17047 - FUND.INST.TERRAS EST.SP.-JOSE GOMES DA SILVA
Data de Emissão	18/01/2023

CNPJ/CPF/UG	53859112000169		
Credor	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA		
Endereço	RUA VIGATO, 1620 - JOAO ALDO NASSIF		
Cidade	JAGUARIUNA	UF	SP
		CEP	13820-000

Origem Material	
------------------------	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400091	17047	21122173149390000	150010001	33905011	171201	004.006.0727	174724

No Processo	20230045341	Acordo	
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	UTILIDADE PUBLICA
Licitação	09 - INDEPEND. LICIT.	Modalidade	3 - ESTIMATIVO
Empenho Orig.		Nº Contrato	
		Nº OC	

Valor do Empenho R\$	719,88 (setecentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos)
-----------------------------	--

Cronograma	
Mês	Valor
01	59,99
02	59,99
03	59,99
04	59,99
05	59,99
06	59,99
07	59,99
08	59,99
09	59,99
10	59,99
11	59,99
12	59,99

Item: 001	Unidade de Medida UTIL	Quantidade 0000	Preço Unitário 0,00	Preço Total 719,88
Descrição: EMPENHO PARA COBRIR DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - IARAS*****EXERCÍCIO 2023				





Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	719,88
Local de Entrega	FUNDAÇÃO ITESP - IARAS
Data de Entrega	18/01/2023

DIOGO TELLES MARTINS PEREIRA
28945192816

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	LUCIANA REGINA JESUS SIQUEIRA - 171201
--------------------------	--





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Orçamento e Custos - DA

Despacho

Interessado: Fundação ITESP

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS

Prezado Supervisor do GT - Orçamento e Custos

Após a emissão da nota de empenho, sugerimos o retorno dos presentes autos a Gerência Administrativa para prosseguimento.

São Paulo, 19 de janeiro de 2023.

Luciana Regina de Jesus Siqueira
Técnico em Gestão Organizacional I A
Grupo de Orçamento e Custos - DA

Valdemar Celso de Souza
Supervisor
Grupo de Orçamento e Custos - DA



Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Apoio à Gestão de Convênios, Contratos e Congêneres - DA

Despacho

Interessado: Gerência Administrativa

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS

Senhora Gerente Administrativa,

Encaminhamos os presentes autos a Vossa Senhoria, com proposta de envio ao GT de Orçamento e Custos, da Gerência Financeira e Orçamentária, para correção do valor da Nota de empenho 2023NE00022, que saiu com o valor de R\$ 719,88, quando o solicitado nos despachos de folhas n°s 03, 112, 115, 116, foi de **R\$ 863,88 (oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos)**.

São Paulo, 23 de janeiro de 2023.

Luiz Carlos Cavalcante
Técnico em Gestão Organizacional R4
Grupo de Apoio à Gestão de Convênios, Contratos e Congêneres - DA



ITESPDES202301073A

Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Gerencia Administrativa - DA

Despacho

Interessado: Fundação ITESP

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA
ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS

Número de referência: ITESP-PRC-2022/00660

Ao Grupo de Orçamento e Custos

Encaminhe-se para atendimento ao solicitado pelo supervisor do Grupo de Apoio à
Convênios, Contrato e Congêneres em fls. 122.

Atenciosamente

São Paulo, 23 de janeiro de 2023.

Simone Aparecida Pedro Rabelo
Gerente
Gerencia Administrativa - DA



ITESPDES20230114A

Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Orçamento e Custos - DA

Despacho

Interessado: Fundação Itesp
Assunto: utilidade publica

Prezada Gerente Administrativa,

Retorno os presentes autos para que o supervisor do GT de Gestão e Contratos Convenio e Congeneres, inclua a planilha com os valores mensais atualizado.

São Paulo, 27 de janeiro de 2023.

Valdemar Celso de Souza
Supervisor
Grupo de Orçamento e Custos - DA



Classif. documental

004.01.05.005



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"JOSÉ GOMES DA SILVA"

PROCESSO: ITESP-PRC-2022/00660

INTERESSADO: FUNDAÇÃO ITESP

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS

Ao Grupo de Orçamento e Custos - DA.

Conforme Vossa solicitação, segue tabela de valores a empenhar, referente a **UTILIDADE PÚBLICA – ENERGIA ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS**

	Ano 2022	Previsão 2023 acrescido 20%
Janeiro	59,99	71,99
Fevereiro	59,99	71,99
Março	59,99	71,99
Abril	59,99	71,99
Maiο	59,99	71,99
Junho	59,99	71,99
Julho	59,99	71,99
Agosto	59,99	71,99
Setembro	59,99	71,99
Outubro	59,99	71,99
Novembro	59,99	71,99
Dezembro	59,99	71,99
Total	719,88	863,88
média mensal	59,99	71,99

O valor estimado para a contratação corresponde ao valor utilizado no exercício de 2022 acrescido de aumento de 20% estimativo.





Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2023NE00098

UG	171201 - FUND.INST.TERRAS E.S.P.JOSE GOMES DA SILVA
Gestão	17047 - FUND.INST.TERRAS EST.SP.-JOSE GOMES DA SILVA
Data de Emissão	01/02/2023

CNPJ/CPF/UG	53859112000169		
Credor	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA		
Endereço	RUA VIGATO, 1620 - JOAO ALDO NASSIF		
Cidade	JAGUARIUNA	UF	SP
		CEP	13820-000

Origem Material	
------------------------	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400092	17047	21122173149390000	150010001	33905011	171201	004.006.0727	174724

No Processo	20230045341	Acordo	
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	UTILIDADE PUBLICA
Licitação	09 - INDEPEND. LICIT.	Modalidade	3 - ESTIMATIVO
Empenho Orig.	2023NE00022	Nº Contrato	
		Nº OC	

Valor do Empenho R\$	144,00 (cento e quarenta e quatro reais)
-----------------------------	--

Cronograma	
Mês	Valor
02	24,00
03	12,00
04	12,00
05	12,00
06	12,00
07	12,00
08	12,00
09	12,00
10	12,00
11	12,00
12	12,00

Item: 001	Unidade de Medida UTIL	Quantidade 0000	Preço Unitário 0,00	Preço Total 144,00
Descrição: REFORÇO DE EMPENHO PARACOBRIR DESPESAS COM UTILIDADE PUBLICA ENERGIA ELE-TRICA - IARAS				





Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	144,00
Local de Entrega	FUNDAÇÃO ITESP - IARAS
Data de Entrega	18/01/2023

DIOGO TELLES MARTINS PEREIRA
28945192816

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	LUCIANA REGINA JESUS SIQUEIRA - 171201
--------------------------	--





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Orçamento e Custos - DA

Despacho

Interessado: Fundação ITESP

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS

Prezado Supervisor do GT - Orçamento e Custos

Após a emissão do reforço de empenho, sugerimos o retorno dos presentes autos a Gerência Administrativa para prosseguimento

São Paulo, 01 de fevereiro de 2023.

Luciana Regina de Jesus Siqueira
Técnico em Gestão Organizacional I A
Grupo de Orçamento e Custos - DA

Valdemar Celso de Souza
Supervisor
Grupo de Orçamento e Custos - DA



ITESPDES202301725A

Classif. documental

004.01.04.002





Governo do Estado de São Paulo

Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Apoio à Gestão de Convênios, Contratos e Congêneres - DA

Despacho

Interessado: FUNDAÇÃO ITESP

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA
ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARA

Senhora Gerente Administrativa,

Tendo em vista que os presentes autos foram tramitados diretamente para este GT de Apoio à Gestão de Convênios e Contatos, após a emissão das Notas de Empenho, o Extrato de Empenho não foi publicado.

Portanto, encaminhamos os presentes autos a Vossa Senhoria, para as providências cabíveis.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2023.

Luiz Carlos Cavalcante
Técnico em Gestão Organizacional R4
Grupo de Apoio à Gestão de Convênios, Contratos e Congêneres - DA



Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Gerencia Administrativa - DA

Despacho

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS
Número de referência: ITESP-PRC-2022/00660

Ao GLC- Supervisão

Trata o presente da CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS.

Encaminhe-se para publicação de extrato de empenho.

Atenciosamente.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.

Simone Aparecida Pedro Rabelo
Gerente
Gerencia Administrativa - DA



Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Licitações e Contratos - DA

Despacho

Interessado: GT Licitações - Sara
Assunto: Continuidade

A/C Sara;

Encaminho os autos para continuidade;

At.te;

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.

Reginaldo Roque
Técnico em Gestão Organizacional R1
Grupo de Licitações e Contratos - DA



Classif. documental

004.01.05.005



Extrato do Contrato
Número do Processo: SFP-PRC-2022-30109-V01
OES NC N° 495/2022
Parecer Jurídico Referencial CUISEFAZ n° 03/2021 de 14/05/2021
Modalidade da Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO NOSTER-

MODOS DO INCSO II - ARTIGO 24 DA LEI FEDERAL N° 8666/1993
Contratante(s): 200105 - ESCOLA DE GOVERNO - EGESP - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
Contratado: SERGIO KAZUO NISHIMAWA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO KAZUO NISHIMAWA - PARA ATUAR NO - "DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO - DIRT-09 - ARACATUBA
Vigência: NOVEMBRO A DEZEMBRO
Valor Total do Contrato: R\$ 113,85
Classificação dos recursos: 001001001 - Tesouro do Estado
Data Assinatura: 17/11/2022

Extrato do Contrato
Número do Processo: SFP-PRC-2022-29596-V01
OES NC N° 491/2022
Parecer Jurídico Referencial CUISEFAZ n° 03/2021 de 14/05/2021
Modalidade da Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO NOSTER-

MODOS DO INCSO II - ARTIGO 24 DA LEI FEDERAL N° 8666/1993
Contratante(s): 200105 - ESCOLA DE GOVERNO - EGESP - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
Contratado: SOLANGE SILVA NUNES DOS SANTOS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SOLANGE SILVA NUNES DOS SANTOS - PARA ATUAR NO - "DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO - DIRT-CI - TATUAPÉ - SÃO PAULO - SP
Vigência: NOVEMBRO A DEZEMBRO
Valor Total do Contrato: R\$ 341,55
Classificação dos recursos: 001001001 - Tesouro do Estado
Data Assinatura: 11/11/2022

Extrato do Contrato
Número do Processo: SFP-PRC-2022-30521-V01
OES NC N° 512/2022
Parecer Jurídico Referencial CUISEFAZ n° 03/2021 de 14/05/2021
Modalidade da Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO NOSTER-

MODOS DO INCSO II - ARTIGO 24 DA LEI FEDERAL N° 8666/1993
Contratante(s): 200105 - ESCOLA DE GOVERNO - EGESP - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
Contratado: MARCELA HORTA NOVOA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MARCELA HORTA NOVOA - PARA ATUAR NO - "DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO - DIRT-02 - LITORAL - SANTOS
Vigência: NOVEMBRO A DEZEMBRO
Valor Total do Contrato: R\$ 227,70
Classificação dos recursos: 001001001 - Tesouro do Estado
Data Assinatura: 25/11/2022

Extrato do Contrato
Número do Processo: SFP-PRC-2022-30604-V01
OES NC N° 510/2022
Parecer Jurídico Referencial CUISEFAZ n° 03/2021 de 14/05/2021
Modalidade da Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO NOSTER-

MODOS DO INCSO II - ARTIGO 24 DA LEI FEDERAL N° 8666/1993
Contratante(s): 200105 - ESCOLA DE GOVERNO - EGESP - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
Contratado: CELIA SUKEO NICHIMOTO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CELIA SUKEO NICHIMOTO - PARA ATUAR NO - "DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO - DIRT-07 - BAURURU
Vigência: NOVEMBRO A DEZEMBRO
Valor Total do Contrato: R\$ 227,70
Classificação dos recursos: 001001001 - Tesouro do Estado
Data Assinatura: 22/11/2022

Extrato do Contrato
Número do Processo: SFP-PRC-2022-30409-V01
OES NC N° 506/2022
Parecer Jurídico Referencial CUISEFAZ n° 03/2021 de 14/05/2021
Modalidade da Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO NOSTER-

MODOS DO INCSO II - ARTIGO 24 DA LEI FEDERAL N° 8666/1993
Contratante(s): 200105 - ESCOLA DE GOVERNO - EGESP - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
Contratado: ELISA ROMERO SECCO FRANCO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ELISA ROMERO SECCO FRANCO - PARA ATUAR NO - "DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO - DIRT-08 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Vigência: NOVEMBRO A DEZEMBRO
Valor Total do Contrato: R\$ 20
Classificação dos recursos: 001001001 - Tesouro do Estado
Data Assinatura: 21/11/2022

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

Coordenadoria de Administração
Unidade Gestora de Suprimentos e Gestão de Contratos
Centro de Apoio à Gestão de Contratos
Extrato do Termo de Aposilia
Aposiliação n° 03 ao Termo de Contrato DA n° 08/2019 - SA-PRC - 2020/5717.
1 - Objeto: Contratação de Prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de condicionamento de ar. (PRC-SAA-7.109/2018).
2 - Contrata: SYSTEC SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA ELEVAADORES LTDA.
4 - Unidade Gestora Executora anterior:
a. UGE - 130175 - Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agropreciosos - CODEAGRO;
b. UGE - 130218 - Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - APTA;
5 - Unidade Gestora Executora vigente: 130102 - Coordenadoria de Administração.
6 - Contrata: S&S E COMPRIAS
7 - Parecer CJUSA n° 28/2019 (PSAA 14.118/2018).
8 - Altera a Cláusula Oitava - Dos Recursos Orçamentários do Contrato DA n° 08/2019
9 - Cópia
Da presente Aposiliação são extraídas as seguintes cópias:
a. UGE - 130218 - Agência Paulista de Tecnologia dos Agropreciosos - APTA;
b. UGE - 130218 - Agência Paulista de Tecnologia dos Agropreciosos - APTA;
10. Data de assinatura: 01 de janeiro de 2023.

CHEFIA DE GABINETE

Coordenadoria de Administração
Departamento de Suprimentos e Gestão de Contratos
Centro de Licitações e Compras
EXTRATO T. CONTRATATO Nº DE EMPENHO
Processo SAA n° 202301956 - Fundamento Legal: Inelegibilidade de licitação - artigo 25, "caput", da Lei Federal n° 8.666/93. Objeto: Contratação de prestação de serviços para curso de servidores no curso de Desenvolvimento de Pessoas nos Centros Administrativos. Contratante: Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Contratada: ORZIL CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA. Inscrição no CNPJ/MF n° 21.545.863/0001-14. Nota de Empenho n° 2023NE0003. Data de Emissão: 15/02/2023. Valor Total: R\$ 6.494,00. Prazo de Execução: 10 dias. Classificação dos Recursos: UGE 130224 - Departamento de Suprimentos e Gestão de Contratos. Programa de Trabalho 20121231762160000. Natureza de Despesa 33903999.

EXTRATO T. CONTRATATO Nº DE EMPENHO
Processo SAA n° 202301886 - Fundamento Legal: Dispensa de Licitação por ratificação - artigo 24, "caput", da Lei Federal n° 8.666/93. Objeto: Contratação de serviços de Certificação Digital e-CPF 3-A. Contratante: Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Contratada: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP. Inscrição no CNPJ/MF n° 62.577.929/0001-35. Nota de Empenho n° 2023NE0001. Data de Emissão: 14/02/2023. Valor Total: R\$ 277,10. Prazo de Execução: 10 dias. Classificação dos Recursos: UGE 130224 - Departamento de Suprimentos e Gestão de Contratos. Programa de Trabalho 20121231762160000. Natureza de Despesa 33904900.

EXTRATO T. CONTRATATO Nº DE EMPENHO
Processo SAA n° 202301714 - Fundamento Legal: Dispensa de Licitação - art. 24, II, da Lei Federal n° 8.666/93, alterado pela alínea "a" do inciso II do art. 1º, do Decreto n° 9.412/2018. Objeto: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO OU CONSERVAÇÃO - ELÉTRICA BAXIA-TENSÃO, REDE ELÉTRICA
Contratante: Coordenadoria de Defesa Agropecuária, CNPJ n° 46.384.400/0021-92
CONTRATADA: CWTI Soluções Tecnológicas LTDA., CNPJ: 37.665.070/0001-09
Nota de Empenho n° 2023NE0133
Data de Emissão: 14/02/2023
Valor Total: R\$ 31.890,00
Prazo de Execução: 60 dias
Classificação dos Recursos: UGE 130033, Programa de Trabalho 20121231762160000. Natureza de Despesa 33903979

EXTRATO T. CONTRATATO Nº DE EMPENHO
Processo SAA n° 202302028 - Fundamento Legal: Dispensa de Licitação - art. 24, II, da Lei Federal n° 8.666/93, alterado pela alínea "a" do inciso II do art. 1º, do Decreto n° 9.412/2018. Objeto: SERVIÇO DE INSTALAÇÃO/MONTAGEM DE ELEMENTO DIVISOR, REMANEJAMENTO DE DIVISÓRIA
Contratante: Coordenadoria de Defesa Agropecuária, CNPJ n° 46.384.400/0021-92
CONTRATADA: PLANEJ DECORACÕES PIACARCABA LTDA
ME. CNPJ: 0251034/0001-93
Nota de Empenho n° 2022NE0135
Data de Emissão: 14/02/2023
Valor Total: R\$ 85.950,00
Prazo de Execução: 30 dias
Classificação dos Recursos: UGE 130033, Programa de Trabalho 20121231762160000. Natureza de Despesa 33904900

EXTRATO T. CONTRATATO Nº DE EMPENHO
Processo SAA n° 202303563 - Fundamento Legal: Dispensa de Licitação com Ratificação e CNPJ AT - e-CPF 4-A - Contratante: Secretaria de Agricultura e Abastecimento. CNPJ n° 46.384.400/0001-92. Contratada: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP - CNPJ n° 62.577.929/0001-35. Nota de Empenho n° 2023NE0002. Data de Emissão: 14/02/2023 - Valor Total: R\$ 978,95 - Classificação dos Recursos: UGE 130224 - Departamento de Suprimentos e Gestão de Contratos. Programa de Trabalho 20121231762160000. Natureza de Despesa 33904900.

FUNDAÇÃO INST. DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA

EXTRATO DE EMPENHO
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ITESP
CONTRATADA: CIA JANGURI E ENERGIA
CNPJ: 83.829.121/0001-69
OBJETO: Fomento de serviço de utilidade pública de energia elétrica para o escritório regional de laras.
Valor Total: R\$ 062,08 (oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos)
Classificação dos Recursos: UGE 130104 - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Programa de Trabalho 20060131744530000 Natureza de Despesa 33903979.

NOTA DE EMPENHO: 2023NE00022 e 2023NE00098
DATA DA ASSINATURA: 18/01/2023
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ITESP-PRC-2021/00594
CONTRATO ITESP n° 05/2023
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ITESP
CONTRATADA: BRASILEX COMPANHIA DE SEGUROS
CNPJ: 28.196.889/0001-43
Objeto: Contratação de serviços de seguro de vida em grupo
Valor total: R\$ 65.499,96 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Classificação dos recursos: Fonte: 150010001; Unidade Gestora: 171201; Gestão: 17047; Programa de Trabalho: 21121231749390000; PTRs: 174724; Natureza da Despesa: 339039.

Data de assinatura: 14/02/2023
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ITESP-PRC-2022/00629
CONTRATO ITESP n° 02/2023
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ITESP
CONTRATADA: M. F. GÁS E ÁGUA LTDA - ME.
CNPJ: 11.418.060/0001-45
Objeto: Fomento de curso (trezentos) galões de água mineral de 20 (vinte) litros.
Valor total: R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Vigência: 12 (doze) meses.
Classificação dos recursos: Fonte: 150010001; Unidade Gestora: 171201; Gestão: 17047; Programa de Trabalho: 21121231749390000; PTRs: 174724; Natureza da Despesa: 339039.

Data de assinatura: 15/02/2023
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - artigo 24, II, da Lei Federal 8.666/93
PROCESSO ITESP N° 2022/00800
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ITESP
CONTRATADA: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 62.577.929/0001-35
Objeto: Aquisição de certificado digital
Valor: O valor total é de R\$ 277,10 (duzentos e setenta e sete reais e dez centavos)
Classificação dos recursos: Fonte de Recursos: 150010001; Unidade Gestora: 171201; Gestão: 17047; Natureza da Despesa: 33904900; Programa de Trabalho: 21121231749390000; PTRs: 174724.

NOTA DE EMPENHO: 2023NE0141
DATA DA ASSINATURA: 09/02/2023
Despacho do Diretor Executivo de SPO102/2023
INTERESSADO - FUNDAÇÃO ITESP
ASSUNTO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA DE ARARAQUARA.
Trata o presente expediente da contratação de serviço de água e esgoto para o escritório regional de Araraquara.
Conforme manifestação de fls. 30/31 da Diretoria Adjunta de Administração e Finanças, unidade interna competente quanto a matéria, resta-se fundamentada a contratação por inexistência de licitação, considerando-se que a empresa DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ARARAQUARA (DAEE) fornece serviço de água e esgoto ao referido município.

Ademais, esta Diretoria Executiva RATIFICA a contratação por inexigibilidade de licitação da empresa DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ARARAQUARA (DAEE) (CNPJ: 44.228.770/0001-67), no valor total estimado de R\$ 2.288,88 (dois mil, duzentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos), no termo do caput do artigo 25 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores e artigo 26 da Lei Estadual n° 6.544/89.
EXTRATO DE EMPENHO
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ITESP
CONTRATADA: SAUVE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁS
CNPJ: 44.558.849/0001-50
OBJETO: Serviços de utilidade pública de água e esgoto para o escritório regional de Promissão.
Valor: R\$ 1.890,00 (mil, oitocentos e noventa reais)
Classificação dos recursos: Fonte de Recursos: 150010001; Unidade Gestora: 171201; Gestão: 17047; Programa de Trabalho: 23905011; Programa de Trabalho: 21121231749390000
NOTA DE EMPENHO: 2023NE0023 e 2023NE0097
DATA DA ASSINATURA: 18/01/2023
PREGÃO ELETRÔNICO ITESP Nº03/2023 - ABERTURA
Acha-se aberta na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", no Grupo de Licitação e Contratação da Diretoria Adjunta de Administração e Finanças, na Av. Brigadeiro Luís Antonio, n° 554 J/ andar, São Paulo/SP, as 01:29:29-23:29 23:29-23:26, o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023 - Oferta de Compras n° 171201170472023000008

- Processo ITESP-PRC-2022/0031, objetivando a Aquisição e instalação de câmara frigorífica, no assentamento Sumaré I, município de Sumaré/SP, com início de sessão pública de proleçamento do Pregão Eletrônico a ser realizada no endereço eletrônico www.bcc.gov.br ou www.bcc.fazenda.sp.gov.br, previsto para as 10:00 horas do dia 03 de MARÇO de 2023, sendo o dia 16 de fevereiro de 2023 a data do início do prazo para envio das propostas eletrônicas. As empresas interessadas em participar desta licitação poderão obter o edital na íntegra nos sites: www.e-negociospublicos.com.br, www.itesp.sp.gov.br, www.bcc.sp.gov.br ou www.bcc.fazenda.sp.gov.br.

EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Julgamento de Licitações - Classificação Técnica
TOMADA DE PREÇOS N° 46/00102/2102 - TIPO: TÉCNICA E PREÇO. Referente a Projeto Executivo de Acessibilidade na EE Prof. Sábulo de Barros Brotos - Guarulhos/SP. Após análise das propostas técnicas apresentadas e considerando-se a manifestação da Gerência de Desenvolvimento da Edificação - GDE, a Comissão Julgadora de Licitações decide ratificar a análise técnica, CLASSIFICANDO E CONSIDERANDO ACEITÁVEIS AS PROPOSTAS TÉCNICAS das empresas a seguir relacionadas com suas respectivas pontuações:
Diversa Arquitetura Ltda. - 8,50 pontos
Oktana Projetos e Geotecnologias Ltda. - 6,50 pontos
Fica aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir da data de publicação deste parecer no Diário Oficial do Estado. Não havendo recurso, fica desde já estabelecida a abertura do envelope 2 (Proposta Comercial) da empresa classificada, conforme edital, para o dia 02/03/2023, às 14:00 hs.
TOMADA DE PREÇOS N° 46/00104/2102 - TIPO: TÉCNICA E PREÇO. Referente a Projeto Executivo de Acessibilidade na EE Prof. Sábulo de Barros Brotos - Guarulhos/SP. Após análise das propostas técnicas apresentadas e considerando-se a manifestação da Gerência de Desenvolvimento da Edificação - GDE, a Comissão Julgadora de Licitações decide ratificar a análise técnica, CLASSIFICANDO E CONSIDERANDO ACEITÁVEIS AS PROPOSTAS TÉCNICAS das empresas a seguir relacionadas com suas respectivas pontuações:
Diversa Arquitetura Ltda. - 8,50 pontos
Oktana Projetos e Geotecnologias Ltda. - 6,50 pontos
Fica aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir da data de publicação deste parecer no Diário Oficial do Estado. Não havendo recurso, fica desde já estabelecida a abertura do envelope 2 (Proposta Comercial) da empresa classificada, conforme edital, para o dia 02/03/2023, às 14:00 hs.

TOMADA DE PREÇOS N° 46/00104/2102 - TIPO: TÉCNICA E PREÇO. Referente a Projeto Executivo de Acessibilidade na EE Prof. Sábulo de Barros Brotos - Guarulhos/SP. Após análise das propostas técnicas apresentadas e considerando-se a manifestação da Gerência de Desenvolvimento da Edificação - GDE, a Comissão Julgadora de Licitações decide ratificar a análise técnica, CLASSIFICANDO E CONSIDERANDO ACEITÁVEIS AS PROPOSTAS TÉCNICAS das empresas a seguir relacionadas com suas respectivas pontuações:
Diversa Arquitetura Ltda. - 8,50 pontos
Oktana Projetos e Geotecnologias Ltda. - 6,50 pontos
Fica aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir da data de publicação deste parecer no Diário Oficial do Estado. Não havendo recurso, fica desde já estabelecida a abertura do envelope 2 (Proposta Comercial) da empresa classificada, conforme edital, para o dia 02/03/2023, às 14:00 hs.

TOMADA DE PREÇOS N° 46/00104/2102 - TIPO: TÉCNICA E PREÇO. Referente a Projeto Executivo de Acessibilidade na EE Prof. Sábulo de Barros Brotos - Guarulhos/SP. Após análise das propostas técnicas apresentadas e considerando-se a manifestação da Gerência de Desenvolvimento da Edificação - GDE, a Comissão Julgadora de Licitações decide ratificar a análise técnica, CLASSIFICANDO E CONSIDERANDO ACEITÁVEIS AS PROPOSTAS TÉCNICAS das empresas a seguir relacionadas com suas respectivas pontuações:
Diversa Arquitetura Ltda. - 8,50 pontos
Oktana Projetos e Geotecnologias Ltda. - 6,50 pontos
Fica aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir da data de publicação deste parecer no Diário Oficial do Estado. Não havendo recurso, fica desde já estabelecida a abertura do envelope 2 (Proposta Comercial) da empresa classificada, conforme edital, para o dia 02/03/2023, às 14:00 hs.

fulcro no 6º do Art. 48 da Lei 8666/93 e subitem 8.3. do Edital, fica fixado o prazo para apresentação, por parte do licitante, de novo envelope contendo sua nova proposta técnica, escoimado da causa que ensejou sua desclassificação, para as 09:30 horas do dia 06/03/2023.
TOMADA DE PREÇOS N° 46/00134/2102 - TIPO: TÉCNICA E PREÇO. Referente a Projeto Executivo de Acessibilidade na EE Força Aérea Brasileira - São Paulo/SP. Após análise das propostas técnicas apresentadas e considerando-se a manifestação da Gerência de Desenvolvimento da Edificação - GDE, a Comissão Julgadora de Licitações decide ratificar a análise técnica, CLASSIFICANDO POR CONSIDERAR INACEITÁVEL, com base no subitem 8.2.8.7. do Edital (pontuação inferior a 5,00 (cinco) pontos), a proposta técnica da empresa a seguir indicada:
• • Rogério Faustino de Lacerda - 3,00 pontos
Fica aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir da data de publicação deste parecer no Diário Oficial do Estado. Não havendo recurso, fica desde já estabelecida a abertura do envelope 2 (Proposta Comercial) da empresa classificada, conforme edital, para o dia 02/03/2023, às 14:15 hs.

TOMADA DE PREÇOS N° 46/00063/22/02 - FDE - PRC-2022/00318 - TIPO: TÉCNICA E PREÇO. Referente a Projeto Executivo de Ampliação na EE Dr. Murinho Nobre - São Paulo/SP. Após análise das propostas técnicas apresentadas e considerando-se a manifestação da Gerência de Desenvolvimento da Edificação - GDE, a Comissão Julgadora de Licitações decide ratificar a análise técnica, CLASSIFICANDO E CONSIDERANDO ACEITÁVEL A PROPOSTA TÉCNICA da empresa a seguir relacionada com sua respectiva pontuação:
• • MKA Arquitetura e Planejamento Ltda. - 6,50 pontos
Fica aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir da data de publicação deste parecer no Diário Oficial do Estado. Não havendo recurso, fica desde já estabelecida a abertura do envelope 2 (Proposta Comercial) da empresa classificada, conforme edital, para o dia 02/03/2023, às 14:15 hs.

TOMADA DE PREÇOS N° 46/00081/22/02 - FDE - PRC-2022/00345 - TIPO: TÉCNICA E PREÇO. Referente a Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio na EE Sergio Estanislau de Faria Aparecida Machado Juliamelli - São Paulo/SP. Após análise da proposta comercial contida no envelope n° 02, a Comissão de Julgamento de Licitação decide CLASSIFICAR, com base no subitem 9.8 do Edital, a empresa:
• • Diversa Arquitetura Ltda. - R\$ 159.115,00 - 7,90 pontos
Fica aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir da data de publicação deste parecer no Diário Oficial do Estado. Não havendo recurso, fica desde já estabelecida a abertura do envelope 3 (Habilitação) da empresa classificada, conforme edital, para o dia 02/03/2023, às 14:30 hs.

Julgamento de Licitações - Classificação Comercial
TOMADA DE PREÇOS N° 46/00062/02/02 - TIPO: TÉCNICA E PREÇO. Referente a Projeto Executivo de Acessibilidade na EE Maria Aparecida Machado Juliamelli - São Paulo/SP. Após análise da proposta comercial contida no envelope n° 02, a Comissão de Julgamento de Licitação decide CLASSIFICAR, com base no subitem 9.8 do Edital, a empresa:
• • Diversa Arquitetura Ltda. - R\$ 159.115,00 - 7,90 pontos
Fica aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir da data de publicação deste parecer no Diário Oficial do Estado. Não havendo recurso, fica desde já estabelecida a abertura do envelope 3 (Habilitação) da empresa classificada, conforme edital, para o dia 01/03/2023, às 10:00 hs.

TOMADA DE PREÇOS N° 46/00097/21/02 - TIPO: TÉCNICA E PREÇO. Referente a Projeto Executivo de Acessibilidade na EE Prof. Juliana Terfizi Bindo - São Paulo/SP. Após análise da proposta comercial contida no envelope n° 02, a Comissão de Julgamento de Licitação decide CLASSIFICAR, com base no subitem 9.8 do Edital, a empresa:
• • Oktana Projetos e Geotecnologias Ltda - R\$ 99.219,46 - 7,25 pontos
Fica aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir da data de publicação deste parecer no Diário Oficial do Estado. Não havendo recurso, fica desde já estabelecida a abertura do envelope 3 (Habilitação) da empresa classificada, conforme edital, para o dia 01/03/2023, às 10:30 hs.

JURAMENTO DE LICITAÇÕES - HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 69/005392/2011 - FDE-PRC-2022/00870. Referente a Serviços Especializados de Engenharia nas EE Prof. Frederico de Barros Brotos - Guarulhos/SP e EE Leopoldino Mendes de Andrade - Matão/SP. Após análise da documentação apresentada, a Comissão Julgadora de Licitações decide:
• • HABILITAR a empresa IHTF Construtora Ltda. - com base na letra "b" do subitem 5.1.4. do Edital (a licitante não comprovou através dos atestados apresentados as quantidades exigidas dos serviços, execução de obra realizada e obtenção de AVCB).
HABILITAR a empresa Construtora Engenharia Comércio e Construções Ltda.
Ante o exposto e considerando o critério de julgamento estabelecido no Edital (Menor Preço), esta Comissão sugere a adjudicação do objeto da presente licitação a empresa habilitada com o menor preço, Construtora Engenharia Comércio e Construções Ltda., pelo valor correspondente a R\$ 4.654.170,47 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, cento e setenta reais e quarenta e sete centavos). Fica aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir da data de publicação deste parecer no Diário Oficial do Estado.

TOMADA DE PREÇOS N° 69/00576/22/02 - FDE - PRC-2022/00891. Referente a Serviços Especializados de Engenharia na EE Vila Lago - Tamandara/SP. Após análise da documentação apresentada, a Comissão Julgadora de Licitações decide HABILITAR as empresas: Arnel Construções Ltda e Atlântica Construções, Comércio e Serviços Eireli. Ante o exposto e considerando o critério de julgamento estabelecido no Edital (Menor Preço), esta Comissão sugere a adjudicação do objeto da presente licitação a empresa habilitada com o menor preço, Arnel Construções Ltda - EPP, pelo valor correspondente a R\$ 4.069.741,00 (quatro milhões, sessenta e nove mil, setecentos e quarenta e um reais e setenta centavos). Fica aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir da data de publicação deste parecer no Diário Oficial do Estado.

CONCORRÊNCIA Nº 70/004962/2011 - FDE-PRC-2022/00836. Referente a Serviços Especializados de Engenharia na EE Prof. Frederico de Barros Brotos - Guarulhos/SP. Após análise da documentação apresentada, a Comissão Julgadora de Licitações decide HABILITAR as empresas: Arnel Construções Ltda e Atlântica Construções, Comércio e Serviços Eireli. Ante o exposto e considerando o critério de julgamento estabelecido no Edital (Menor Preço), esta Comissão sugere a adjudicação do objeto da presente licitação a empresa habilitada com o menor preço, Arnel Construções Ltda - EPP, pelo valor correspondente a R\$ 4.069.741,00 (quatro milhões, sessenta e nove mil, setecentos e quarenta e um reais e setenta centavos). Fica aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir da data de publicação deste parecer no Diário Oficial do Estado.

RECISO
Em 14-02-2023, a empresa D.O.M CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - EPP apresentou, tempestivamente, Recurso Administrativo contra a sua inabilitação na Tomada de Preços n° 70/00497/22/02 - FDE-PRC-2022/00842.



Autenticado com senha por SARA SOARES COUTINHO - Analista de Gestão Organizacional R1 / GLC-DA - 16/02/2023 às 09:08:41.
Documento Nº: 65353000-7861 - consulta à autenticidade em https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=65353000-7861



ITESPCAP202301949A



Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Licitações e Contratos - DA

Despacho

Assunto: Enc. área demandante

Senhor Supervisor

Após publicação do extrato de empenho, encaminho os presentes autos, com sugestão de remessa à área demandante.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Sara Soares Coutinho
Analista de Gestão Organizacional R1
Grupo de Licitações e Contratos - DA





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Licitações e Contratos - DA

Despacho

Interessado: GRUPO DE APOIO À GESTÃO DE CONVENIOS, CONTRATOS E CONGÊNERES

Assunto: Acompanhamento

A/C Luiz;

Após publicação do extrato de empenho, encaminho os autos para acompanhamento;

At.te;

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023.

Reginaldo Roque
Técnico em Gestão Organizacional R1
Grupo de Licitações e Contratos - DA



Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Apoio à Gestão de Convênios, Contratos e Congêneres - DA

Despacho

Interessado: GT DE CONTABILIDADE

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS

Ao GT de Contabilidade,

Encaminhamos os presentes autos a Vossas Senhorias, atendendo à solicitação do Sr. Gerente Financeiro, através de e-mail de 28/03/2023, referente à Reforma Administrativa.

São Paulo, 31 de março de 2023.

Luiz Carlos Cavalcante
Técnico em Gestão Organizacional R4
Grupo de Apoio à Gestão de Convênios, Contratos e Congêneres - DA





Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2023NE00384

UG	171201 - FUND.INST.TERRAS E.S.P.JOSE GOMES DA SILVA
Gestão	17047
Data de Emissão	13/04/2023

CNPJ/CPF/UG	53859112-0001/69 - COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA		
Credor	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA		
Endereço	RUA VIGATO, 1620 - JOAO ALDO NASSIF		
Cidade	JAGUARIUNA	UF	SP
		CEP	13820-000

Origem Material	*****
------------------------	-------

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI
400093	17047	21122173149390000	150010001	33905011	171201	004.006.0727

No Processo	20230045341	Acordo	
Tipo de Empenho		Ref Dispensa	UTILIDADE PUBLICA
Licitação	09 - INDEPEND. LICIT.	Modalidade	3 - ESTIMATIVO
Empenho Orig.	2023NE00022	Nº Contrato	
		Nº OC	

Valor do Empenho R\$	811,66 (OITOCENTOS E ONZE REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS)
-----------------------------	--

Cronograma	
Mês	Valor
04	235,74
05	71,99
06	71,99
07	71,99
08	71,99
09	71,99
10	71,99
11	71,99
12	71,99

Item: 001	Unidade de Medida UTIL	Quantidade 0000	Preço Unitário 0,00	Preço Total 811,66
Descrição: CANCELAMENTO DE 2023NE00023 PARA TRANSFERENCIA DEUG				





Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	811,66
Local de Entrega	FUNDAÇÃO ITESP - IARAS
Data de Entrega	18/01/2023

GUILHERME PIAI SILVA FILIZZOLA

401005308/93

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	3431817890 ISRAEL MIGUEL DA SILVA - 171201
--------------------------	--





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Contabilidade - DA

Despacho

Interessado: GRUPO DE CONTABILIDADE

Assunto: Reforma Administrativa

Sra. Gerente Administrativa

Tendo em vista o Decreto nº 67.435, de 1º de janeiro de 2023 ; o Decreto nº 67.477, de 10 de fevereiro de 2023, e Portaria SO, de 13-02-2023 que trata da Reforma Administrativa encaminho o expediente que já teve seus saldos orçamentários anulados para que seja possível o refazimento dos referidos saldos na nova Unidade Orçamentária / Unidade Gestora Executora. A saber: 13041 / 131101 respectivamente.

Encaminho para vossa análise para garantir conformidade do expediente frente às eventuais necessidades de aditamento / apostilamento ou outro direcionamento que se fizer obrigatório.

Cordialmente,

São Paulo, 26 de abril de 2023.

Israel Miguel da Silva
Analista de Gestão Organizacional II C
Grupo de Contabilidade - DA

Thiago Grecco Hoffmann
Gerente
Gerencia Financeira e Orçamentaria - DA

Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Diretoria Executiva

Apostila

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02

Face o Decreto nº 67.345, de 1º de janeiro de 2023; o Decreto nº 67.477, de 10 de fevereiro de 2023, e Portaria SO-04 de 13/02/2023 da Secretaria do Orçamento, que dispõe sobre a alteração na classificação institucional da Secretaria da Secretaria de Agricultura e Abastecimento nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado, no artigo 1º que aponta essa classificação:

“Artigo 1º - A classificação institucional da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, passa a vigorar com a seguinte codificação:

13000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

13001 130010 SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

13041 131101 FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA” – ITESP

131101 Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP

Autorizo a aplicação deste apostilamento em todos os processos em curso nesta Fundação Itesp;

Modificação:

Unidade Orçamentária 171201 “para” 131101 e “de” Unidade Gestora Executora 17047 “para” 13041 , com efeitos a partir de 03/04/2023.

São Paulo, 02 de maio de 2023.

Classif. documental	003.03.01.008
---------------------	---------------



Assinado com senha por REGINALDO ROQUE - 02/05/2023 às 10:26:30 e GUILHERME PIAI SILVA FILIZZOLA - 02/05/2023 às 10:44:32.
Documento Nº: 71907280-2925 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=71907280-2925>



ITESPINF202300003A

SIGA



ITESPCAP202305552A

SIGA

Autenticado com senha por SIMONE APARECIDA PEDRO RABELO - Gerente / GA-DA - 08/05/2023 às 14:38:11.
Documento Nº: 72525013-832 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=72525013-832>



Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Diretoria Executiva

Guilherme Piai
Diretor Executivo
Diretoria Executiva

Reginaldo Roque
Técnico em Gestão Organizacional R1
Grupo de Licitações e Contratos - DA



Assinado com senha por REGINALDO ROQUE - 02/05/2023 às 10:26:30 e GUILHERME PIAI SILVA FILIZZOLA - 02/05/2023 às 10:44:32.
Documento Nº: 71907280-2925 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=71907280-2925>



ITESPINF202300003A



ITESPAP202305552A



Autenticado com senha por SIMONE APARECIDA PEDRO RABELO - Gerente / GA-DA - 08/05/2023 às 14:38:11.
Documento Nº: 72525013-832 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=72525013-832>

Centro Regional de Administração de Guarulhos

CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GUARULHOS, PROCESSO: SFP-PRC-2023/08477. EXTRATO DE CONTRATO - Convite Eletrônico BEC nº 20015900012023000001.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE ESCRITÓRIO, LIMP. PEZA, HIGIENE E DESCARTÁVEIS - CANETA, CORRETIVO, ENVI- LOPE PLASTICO, FITA ADESAVA, PASTA EM L. PENCIL ATOMICO; CREPE, GARRAFA TÉRMICA, COPO AGUA 200ML; ESPONJA; DETERGENTE; PAPEL HIGIÊNICO; SABONETE.

CONTRATO: TMO PAPER SUPPLIMENTOS PARA ESCRI- TORIO LTDA. CNPJ: 47.853.338/0001-02. Nota de empenho: 2023NE00074 de 26/04/2023 no valor de R\$ 393,60, natureza da despesa 33903014, prazo de vigência - 10 dias a partir da emissão da nota de empenho.

CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GUARULHOS, PROCESSO: SFP-PRC-2023/08477. EXTRATO DE CONTRATO - Convite Eletrônico BEC nº 20015900012023000001.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE ESCRITÓRIO, LIMP. PEZA, HIGIENE E DESCARTÁVEIS - CANETA, CORRETIVO, ENVI- LOPE PLASTICO, FITA ADESAVA, PASTA EM L. PENCIL ATOMICO; CREPE, GARRAFA TÉRMICA, COPO AGUA 200ML; ESPONJA; DETERGENTE; PAPEL HIGIÊNICO; SABONETE.

CONTRATO: DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LUX LTDA. CNPJ: 44.259.090/0001-05. Nota de empenho: 2023NE00076 de 26/04/2023 no valor de R\$ 9,40, natureza da despesa 33903014, prazo de vigência - 10 dias a partir da emissão da nota de empenho.

CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GUARULHOS, PROCESSO: SFP-PRC-2023/08477. EXTRATO DE CONTRATO - Convite Eletrônico BEC nº 20015900012023000001.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE ESCRITÓRIO, LIMP. PEZA, HIGIENE E DESCARTÁVEIS - CANETA, CORRETIVO, ENVI- LOPE PLASTICO, FITA ADESAVA, PASTA EM L. PENCIL ATOMICO; CREPE, GARRAFA TÉRMICA, COPO AGUA 200ML; ESPONJA; DETERGENTE; PAPEL HIGIÊNICO; SABONETE.

CONTRATO: SARMIL EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA - ME. CNPJ: 30.379.727/0001-92. Nota de empenho: 2023NE00077 de 26/04/2023 no valor de R\$ 425,80, natureza da despesa 33903013, prazo de vigência - 10 dias a partir da emissão da nota de empenho.

CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GUARULHOS, PROCESSO: SFP-PRC-2023/08477. EXTRATO DE CONTRATO - Convite Eletrônico BEC nº 20015900012023000001.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE ESCRITÓRIO, LIMP. PEZA, HIGIENE E DESCARTÁVEIS - CANETA, CORRETIVO, ENVI- LOPE PLASTICO, FITA ADESAVA, PASTA EM L. PENCIL ATOMICO; CREPE, GARRAFA TÉRMICA, COPO AGUA 200ML; ESPONJA; DETERGENTE; PAPEL HIGIÊNICO; SABONETE.

CONTRATO: LICITA DISTRIB. DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS LTDA EPP. CNPJ: 28.533.518/0001-05. Nota de empenho: 2023NE00078 de 26/04/2023 no valor de R\$ 3.405,00, natureza da despesa 33903015, prazo de vigência - 10 dias a partir da emissão da nota de empenho.

CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GUARULHOS, PROCESSO: SFP-PRC-2023/08477. EXTRATO DE CONTRATO - Convite Eletrônico BEC nº 20015900012023000001.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE ESCRITÓRIO, LIMP. PEZA, HIGIENE E DESCARTÁVEIS - CANETA, CORRETIVO, ENVI- LOPE PLASTICO, FITA ADESAVA, PASTA EM L. PENCIL ATOMICO; CREPE, GARRAFA TÉRMICA, COPO AGUA 200ML; ESPONJA; DETERGENTE; PAPEL HIGIÊNICO; SABONETE.

CONTRATO: S.M.M. EMERGENCIAS MEDICAS BREIL CNPJ: 28.439.173/0001-20. Nota de empenho: 2023NE00074 de 26/04/2023 no valor de R\$ 210,36, natureza da despesa 33903015, prazo de vigência - 10 dias a partir da emissão da nota de empenho.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS

Despacho do Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro Data: 28/05/2023. Nos termos do inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, e no uso das atribuições legais que foram delegadas, considerando o Parecer ASJUR nº 023/2023, de 26/04/2023, declaro a INEXIGIBILIDADE a licitação para a contratação da empresa "FOLHA DA MANHÃ", inscrita no CNPJ nº 60.579.703/0001-48, para renovação das assinaturas do jornal FOLHA DE SÃO PAULO por um período de 12 (doze) meses, a partir de, AUTOMATO a despesa no valor total de R\$ 1.778,90 (um mil setecentos e setenta e oito reais e noventa centavos).

Despacho do Diretor Executivo Data: 28/05/2023. RATERIO os atos praticados pela Diretoria Adjunta Administrativa e Financeira em SEADE-DES-2023/00701-A, com vistas à INEXIGIBILIDADE da licitação para contratação da empresa, "FOLHA DA MANHÃ", inscrita no CNPJ nº 60.579.703/0001-48, para renovação das assinaturas DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, por um período de 12 (doze) meses, no valor de R\$ 1.778,90 (um mil setecentos e setenta e oito reais e noventa centavos).

CONSIDERANDO a decisão da soberana Comissão de Julgamento, cujas conclusões foram apreciadas e confirmadas pela Assessoria Jurídica, notadamente em face das reiteradas decisões internas das comissões de licitação no mesmo sentido da situação aqui tratada, nos termos da competência estabelecida pelo § 4º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, CONHEÇO o seu recurso interposto pelo LICITANTE CDN Comunicação Corporativa Ltda., em razão de ter atendido os pressupostos de admissibi- lidade para, quanto ao mérito, NEGAR seu provimento, mantendo integralmente a decisão de habilitação proferida pelo mesmo Comissão.

PROCESSO: SEADE-PRC-2022/00031 CONCORRÊNCIA Nº: 019/2022. INTERESSADO: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - FSEAD. ASSUNTO: Licitação para contratação de serviços de Asses- soria Jurídica. Despacho de Homologação e Adjuvação. Não exerceu das minbas atribuições legais e inerentes, homologo as decisões alcançadas no processo da licitação em

epígrafe e Adjução à empresa TREAD MARKETING LTDA o obje- to do respectivo certame. São Paulo, 02 de Maio de 2023, Bruno Caetano Raimundo Diretor Executivo

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

CENTRO DE APOIO À GESTÃO DE CONTRATOS EXTRATO DE TERMO ADITIVO Processo SAA-PRC-2021/11395, Contrato Nº 18/2021, Segundo Termo Aditivo, Parecer Jurídico Resolucao PGE nº 23, de 12/11/2021, Contratante: Secretaria de Agricultura e Abasteci- mento, Contratada: LIMA BARCELAT LTDA - ME - CNPJ/ME nº 27.862,14/00001-25, Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual para a prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SAA, mediante a disponibilização de postos de motoristas e manobristas, Prazo Contratual: 15 (quinze) meses, Vigência: 19/04/2023 à 18/07/2024, Data de Assinatura: 14/04/2023, Valor Total: O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R\$ 12.528.278,50 (um milhão e oitocentos e trinta e oito mil e novecentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) para o período de 15 (quinze) meses, calculado com base mensal de R\$ 12.528,64 (cento e vinte e dois mil e quinhentos e noventa e oito reais e sessenta e quatro centavos), sendo o valor de R\$ 10.293,828,58 (um milhão e vinte e nove mil e oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos) para o presente exerce- to; R\$ 805,151,02 (oitocentos e nove mil e cento e oitenta e um reais e dois centavos) para o exercício de 2024, onerando o orçamento do UGE 130102 - Coordenadoria de Administração, Programa de Trabalho 20.122,1317.6216.0000, Natureza da Despesa 33903999.

CENTRO DE APOIO À GESTÃO DE CONTRATOS EXTRATO DE TERMO ADITIVO Processo SAA nº 15/104/2018, Contrato DSMN nº 003/2019, Quarto Termo Aditivo de prorrogação de prazos, Parecer Jurídico CUSA nº 05/2023, Assinatura: 10/01/2023, Contratante: SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI Sementes e Mudas, inscrita no CNPJ: 46.384.400/0016-25, locali- zada a Avenida Brasil, nº 2340, Bairro Jardim Chapadão, CEP: 13004-178 - Campinas/SP, Contratada: RRS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 24.915.838/0001-73, com sede na Aven- da Costa Alves, 523, Metrópole - Draena/SP, Objeto: Serviço de Campo e Trabalhos Rurais, Prazo: 15 (quinze) meses, Vigência do Contrato: 12/03/2023 à 11/08/2024.

CENTRO DE APOIO À GESTÃO DE CONTRATOS EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO Processo SAA nº 0781/2022, Contrato IAS nº 10/2022, Segundo Termo Aditivo, Parecer Jurídico CUSA nº 7/2023, Assinatura Parecer 11/04/2023, Contratante: SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, ATRAVÉS DO INSTITUTO AGRONÔMICO - IAC, DO AGENCIA PAULETTA DE TECNOLOGIA- DOS AGRONÔMOS - APA inserita no CNPJ: 46.384.400/0001-25, localizada na Avenida Brasil, nº 2340, Bairro: Jardim IMC Campinas - SP, Cep: 13070-178, contratada: CVR BIONDO COMPANHIA E MANUTENÇÃO ELETRICA, HBRVALLE E CIA. LTDA, CNPJ: 12.358.872/0001-50, com sede na Rua Almirante Tamandaré, nº 663 - João Paulo II, Sumaré/SP, Objeto: Serviços de engenharia para reparos e adequação da Biófitaria do Centro de Aproveitamento de Água em Ribeirão Preto/SP, Prazo de execução: 60 (sessenta) dias, Vigência: 11/03/2023 à 10/05/2023.

CHEFIA DE GABINETE Coordenadoria de Administração Departamento de Suprimentos e Gestão de Contratos Centro de Licitações e Compras Centro de Apoio à Gestão de Contratos APTA REGIÃO Sul. Extrato de Nota de Empenho Processo: 04144/2023, Oferta de Compra: 130041000012023000016, Assunto: Aquisição de Perfis, Licitação: Pregão Eletrônico n.º, FED 12/2023, UGE: 130041, Nota de Empenho n.º 2023NE00073, Valor Total: R\$ 12.574,34, Classificação Econômica: 33903090, Programa de Trabalho: 20573131748740000, Data de Emissão: 02/05/2023, Extrato de Nota de Empenho Processo: 04144/2023, Oferta de Compra: 130041000012023000016, Assunto: Aquisição de Cantoneiros, Licitação: Pregão Eletrônico n.º, FED 12/2023, UGE: 130041, Nota de Empenho n.º 2023NE00075, Valor Total: R\$ 2.100,00 (Dois Mil e Cem Reais), Contrante: Apta Regional, Contratada: TELAFER COMERCIO DE TELAS E FERRAGENS, CNPJ: 34.498.414/0001-06, Classificação Econômica: 33903090, Programa de Trabalho: 20573131748740000, Data de Emissão: 02/05/2023, Extrato de Nota de Empenho Processo: 04144/2023, Oferta de Compra: 130041000012023000016, Assunto: Aquisição de Corrente de Elb, Licitação: Pregão Eletrônico n.º, FED 12/2023, UGE: 130041, Nota de Empenho n.º 2023NE00072, Valor Total: R\$ 2.272,00 (Dois Mil e Setecentos e Trinta e Dois Reais), Contratante: Apta Regional, Contratada: BKPAR COMERCIO DE PARAFUSOS, FERRAMENTAS E MATERIAS ELÉTRICAS LTDA, CNPJ: 07.646.527/0001-12, Classificação Econômica: 33903090, Programa de Trabalho: 20573131748740000, Data de Emissão: 02/05/2023, Extrato de Nota de Empenho Processo: 04144/2023, Oferta de Compra: 130041000012023000016, Assunto: Aquisição de Eletrodo de Solda, Licitação: Pregão Eletrônico n.º, FED 12/2023, UGE: 130041, Nota de Empenho n.º 2023NE00074, Valor Total: R\$ 643,40 (Seiscentos e Quarenta e Três Reais e Quarenta Centavos), Contratante: Apta Regional, Contratada: BOPRO SOLAÇÃO E ACESSÓRIOS INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ: 14.724.961/0001-53, Classificação Econômica: 33903090, Programa de Trabalho: 20573131748740000, Data de Emissão: 02/05/2023, RESULTADO DA LICITAÇÃO Processo SAA-PRC-2023/04632, Objeto: Aquisição de Equipamentos e Acessórios Fotográ- ficos, Pregão Eletrônico CD nº 008/2023

Oferta de compra nº 13012600012023000001 PIS 130117 - Natureza de Despesa 449052. Posterior à análise das propostas, etapas de lances, habilitação e não havendo interposição de recursos, o pregoeiro, Senhor HENRIQUE ROGO RODRIGUES LEAL, adjudico e propo- a homologação a autoridade competente.

Tenho em vista os elementos de instrução dos autos e após a sessão pública lavrada em 02/05/2023, no uso da compe-

tência prevista no artigo 3º do Decreto Estadual nº 47.297/02, e fundamento no inciso VII do artigo 3º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como a Resolução SAA - 50 de 20/09/2007, a autoridade competente, Senhor LUIS FERNANDO BIANCO, HOMOLOGA o lte 1, objeto do presente certame, em favor da empresa BFO DIRECT COMERCIAL LTDA, de CNPJ sob nº 12.959.463/0001-64, no valor total de R\$ 51.000,00.

Em atendimento ao estabelecido nos termos do Decreto Estadual nº 61.476, de 03/09/2015, com redação que lhe foi conferida pelo Decreto Estadual nº 61.897, de 31/03/2016, Processo SAA nº 2023/05371 Centro de Licitações e Compras APTA REGIONAL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO Diante dos elementos de instrução dos autos, HOMOLOGO o presente certame, nos termos do Decreto 47.297/2002, artigo 3º, § único, inciso VIII e a adjudicação proferida por Michel Cristiano Guerrero, nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto 47.297/2002, referente ao Pregão Eletrônico n.º, FED 09/2023, encerrado nos autos do Processo de nº 4.028/2023, que tem como objetivo a aquisição de Óleo Diesel, em favor da seguinte empresa: ITEM 01: BRABUENSE REVENDEDORA RETALHEIRA LTDA - CNPJ: 00.566.250/0001-50, no valor total de R\$ 543.000,00 (Cinquenta Mil e Quinhentos Reais).

CENTRO DE LICITAÇÕES E COMPRAS EXTRATO DE LICITAÇÃO/NOTA DE EMPENHO Processo SAA nº 2023/05371 Fundamento Legal: Dispensa de Licitação - art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93, alterado pela Alínea "a" do inciso II do art. 1º, do Decreto nº 5.412/2018 - Objeto: Contratação de serviços gráficos para produção e impressão de Buretos destinados ao evento "Agricultor 2023", que ocorrerá na data de 01 de 05 de maio - Contratante: Secretaria de Agricultura e Abastecimento - CNPJ nº 46.384.400/0018-97 - Contratada: UIA GRAFICA - COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EPP - CNPJ nº 25.508.540/0001-08 - Nota de Empenho nº 2023NE0132 - Data de Emissão: 28/04/2023 - Valor Total: R\$ 8.000,00 - Classificação dos Recursos: UGE 130102 - Coordenadoria de Administração, Programa de Trabalho 2012131762160000 Natureza de Despesa 33903983.

CENTRO DE LICITAÇÕES E COMPRAS REPUBLICAÇÃO DE EDITAL SEM DEVOLUÇÃO DE PRAZO INSTITUTO DE ZOOTECIA Processo SAA nº 2023/00591 Pregão Eletrônico nº: 02/2023 Oferta de Compra nº: 130036000012023000003

Processo SAA-PRC-2023/04632 Objeto: Aquisição de Material de Consumo (Café Tradicio- nal, Torrado e Molido), Modalidade: Convite Eletrônico BEC/SP Edital de Convite: 130032000012023000004

Contratado: J.I Industria e Comércio de Cafés Ltda. CNPJ: 02.372.371/0001-03 Contratante: SAA - CATI Sementes e Mudas CNPJ: 46.384.400/0016-25 Nota de Empenho: 2023NE00075

Valor: R\$ 2.750,00 Prazo de Entrega: 15 (quinze) dias UGE: 130032 Programa de Trabalho: 20608131744350000 PISRES: 130175 Fonte de Recursos: 175930203 Classificação Econômica: 33903010

FUNDAÇÃO INST. DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA

Despacho do Sr. Diretor Executivo de 02/05/2023 TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02 Face o Decreto nº 67.345, de 1º de janeiro de 2023; o Decreto nº 67.477, de 10 de fevereiro de 2023, e Portaria S094 de 13/02/2023 da Secretaria do Orçamento que dispõe sobre a alteração na classificação institucional da Secretaria da Secretaria de Agricultura e Abastecimento nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado, no artigo 1º que dispõe sobre a alteração na classificação institucional da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, passa a vigorar com a seguinte codificação: 13001 SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO 13001 130101 FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTAO DE SÃO PAULO "JOSE GOMES DA SILVA" - IESP

131101 Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - IESP Autorizo a aplicação deste apostilamento em todos os processos em curso nesta Fundação IESP. Modificação: Unidade Orçamentária 171201 "para" 131101 e "de" Unidade Gestora Executora 17047 "para" 13041, com efeitos a partir de 03/04/2023.

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

Retificação da Publicação SEDUC-PRC-2022/71125 Trata-se de licitação na modalidade Pregão Eletrônico para aquisição de gêneros alimentícios para atendimento das escolas estaduais. Onde se lê: Descrição 1 Biscoito saído com cracker integral em embalagem individual Empresa Vencedora LINDRES DBT80 BUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS BREIL - EPP - CNPJ: 02.034.947/0001-62 Valor Unitário 18,20 - Oferta de Compra: 08035800012023000007

Descrição 7 Farinha de Trigo Tipo 1 Empresa Vencedora DRIVEEP 1 IMPORTADORA EXPORTA-DORA LTDA - CNPJ: 28.399.024/0001-84 Valor Unitário R\$ 5,30 - Oferta de Compra: 08035800012023000007

Leilão: Descrição 1 Biscoito saído com cracker integral em embalagem individual Empresa Vencedora HOME BRAND INDUS- TRIA DE ALIMENTOS BREIL - Tel.: (16) 3633-6911, (16) 3633-4520 - EE ORNIVINDA GUARAPES COFFIN, RUA RIO DE JANEIRO, 760 - CEP: 14375-000 - VILA CARBONE - ITAPUETAMA/SP - Tel.: (16) 3952-5400, (16) 3952-1356, E-PROF BASILIO RODRIGUES DA SILVA, 5,30 - Oferta de Compra: 08035800012023000007

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO FDE AVILA-ABERTURA DE LICITAÇÃO - OBRAS A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FDE comunica às empresas interessadas que achas aberta licitação para execução de Obras:

TOMADA DE PREÇOS Nº: 69.00114/23/02 - FDE-PRC-2023/00762 - OBJETO: Serviços Especializados de Engenharia - PREDOI(S) LOCALIZAÇÃO(OES): EE Prof Wilson Camargo - Av. Friburgo C/03m, 3424 - Pra das Nações - Americana, em SP - ABERTURA DA LICITAÇÃO (DI e HOR): 22/05/2023, às 09:30 h.

TOMADA DE PREÇOS Nº: 69.00519/22/02 - FDE-PRC-2023/0086 - OBJETO: Serviços Especializados de Engenharia - Reforma Geral - PREDOI(S) LOCALIZAÇÃO(OES): EE EMEF Profª Paulina de Moraes, Rua Miguel Almeida Garcia, que tem como objetivo a aquisição de Óleo Diesel, em favor da seguinte empresa: ITEM 01: BRABUENSE REVENDEDORA RETALHEIRA LTDA - CNPJ: 00.566.250/0001-50, no valor total de R\$ 543.000,00 (Cinquenta Mil e Quinhentos Reais).

TOMADA DE PREÇOS Nº: 69.00519/22/02 - FDE-PRC-2023/0086 - OBJETO: Serviços Especializados de Engenharia - Reforma Geral - PREDOI(S) LOCALIZAÇÃO(OES): EE EMEF Ricardo Campolim de Almeida Neto/Silvino de Lima, Rua Nelson Antunes Cordeiro, S/N - Raposa em SP - ABERTURA DA LICITAÇÃO (DI e HOR): 22/05/2023, às 10:30 h.

TOMADA DE PREÇOS Nº: 69.00649/22/02 - FDE-PRC-2023/0098 - OBJETO: Serviços Especializados de Engenharia - Reforma Parcial de Muro de Divisa, Drenagem e Manjio de Área - PREDOI(S) LOCALIZAÇÃO(OES): EE Francisco Cristiano Rua Dr. José Silva da Cunha, s/n - Vl. Bela Vista - Itapetininga, em SP - ABERTURA DA LICITAÇÃO (DI e HOR): 22/05/2023, às 11:00 h.

TOMADA DE PREÇOS Nº: 69.00123/23/02 - FDE-PRC-2023/0030 - OBJETO: Serviços Especializados de Engenharia - Acessibilidade (Const./Adeq/Re) - PREDOI(S) LOCALIZAÇÃO(OES): EE Prigides Duarte Feres - Rua HAVIO Queiroz/Mudas, 280 - Bairro - Jardim São - ABERTURA DA LICITAÇÃO (DI e HOR): 22/05/2023, às 14:00 h.

TOMADA DE PREÇOS Nº: 70.00181/23/02 - FDE-PRC-2023/0028 - OBJETO: Serviços Especializados de Engenharia - Acessibilidade (Const./Adeq/Re) - PREDOI(S) LOCALIZAÇÃO(OES): EE Prof. Dr. José Carlos de Almeida Dacoz, S. Jardim São José - Atuar Airim, em SP - ABERTURA DA LICITAÇÃO (DI e HOR): 05/06/2023, às 09:30 h.

DDI(OES) poderão(s) ser otidos(s) gratuitamente nos e-mails: supriments@educacao.sp.gov.br e www.imprensaoficial.com.br e www.fde.sp.gov.br. (As) planilha(s) Quantitativa(s) de Serviços e Preços deverão ser depositadas em formato BDN (arquivo de retorno de RET) gerado(s) OBRIGATORIAMENTE através do link DIGITALGR, o qual deverá ser inserido individualmente por pessoa jurídica (CNPJ), para serem inseridas em CD-ROM - PARCÍPTIVO DIGITAL GRP/5003 PLANILHA QUANTITATIVA - versão JANEIRO / 2021 (http://www.fde.sp.gov.br/Pages/PLD/PesquisasLicitacoes.aspx?codigoMenu=28) (MANUAL DE INSTALAÇÃO) em: http://fde.sp.gov.br/portal/Arquivos/Douccitacoes/Manual do Sistema de Digitalização de Propostas e Res- ponsa para o site(DDI) através do endereço eletrônico www.fde.sp.gov.br - Licitações.

(As) planilha(s) Quantitativa(s) de Serviços e Preços deverão(s) serem(s) adquiridos(s) através do endereço eletrônico www.fde.sp.gov.br - Licitações. Os invólucros contendo as PROPOSTAS COMERCIAIS e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO juntamente com a Declaração de Não Atendimento aos Requisitos de Habilitação, Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e Declaração de enquadramento como cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, deverão ser entregues devidamente acompanhados da Comprovação da condição de ME/EPP/COOPERATIVA, conforme o caso, no ato de abertura da sessão, na Sala de Licitações no 1º Andar - Gerência de Licitação e Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, no Av. São Luis, 99 - São Paulo - SP.

Esta Licitação será processada em conformidade com a LEI FEDERAL, nº 8.666/1993, pela Lei Estadual nº 6.544/1989, com as alterações da Lei Estadual nº 18.321/2008, pelo Decreto Estadual nº 56.565/2010, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, alterada pelo Lei Complementar nº 147 de 07/08/2013, e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie e com o disposto no TERMO DE REFERÊNCIA - TR, parte integrante do edital. A opção da Administração por licitar de acordo com a Lei Federal nº 8.666/1993 e as normas complementares no parágrafo anterior observo a disposto no artigo 191 combinado com o inciso II do artigo 153 da Lei Federal nº 14.131/2021.

ROBERTO POMPEU GOUVEIA Tomada de Licitações Julgamento de Licitações - Classificação Comercial TOMADA DE PREÇOS Nº 69/000942/3/02 - FDE-PRC-2023/00192, referente a Serviços Especializados de Engenharia nas EDREER CEI - Juazeiro Marcolino/Juazeiro - Rede do Sabão - Escola Azeite - UGE Juazeiro/SP - EE Irmã do Soces Lima - Juazeiro-SP. Verificado se as propostas e as planilhas foram formuladas em conformidade com as exigências do Edital, esta Comissão de Julgamento decide: DESCARIFICAR, com base no subitem 7.3.1 do Edital, a empresa Polo 17 Engenharia e Locação Ltda - Deixou de atender os subitem 4.1.1, 4.1.3, 4.1.4 e 4.1.5 do Edital (deixou de apresentar a Proposta de preço, conforme o modo do Anexo III.3, Cronograma Físico-Financeiro, conforme o modo do Anexo III.3, Demonstrativo da composição dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), conforme Anexo III.4 e Demonstrativo dos Encargos Sociais, conforme o modo do Anexo III.5).

CLASSIFICAR, no ordem crescente de suas cotações, as empresas: 1º - Ires Engenharia e Arquitetura Eireli - ME - R\$ 600.585,42 2º - WBE Projetos e Construção Eireli - ME - R\$ 693.331,30 3º - Capcon Engenharia Ltda - R\$ 722.095,34 4º - Cipes Construtora Eireli - EPP - R\$ 744.441,20

Rica sobre prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir da data de publicação deste parecer no Diário Oficial do Estado, Não havendo recurso, fica desde já estabelecida a abertura do envelope 2 (Habilitação) das 2 (duas) primeiras empresas classificadas, conforme edital, para o dia 15/05/2023, às 09:30 h.

Extratos de Contratos Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PROJETO EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO INCENDIO nos seguintes prazos de rede estadual de ensino EE PROF GERALDO TORRANO, RUA URUGUAI, 800 - CEP: 14240-200 - COARÉ TERESA SANDRILHILITACANI - CAURU-SP - Tel.: (16) 3162-3661-6425, 3667-6063 - EE DR EDUARDO CAIAPO, RUA GAL CAMARÁ, 157 - CEP: 14055-800 - IPIRANGA - IPIRANGA-PRÉTO-SP - Tel.: (16) 3633-6911, (16) 3633-4520 - EE ORNIVINDA GUARAPES COFFIN, RUA RIO DE JANEIRO, 760 - CEP: 14375-000 - VILA CARBONE - ITAPUETAMA/SP - Tel.: (16) 3952-5400, (16) 3952-1356, E-PROF BASILIO RODRIGUES DA SILVA, RUA LUIZ MOURA, 110 - CEP: 14180-000 - CONJ JOSE





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Gerencia Administrativa - DA

Despacho

Interessado: FUNDAÇÃO ITESP

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA
ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS-encaminha

Número de referência: ITESP-PRC-2022/00660

À Gerência Financeira e Orçamentária

Acostado aos autos o Apostilamento quanto à Reforma Administrativa da Unidade Orçamentária da Fundação ITESP (Secretaria da Justiça para Secretaria da Agricultura e Abastecimento), tendo em vista o Decreto nº 67.345 de 1º de janeiro de 2023 o Decreto nº 67.477, de 10 de fevereiro de 2023 e Portaria SO, de 13-02-2023 e Parecer A.C.J nº 096/2023, encaminhe-se para providências.

Atenciosamente

São Paulo, 08 de maio de 2023.

Simone Aparecida Pedro Rabelo
Gerente
Gerencia Administrativa - DA



Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Orçamento e Custos - DA

Ficha de integração SIAFEM

Unidade Gestora: 131101 - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva - ITESP

Gestão: 13041

Código Único: 2023062717-7

Objeto do processo: UTILIDADE PUBLICA - IARAS

Tipo de licitação: 9 - INDEPEND LICITACAO

ID:

Ata de Registro de Preço: () Sim (X) Não

Convênio: () Sim (X) Não

Finalidade do Processo: UTILIDADE PUBLICA - ARARAS (ITESP-PRC-2022/00660)

São Paulo, 22 de maio de 2023.

Aelio Douglas Lima
Técnico em Gestão Organizacional R1
Grupo de Orçamento e Custos - DA



Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2023NE00061

UG	131101 - FUND.INST.TERRAS "JOSE GOMES DA SILVA" ITESP
Gestão	13041
Data de Emissão	22/05/2023

CNPJ/CPF/UG	53859112-0001/69 - COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA		
Credor	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA		
Endereço	RUA VIGATO, 1620 - JOAO ALDO NASSIF		
Cidade	JAGUARIUNA	UF	SP
		CEP	13820-000

Origem Material	*****
------------------------	-------

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI
400091	13041	21122173149390000	150010001	33905011	131101	004.006.0727

No Processo	20230627177	Acordo	
Tipo de Empenho		Ref Dispensa	UTILIDADE PUBLICA
Licitação	09 - INDEPEND. LICIT.	Modalidade	3 - ESTIMATIVO
Empenho Orig.		Nº Contrato	
		Nº OC	

Valor do Empenho R\$	811,66 (OITOCENTOS E ONZE REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS)
-----------------------------	--

Cronograma	
Mês	Valor
05	307,73
06	71,99
07	71,99
08	71,99
09	71,99
10	71,99
11	71,99
12	71,99

Item: 001	Unidade de Medida	ENER	Quantidade	0000	Preço Unitário	0,00	Preço Total	811,66
Descrição: EMPENHO PARA COBRIR DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - IARAS (ITESP-PRC-2022/00660).								





Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	811,66
Local de Entrega	FUNDAÇÃO ITESP - IARAS
Data de Entrega	22/05/2023

GUILHERME PIAI SILVA FILIZZOLA

401005308/93

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	18976729854 AELIO DOUGLAS LIMA - 131101
--------------------------	---





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Orçamento e Custos - DA

Despacho

Interessado: Fundação Itesp

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS; FUNDAÇÃO ITESP;

Após emissão da nota da nota de empenho, retorne os presentes autos a Gerência Administrativa para prosseguimento.

São Paulo, 23 de maio de 2023.

Valdemar Celso de Souza
Supervisor
Grupo de Orçamento e Custos - DA



Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Gerencia Administrativa - DA

Despacho

Interessado: FUNDAÇÃO ITESP

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA - ENERGIA
ELÉTRICA - CIA - JAGUARI DE ENERGIA - IARAS

Número de referência: ITESP-PRC-2022/00660

Ao Grupo de Apoio à Convênios, Contratos e Congêneres

Após emissão de empenho, encaminhe-se para prosseguimento.

Atenciosamente

São Paulo, 24 de maio de 2023.

Simone Aparecida Pedro Rabelo
Gerente
Gerencia Administrativa - DA



Classif. documental

004.01.05.005





Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Grupo de Apoio à Gestão de Convênios, Contratos e Congêneres - DA

TERMO DE MUDANÇA DE SISTEMAS

O documento **ITESP-PRC-2022/00660** terá sua continuidade no Sistema Eletrônico de Informações - SEI com o Processo 163.00000020/2023-31.

O referido documento e este Termo devem ser capturados no sistema SEI.

São Paulo, 30 de junho de 2023.

Luiz Carlos Cavalcante
Técnico em Gestão Organizacional R4
Grupo de Apoio à Gestão de Convênios, Contratos e Congêneres - DA

